



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**TECENDO REDES, CONSTRUINDO LAÇOS DE  
SOLIDARIEDADE: a formação de famílias negras, a prática  
do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri  
paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**

**Eduardo de Queiroz Cavalcante**

Orientadora:  
Professora Dra. Solange Pereira da Rocha

**Março 2015  
João Pessoa-PB**

**EDUARDO DE QUEIROZ CAVALCANTE**

**TECENDO REDES, CONSTRUINDO LAÇOS DE  
SOLIDARIEDADE: a formação de famílias negras, a prática do  
compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri  
paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para obtenção do  
grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Pereira da  
Rocha

**João Pessoa  
2015**

C376t Cavalcante, Eduardo de Queiroz.

Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872) / Eduardo de Queiroz Cavalcante.- João Pessoa, 2015.

183f. : il.

Orientadora: Solange Pereira da Rocha

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. História - Paraíba. 2. Escravidão. 3. Vila Real - São João do Cariri-PB. 4. Famílias negras. 5. Relações de Compadrio. 6. Morte - escravizados e libertos.

UFPB/BC

CDU: 981.33(043)

**EDUARDO DE QUEIROZ CAVALCANTE**

**TECENDO REDES, CONSTRUINDO LAÇOS DE  
SOLIDARIEDADE: a formação de famílias negras, a prática do  
compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri  
paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para obtenção do  
grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Pereira da  
Rocha

---

Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha  
(Orientadora- PPGH/UFPB)

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima  
(Examinador Externo –PPGH/UFCG)

---

Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano  
(Examinadora Interna – PPGH/UFPB)

Dedico este trabalho:

A todos os homens e mulheres escravizados do cariri paraibano que viveram no período oitocentista e que durante séculos tiveram suas histórias silenciadas e renegadas a um segundo plano na sociedade brasileira.

A meus pais, Eudo José Cavalcante e Sebastiana de Queiroz Cavalcante, pelo incentivo e apoio incondicional nas horas em que mais precisava.

A minha noiva, Janaina Aires, pela paciência e carinho que teve comigo ao longo desta disser

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, não é uma tarefa fácil, mas necessária, corremos o risco de cair em armadilhas da memória, no entanto é indispensável expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer a todas as forças superiores, que me auxiliaram espiritualmente.

A minha família nuclear, meu muito obrigado, mãe sem teus esforços, sem teu incentivo, sem tuas palavras de conforto, sem teu carinho, jamais teria chegado até aqui. Pai, mesmo sem expressar sei que torcia e torce para me ver crescendo na vida.

A minha noiva, peço desculpa pela ausência em diversos momentos de sua vida, nesses dois anos. Algumas vezes você teve que conviver com minha cara fechada e meu distanciamento, no entanto saiba que cada sorriso e cada vez que te via, me ajudava em momentos difíceis dessa jornada acadêmica e pessoal, muito obrigado, por estar ao meu lado neste momento tão importante.

Ao longo da vida fui presenteado com pessoas especiais, que me auxiliaram no decorrer da minha trajetória acadêmica de graduação, Josemir Camilo de Melo, “a eterna monografia ambulante” obrigado por me orientar na graduação e por ter lido e corrigido o meu projeto para a seleção de mestrado, as suas observações foram valiosíssimas. Também gostaria de agradecer a Socorro Cipriano, Manuela Aguiar, José Júnior e Uelba Alexandre, que me ensinaram a ter o gosto pela pesquisa histórica. Por último não poderia deixar de agradecer a Cristiano Cristilino, que mesmo sem ser meu professor, me ajudou e incentivou a seguir sempre em frente, obrigado pelas palavras de conforto na hora em que ia realizar minha entrevista e por toda interlocução ao longo do mestrado, suas colocações me auxiliaram e me acalmaram.

Finalmente chega a hora de agradecer a uma das pessoas mais sabias e simples que conheci, Solange Rocha, obrigado por ter aceitado o desafio de me orientar no mestrado, sua postura sempre foi pautada na seriedade, competência, leituras criteriosas e críticas construtivas, o que fazia com que te admirasse ainda mais, por isso agradeço pela confiança, pelo apoio e por todo o esforço dedicado para o meu êxito.

Meus agradecimentos se estendem a Serioja Mariano e a Luciano Mendonça, obrigado por terem feito uma leitura criteriosa do meu texto de qualificação, as colocações foram de extrema importância para a realização final deste trabalho. As discussões presentes nas aulas ministradas por Juciene Apolinário, Carla Mary, Cláudia

Cury, Barroso Junior e Telma Dias, também contribuíram para o amadurecimento teórico metodológico utilizado nesta dissertação.

Aos colegas de turma, só tenho a agradecer pelas risadas, pelos embates acadêmicos, pelos stress ocasionados de mal entendidos, tudo isso fez com que cada um de vocês ocupasse um lugar no meu coração. Gostaria de agradecer em especial a Solange Mouzinho, pelas horas e horas que passávamos ao telefone discutindo texto, conversando sobre a temática, rindo, se divertindo e trocando confidências, só tenho a dizer: você foi uma irmã com que a história me presenteou. Matheus Guimarães, companheiro de congressos, uma pessoa inteligentíssima e ao mesmo tempo tão simples, sempre disposto a ajudar, quero levar essa amizade para sempre. Hezrom, companheiro de viagens e conversas, as idas e vindas a João Pessoa ficavam mais curtas, sendo permeadas por conversas, conselhos e amizade verdadeira. Raphael Borges, obrigado por todas as caronas da universidade até o apartamento em que me hospedava, sempre divertido e simples.

Mas, o que seria da vida se só fosse estudos, tenho que agradecer e muito a alguns amigos que sempre me incentivaram na minha jornada acadêmica. Aos amigos de infância, Izaias, Izabel, Daniel, Ceiza, Felipe, Arilânia, Geisa e Fábio e aos amigos de graduação Diego Santos e Elaine Gouveia, obrigado por sempre estarem ao meu lado, apesar da distância física existente entre nós, sempre conseguimos nos comunicar e acima de tudo desejar o sucesso do próximo.

No meu espaço de trabalho gostaria de agradecer a Marcelo, Taciana e Aluska, por sempre estarem ao meu lado e me incentivarem a seguir enfrente. Não poderia deixar de agradecer a Beatriz de Albuquerque, amiga que fez a revisão gramatical para o seminário de qualificação. Ainda no espaço de trabalho gostaria de agradecer a Norma, minha segunda mãe, aquela que trocamos confidências, que me auxiliou e me estimulou a seguir sempre em frente, muito obrigado você foi importantíssima nessa jornada. De maneira especial, gostaria de agradecer a Diego e Aline, pessoas que conheci e se tornaram mais do que amigos, fazem parte da minha família estendida, obrigado por todas as vezes que aguentaram meu *stress* e procuraram conversar comigo, para me acalmar, sempre me dando força e acreditando na minha capacidade, isso sempre me deixava confiante. Não poderia deixar de agradecer por todas as cervejas tomadas, por todas as noites divertidas por qual passamos, isso fazia com que relaxasse para que no dia seguinte voltasse a dissertar.

Agradeço também aos amigos da especialização em educação étnico-racial,

Leonardo, Ana Claudia e Hercília, que fazem com que as manhas do meu sábado se tornem mais divertidas.

Aos familiares mais próximo: Aurora, Juliana, Ronaldo, Pedro Henrique, Mariana, Inês, Cristina, Fátima e Cristóvão, obrigado pelo carinho ao longo da minha vida. José Maria, também fez parte desta conquista, primo/irmão, aquele que sempre conversamos, nos ajudamos nos momentos difíceis e comemoramos e festejamos os alegres, sempre me apoiando e me estimulando a seguir em frente. Também gostaria de agradecer aos primos e historiadores Faustino Cavalcante e Luciano Queiroz por todo o apoio concedido ao longo desse mestrado e por todos os livros emprestados.

Esses agradecimentos se estendem a Anicleide de Souza e Natália Araújo pelo auxílio com transcrições de fontes históricas, a José Pequeno pela doação dos inventários que abrange o período estudado e pelas longas conversas a respeito da escravidão no cariri paraibano.

Algumas pessoas que compõe instituições foram fundamentais, obrigado aos secretários do mestrado: Poliana Oliveira e Hugo, ao secretário da Igreja Matriz de São João do Cariri, Cristiano Almeida e a secretária do Fórum Nivaldo de Farias Brito, Maria José Farias, todos dispostos a colaborar com minha pesquisa, sempre me recebendo de braços abertos e com um sorriso largo.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que me incentivaram a seguir em frente e que torcem pelo meu sucesso, a vocês, dedico essa dissertação.



A desigualdade entre negros e brancos não é dada, natural, mas é construída, muitas vezes, por meio de práticas que silenciam os negros. Práticas essas que talvez sejam uma das maiores torturas a que os negros são submetidos cotidianamente. (PAULA, 2003, p. 30).

## RESUMO

No presente texto discutimos a formação de famílias negras e as relações de compadrio estabelecidas pelos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, localizado no atual município de São João do Cariri, situado no cariri paraibano, entre os anos de 1850 e 1872. Para tanto foi feito um estudo da Vila Real de São João do Cariri analisando a presença da população escravizada nesta localidade, a fim de compreendermos as relações de solidariedade estabelecidas a partir dos laços ritualísticos do matrimônio e das relações de parentesco espiritual. A discussão proposta se fundamenta na História Social, que tem como foco de pesquisa os escravizados, utilizando-se do conceito de experiência proposto por Thompson. Para a construção da narrativa sobre o período oitocentista foi indispensável a utilização dos documentos eclesiásticos, como os assentos de batismo e óbito; os registros cartoriais como inventários, os relatórios de Presidente de Província e o 1º Censo da População Brasileira de 1872. Com o cruzamento destas fontes mostramos a importância da escravidão no interior paraibano, especialmente no Cariri, com isso destacamos a economia da Vila de São João do Cariri no período imperial, impulsionada pela pecuária e pela presença do escravizado nesta região. Estes cativos constituíram famílias (monoparentais ou nucleares) e estabeleceram relações de compadrio com pessoas mais elevadas na hierarquia social e muitas vezes familiares de seus senhores. Também ressaltamos as diversas causas das mortes dos cativos, o local de seus sepultamentos e a roupa que usavam para serem enterrados. Este trabalho vincula-se a Linha de Pesquisa História Regional, e contribui para ampliar nossos conhecimentos sobre a história de escravizados e libertos no Brasil Oitocentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão. Vila Real de São João do Cariri/PB. Famílias Negras. Relações de Compadrio. Morte.

## **ABSTRACT**

In this text discussed the formation of black families and relations of cronyism established by enslaved the Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, located in the current city of the São João do Cariri, located in the Paraíba cariri, between the years 1850 and 1872. To this end was made study of the Vila Real de São João do Cariri analyzing the presence of the enslaved population in this locality, in order to understand the relationships of solidarity established from the ritual ties of marriage and spiritual kinship. The proposed discussion is based on the Social History, whose research focus the enslaved, using the concept of experience proposed by Thompson. For the construction of the narrative of the nineteenth century period was essential to use the ecclesiastical documents, such as baptism and death seats; the notary records as inventories of Province of President reports and the 1st Brazilian Population Census of 1872. With the passing of these sources show the importance of slavery within Paraíba, especially in Cariri, thus we highlight the Vila de São João do Cariri economy in the imperial period, driven by livestock and by the enslaved presence in this region. These slaves constituted families (parent or nuclear) and established crony relationships with people higher in the social hierarchy and often relatives of their masters. We note the various causes of the deaths of the captives too, the site of his burial, and the clothes that used to be buried. This study is linked to the Research Line Regional History, and helps to extend our knowledge of the history of enslaved and freed in nineteenth century of Brazil.

**KEYWORDS:** Slavery. Vila Real de São João do Cariri/ PB. Black Families. Relations of Collusion. Death.

# **LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, MAPAS E IMAGENS**

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I: Economia característica das Vilas de São João do Cariri, Alagoa do Monteiro e Sousa 1852-1886 .....	56
Tabela II: Sexo dos recém-nascidos batizados de condição cativa, 1850-1872.....	74
Tabela III: Tipo de filiação dos escravizados recém-nascidos batizados, 1850-1872.....	75
Tabela IV: Condição jurídica dos padrinhos, 1850-1872.....	90
Tabela V: Distinção social dos padrinhos, 1850 a 1872.....	91
Tabela VI: Freguesia de origem dos padrinhos, 1850-1872.....	94
Tabela VII: Condição jurídica das madrinhas, 1850-1872.....	96
Tabela VIII: Distinção social das madrinhas, 1850 a 1872.....	98
Tabela IX: Cor/origem étnico-racial dos escravizados recém-nascidos, 1850-1872.....	99
Tabela X: Combinação de cores mãe/pai/filho .....	101
Tabela XI: Sexo e filiação dos recém-nascidos libertos, 1850-1872 .....	106
Tabela XII: Cor/origem étnico-racial dos recém-nascidos libertos, 1850-1872.....	106

## LISTA DE QUADROS

Quadro I: Denominações que o atual território de São João do Cariri, Paraíba recebeu ao longo de sua história.....	46
Quadro II: Limites da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.....	49
Quadro III: Quantidade de gado <i>vacun</i> presente no inventário de Amaro da Costa Romeu, 1858.....	53
Quadro IV: Imposto arrecado com o dízimo do gado na Província da Paraíba em 1859 e 1868.....	58
Quadro V: Comparação da população escravizada da Paraíba com outras províncias do império – século XIX.....	60
Quadro VI: População da Paraíba por condição jurídica – século XIX.....	62
Quadro VII: População livre e escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres 1850-1872.....	63
Quadro VIII: população escravizada de São João do Cariri por sexo, no ano de 1850 e 1872.....	66
Quadro IX: Escravizados presentes no inventário de Domingos José Correa de Queiroz, 1859.....	68
Quadro X: Escravizados presentes no inventário de João de Amorim Souza, 1867.....	76
Quadro XI: Escravizados presentes no inventário de Manoel Pedro de Jesus, 1867.....	78
Quadro XII: Relações de casamentos entre escravizados que duraram mais de 10 anos.....	79

Quadro XIII: Relação dos escravizados presentes no inventário de Amaro da Costa Romeu, 1858.....	80
Quadro XIV: Lista das capelas existentes na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1850-1872.....	114
Quadro XV: Lista dos principais oratórios particulares da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1850-1872.....	117
Quadro XVI: Oratórios Particulares que se transformaram em públicos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre 1850-1872.....	118
Quadro XVII: Doenças e números de escravizados mortos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres 1853-1872.....	125
Quadro XVIII: Escravizados de Amaro da Costa Romeu falecidos no ano de 1856 na Fazenda Veloço.....	127
Quadro XIX: Escravizados de Antonio da Costa Figueredo falecidos no ano de 1856.....	127
Quadro XX: Cor/origem étnico-racial dos escravizados mortos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre 1853-1872.....	141
Quadro XXI: Locais de sepultamento dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1850-1872.....	147
Quadro XXII: Cemitérios da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.....	148

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico I: Escravizados falecidos na Freguesia NSM divididos por sexo (1853-1872).....137

Gráfico II: Mortalidade Escravizada por sexo e idade na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres 1850-1872.....138

## LISTA DE MAPAS

Mapa I: Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX, 1848 .....	23
Mapa II: Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX, 1868.....	48
Mapa III: Fragmento do Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX, 1854.....	50
Mapa IV: Mapa dos espaços religiosos da Vila Real de São João do Cariri – século XIX,.....	71



## LISTA DE IMAGENS

Imagem I: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres .....	111
Imagem II: Oratório do século XIX.....	115
Imagem III: Entrada principal do cemitério de São João do Cariri.....	149
Imagem IV: Parte antiga do cemitério de São João do Cariri.....	149
Imagem V: Túmulo mais antigo encontrado no cemitério municipal de São João do Cariri.....	149
Imagem VI: Lápide do túmulo encontrado no cemitério Municipal de São João do Cariri.....	149
Imagem VII: Igreja de São José, localizada no município de Parari, PB.....	151
Imagem III: Vista do cemitério pela calçada da Igreja de São José.....	151
Imagem IX: Cemitério Municipal de Parari, antiga povoação de Pombas.....	151
Imagem X: Catatumba referente a segunda metade do século XIX.....	151
Imagem XI: Atual Igreja de São Sebastião localizada em Taperoá, PB, antiga Capela do Batalhão.....	153
Imagem XII: Túmulo encontrado dentro da Igreja de São Sebastião referente a segunda metade do século XIX.....	153

## **ABREVIATURAS**

Freguesia NSM – Freguesia Nossa Senhora dos Milagres

ff – Folha Frente

fv – Folha Verso

LBNSM – Livro de Batismo Nossa Senhora dos Milagres

LONSM – Livro de Óbito Nossa Senhora dos Milagres

LCNSM – Livro Casamento Nossa Senhora dos Milagres

APIMNSM – Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres

AFNFB – Arquivo do Fórum Nivaldo de Farias Brito

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1: A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES .....</b>	<b>44</b>
1.1- A VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI: SOCIEDADE, ECONOMIA E CULTURA.....	44
1.2- A PRESENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NO CARIRI PARAIBANO NO SÉCULO XIX.....	60
1.3- BREVE DISCRICÃO DO ESPAÇO RELIGIOSO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES.....	70
<b>CAPÍTULO 2: DEMOGRAFIA DA FAMÍLIA ESCRAVIZADA E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO: FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872.....</b>	<b>72</b>
2.1- SOB A BENÇÃO DA IGREJA: A LEGITIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS.....	72
2.2- BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NA SOCIEDADE OITOCENTISTA.....	86
2.3- PARENTESCO ESPIRITUAL: ATOS DE SOLIDARIEDADE DE PADRINHOS E MADRINHAS.....	89
2.4-ESCRavidÃO E COR NOS ASSENTOS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872.....	99
2.5 - SOCIABILIDADES NEGRAS: OS FORROS NA PIA BATISMAL.....	103
2.6- O ESPAÇO RELIGIOSO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES.....	111
<b>CAPÍTULO 3: VIDAS SOFRIDAS, MORTES DOLOROSAS: DOENÇAS, LOCAL DE SEPULTAMENTO E MORTALHA DOS ESCRAVIZADOS DA FREGUESIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES.....</b>	<b>120</b>
3.1- CULTURA FUNEBRE E LEGISLAÇÃO ECLESIASTICA NO BRASIL OITOCENTISTA.....	120

3.2- DOENÇAS E MORTES DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES (1850-1872).....	123
3.3- PADRÕES DEMOGRÁFICOS DA MORTALIDADE DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872.....	136
3.4- ENTRE IGREJAS E CEMITÉRIOS: O SEPULTAMENTO DE ESCRAVIZADOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DE 1850-1872.....	143
3.5- A BUSCA POR AUXÍLIO MÉDICOS NOS TRIBUNAIS: UM ESTUDO DO FORRO THEOPHILO.....	157
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
 <b>REFERÊNCIAS</b> .....	165
 <b>ANEXO</b> .....	176

## INTRODUÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e dois, os pretos Marcelino e Antônia, escravizados<sup>1</sup> de Luis Vicente de Melo Medeiros, se dirigiram ao Oratório da Fazenda Timbaúba, na Freguesia de São João do Cariri, para batizarem seu filho legítimo, Crispim, crioulo, que teve como padrinhos Galdino Fernandes da Cunha e Thereza Maria de Jesus, todos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres<sup>2</sup>.

Nesse registro, observamos comportamentos que traduzem o modo típico de viver das populações católicas, uma vez que na perspectiva cristã, o batismo representa a salvação da alma, marcando assim, a transição do mundo pagão para o mundo cristão.

No entanto, nem todos os escravizados tiveram a mesma oportunidade de Crispim, que continha em seu assento batismal o nome do seu pai e da sua mãe, a exemplo de Camila, parda, que foi batizada aos vinte e nove dias do mês de maio de mil oitocentos e sessenta e dois no Oratório da Carnaúba, filial dessa Freguesia de São João do Cariri, pelo Reverendo Paulino Villar dos Santos Barbosa, sendo filha natural de Eva, escravizada de Umberlino Vilar de Araújo, e tendo como padrinhos Adeodato Vilar de Araújo e sua mulher Olímpia Josefina de Araújo<sup>3</sup>, ambos também da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Essas informações contidas no assento batismal não deixam explícito se Camila conhecia o seu pai, uma vez que os cativos poderiam estar ausentes na documentação e

---

<sup>1</sup>Ao longo da dissertação, utilizaremos o termo escravizado, em vez de escravo, uma vez que partimos do princípio que o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, já o vocábulo escravizado denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. Historiadores como ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Unesp, 2009; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001; MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008; CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, poder e luta de classes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003; TAVARES, Iris Mariano, **Entre a Sacramentalização Católica e Outros Arranjos Parentais: A vida Familiar dos escravizados no Crato-Ce (1871-1884)**. 2013, 190p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Já fazem a utilização destes termos em suas pesquisas.

<sup>2</sup>Todos os assentos de batismo citados nesse estudo estão depositados no acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba, na f. 79, 1862-1863. Doravante LB-NSM 1862-1863 – 79ff. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

<sup>3</sup> LB-NSM, 1862-1863 -79ff. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

presentes na criação, o que poderia ser explicado a partir das exigências colocadas pela igreja católica, pois de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>4</sup>, um filho só seria legítimo se seus pais concretizassem o matrimônio segundo as doutrinas da religião. O batismo seria o primeiro e o mais importante de todos os sacramentos, seguido do ritual do matrimônio. A necessidade de se registrar todas as etapas da vida era tão importante que até mesmo a morte era registrada nos assentos de óbito.

Aspectos da vida familiar dos escravizados estão contidos nesses registros, que trazem informações identificando características do finado, como foi o caso de Catharina Maria<sup>5</sup>, preta liberta, de idade de trinta e tantos anos, que faleceu aos onze dias do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e seis, sendo sepultada na Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, onde recebeu os sacramentos; foi amortalhada em branco e sepultada. Todas essas informações eram devidamente armazenadas em livros específicos, que ficariam sob o controle da igreja<sup>6</sup>.

Assentos de batismo e óbito como esses encontrados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres possibilitaram as análises tanto quantitativa, como qualitativa da escravidão negra na Paraíba, em terras caririzeiras<sup>7</sup>, pois permitem reconstruir fragmentos da história dos escravizados, não só a partir da perspectiva demográfica, mas também das relações socioculturais, levando a compreender as relações sociais e de poder estabelecidas ao longo do período oitocentista, mais especificamente entre os anos de 1850 a 1872.

---

<sup>4</sup>Foi elaborada em 1707, quando o arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro da Vide, convocou o Sínodo Diocesano da Bahia e proclamou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Publicadas em 1719, vigoraram até 1890. Ademais, constituíram o primeiro Código de Leis Eclesiástico do Brasil e a única legislação eclesiástica elaborada no período Colonial (GOLDSCHMIDT, 2004, p. 21; CHAVES, 2009, p. 103).

<sup>5</sup>Todos os assentos de óbito citados nesse estudo estão depositados no acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, localizada na cidade de São João do Cariri no estado da Paraíba na FV 28, 1850-1872. Doravante: LO-NSM, 1870-1876 – 28fv. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, doravante APIMNSM.

<sup>6</sup>Essas medidas foram tomadas no Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo Papa Paulo III e realizado na cidade de Trento, na Itália, sob a direção do Papa Pio IV (CHAVES, 2009, p. 102), que decretou que cada cúria passaria a ser responsável pelo registro de cada batismo e de matrimônio realizado em sua paróquia. Já o registro dos óbitos só se tornou obrigatório em 1614 quando o papa Paulo V, estabeleceu o *Rituale Romanum*.

<sup>7</sup>Oliveira (2009, p.48) ao escolher a atual região do cariri paraibano para sua pesquisa, destacou que as fronteiras geográficas dessa localidade ainda não estavam estabelecidas durante o período colonial e imperial, prevalecendo a noção de sertão para a região do cariri paraibano, esse espaço era colocado como dicotômico: litoral *versus* sertão. Para facilitar a compreensão dos leitores ao longo da dissertação utilizarei a expressão cariri paraibano para se referir ao Sertão do Cariri.

A partir dos assentos de batismos foi possível fazer um mapeamento de quantos cativos nasceram no período estudado, quantos possuíam o nome de seu pai e sua mãe no registro batismal e a quantidade que foi apadrinhada por pessoas livres e por cativos, já os assentos de óbito permitiram computar a causa da morte dos escravizados, as idades dos falecidos, onde ocorreram os sepultamentos, se receberam os sacramentos da igreja e com qual roupa foram enterrados<sup>8</sup>.

Os trabalhos que abordam a escravidão no Brasil ainda estão concentrados, principalmente, na Região Centro-Sul e no litoral canavieiro do país. Quanto à área do atual interior nordestino, principalmente no que se chama hoje de semiárido, predominou-se por muito tempo na historiografia a ideia de que não houve escravidão, todavia sabemos dessa presença devido a existência da criação do gado e do plantio do algodão nessa região. No sertão paraibano, essa ideia começou a ser questionada, ainda na década de 1970, com trabalho de Galliza<sup>9</sup>. Recentemente, as pesquisas de Lima<sup>10</sup>, Moraes<sup>11</sup> e Abreu<sup>12</sup>, também vêm contribuindo para os estudos da população escravizada nessa área.

No entanto, sentimos a necessidade de novos estudos para a área da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, localizada no interior paraibano. Essa região, de acordo com B. Rohan<sup>13</sup> se limitava ao Norte com a Província do Rio Grande do Norte e o município de Cuité; ao Sul a Província de Pernambuco; a Leste com Cabaceiras e Campina Grande, ambos municípios da Paraíba e ao Oeste com Patos e Serra do Teixeira também em território paraibano e o de Ingazeira na Província de Pernambuco. Conforme se observa no mapa seguinte:

Mapa I: Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX, 1848.

<sup>8</sup> Nas páginas seguintes discutiremos metodologicamente a utilização desses assentos paroquiais na nossa pesquisa.

<sup>9</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

<sup>10</sup> LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)**. 2010. 378p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>11</sup> MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade: Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750**. 2011. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>12</sup> ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888**. 2011. 207p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>13</sup> ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, n° 3, 1911, p. 346-348.



Fonte: Carta Topográfica e Administrativa da Província da Paraíba. Biblioteca Nacional.

A seta indica a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Como a escravidão é um tema muito vasto, este trabalho se deteu ao estudo da constituição de famílias negras e das relações de compadrio estabelecidas pelos escravizados e libertos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que os cativos procuravam nessas relações uma forma de alcançarem uma melhor sobrevivência no cativeiro e uma possível liberdade, resultando numa mobilidade social através da carta de alforria, também enfocamos a morte destes cativos, destacando a causa, a idade, o local do sepultamento e as roupas que portavam no momento do enterro.

O recorte temporal que norteia este trabalho perpassa pelo fim do comércio negreiro, com a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, que proibiu definitivamente o tráfico transatlântico de escravizados, essa lei vem acompanhada do período de intensificação do tráfico interprovincial pós 1850, chegando até 1871 com a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. A pesquisa ainda se estende até o ano de 1872, com o intuito de utilizar o primeiro recenseamento da população brasileira com objetivo de identificar a população de cativos desse período, suas procedências e as profissões que exerciam.

Os estudos existentes acerca da escravidão na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres ainda estão centrados, principalmente, na visão das produções do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP, nas quais predomina a ideia de que, praticamente, não houve escravidão no cariri paraibano, visto que, o nativo se adaptou



melhor ao trabalho do que o próprio negro, assim como defende Joffily<sup>14</sup> e Almeida<sup>15</sup>. No entanto, Galliza<sup>16</sup>, já em fins da década de 1970, contestava essa visão destacando a grande quantidade de escravizados presentes nessa região. No entanto esta pesquisa se diferencia das produções de Joffily e Almeida, pois objetiva fazer um estudo da escravidão nesta Freguesia, partindo da experiência dos escravizados como protagonistas da sua própria história.

Em relação à população presente nesta região, Medeiros<sup>17</sup>, destaca a presença de pessoas de diversas cores e origens étnico-raciais, como: brancas, pardas, pretas, cabras, mamelucas, crioulas e semibrancas. Cores essas identificadas ao longo da pesquisa ao fazermos análises dos livros que constam os assentos de batismos de 1846-1853, 1853-1858, 1858-1862, 1862-1863, 1864-1869, 1869-1871.

O palco da história agora se inverte, pessoas simples, pobres e esquecidas por uma historiografia tradicional deixam de ser meros coadjuvantes e tornam-se os protagonistas da sua própria história, neste caso, este estudo procura dar visibilidade aos excluídos, se caracterizando como uma história vista de baixo<sup>18</sup>, que tem como foco de pesquisa os escravizados.

Este trabalho dialoga com os princípios da história social, distanciando-se da visão freyriana e dos estudiosos da escravidão vinculados a Escola Sociológica Paulista, compreendendo assim, as novas possibilidades para o estudo da população escravizada no Brasil.

A História Social vem abrir um leque de possibilidades para o estudo da escravidão em terras brasileiras, abordando temas como a família, a prática do compadrio, religiosidade, abolição, escravidão urbana, o papel social das mulheres e dos libertos e a alforria, temas até então abordados pela historiografia tradicional, sem adotar os questionamentos propostos pela história social. Nas palavras de Rocha, a História Social:

[...] cria novas abordagens para a construção do conhecimento histórico e trazem à tona indivíduos comuns, valorizando atitudes e comportamentos das classes populares, aparentemente insignificantes, cujas ações constituíram como estratégias para sua sobrevivência ou a

<sup>14</sup> JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892].

<sup>15</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994 [1923].

<sup>16</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

<sup>17</sup> MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990, p. 45.

<sup>18</sup> Sobre essa perceptiva de se fazer historia consultar: SHARPE, Jim. A historia vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 39-62.

construção de suas identidades<sup>19</sup>.

Vale salientar que os estudos acerca da escravidão negra em terras brasileiras têm se inspirado há muito tempo nos debates do meio intelectual, tendo como campo privilegiado os Institutos Históricos e Geográficos; e, posteriormente, com as Universidades, mais recentemente está dialogando com os Movimentos Negros<sup>20</sup>. No entanto, a princípio, esses estudos se deram fora do âmbito acadêmico, até mesmo porque as universidades só vieram a se instituírem no Brasil em anos posteriores à década de 1930.

Os estudos a respeito da escravidão, na década de 1930, têm como um dos principais representantes Gilberto Freyre<sup>21</sup>, que procurou dar uma interpretação diferente a escravidão brasileira, pautada no viés culturalista, na qual as diferenças entre negros e brancos foram minimizadas, a partir do discurso da miscigenação e de uma possível democracia racial.

Novas contribuições acadêmicas no campo da escravidão surgiram no Brasil na década de 1970, com as publicações dos sociólogos da Escola Paulista<sup>22</sup> que analisaram a escravidão diferentemente de Freyre. As escritas dos sociólogos paulistas revelam a crueldade e a violência do sistema escravista, que tinha sido suavizado, ou até mesmo apagado, por Freyre mediante o discurso da democracia racial.

A partir da década de 1980, a escravidão brasileira será repensada, tomando como base a história social<sup>23</sup>. Dualidades até então presentes como: uma escravidão branda ou cruel e relações conflituosas entre senhores e escravizados passaram a ser repensadas a partir de um viés social, nas palavras de Gomes observamos que:

[...] Até a década de 1960 falava-se de escravo tão somente. A sociedade escravista aparecia como homogênea; ora branda, ora cruel. Só havia espaço para senhores e escravos, e o palco privilegiado era a

<sup>19</sup> ROCHA, op. cit, p. 73-74.

<sup>20</sup>Para melhor análise consultar: MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.95-111.

<sup>21</sup>A obra Casa Grande e Senzala (1933) de Gilberto Freyre é considerada um dos clássicos da historiografia brasileira. Sua obra é referência para o estudo da escravidão negra no Brasil. Desta forma, historiadores, antropólogos e sociólogos se utilizam de suas teses para elaborarem suas pesquisas, confirmando ou refutando-as.

<sup>22</sup>Dentre os sociólogos paulistas que analisam a escravidão tomando como ponto de partida a crueldade do sistema destacam-se: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, a historiadora Emília Viotti da Costa e Sueli Robles Queiroz, sendo que Fernando Henrique Cardoso vai mais além classificando o escravo como coisa, objeto.

<sup>23</sup>Para melhor entendimento ver: MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

casa-grande, a *plantation* e a economia agroexportadora. [...] poucos espaços havia para os sujeitos históricos, os escravos. Essa foi a principal contribuição historiográfica a partir da década de 1980 e, especialmente, na década de 1990. A escravidão generalizante e o escravismo cederam a vez para as histórias e as experiências dos escravos<sup>24</sup>.

Principalmente, a partir de 1988, ano em que se comemorou o Centenário da Abolição, a história social passou a desempenhar um papel central nas discussões a respeito da escravidão, uma vez que passou a dialogar com os conceitos propostos por Thompson, no entanto alguns trabalhos inauguram essa tendência na história social da escravidão antes de 1988, a exemplo do trabalho de João José Reis, *Rebeliões Escravas no Brasil*, publicado no Brasil em 1986, sendo anteriormente editado nos Estados Unidos.

A História Social Inglesa surge no contexto europeu do pós-segunda guerra mundial como uma dupla resposta a uma crise histórica e epistemológica. De um lado, a história tradicional; do outro, as vertentes do marxismo. No Brasil, a História Social surgiu num momento de crítica à ditadura militar e de um período de redemocratização, tendo como campo privilegiado a história da escravidão.

Thompson procurou apreender as camadas populares a partir das *experiências humanas*, analisando os seus *costumes* e suas *expressões simbólicas*<sup>25</sup>. Neste caso, a experiência passa a ser experimentada como sentimento, como parte da vida cotidiana, que foi incorporada na cultura, a partir de normas criadas, obrigações familiares, de parentesco e organização da vida rural e urbana. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo<sup>26</sup>”.

De acordo com Thompson:

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e

<sup>24</sup> GOMES, Flávio dos santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003, p.7.

<sup>25</sup> É importante ressaltar, que quando afirmamos que Thompson procurou apreender as camadas populares a partir das *experiências humanas*, analisando os seus *costumes* e suas *expressões simbólicas*, não estamos o transformando em um culturalista, nem é nosso intuito transformarmos a História Social numa Sociologia do Cotidiano. Devemos lembrar que um dos maiores esforços de Thompson foi renovar as reflexões da luta de classes da tradição marxista.

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.16.

cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa<sup>27</sup>.

Assim sendo, compreende-se que a experiência humana pode ser um eixo de análise voltada para a reflexão de práticas sociais, como o trabalho, a educação, as classes e movimentos sociais. Significa, portanto, pensar sobre a própria vida humana, como dimensões históricas indissociáveis. Desse modo, a experiência é vista como uma categoria fundamental para pensar a realidade, a qual se encontra presente nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais. Sendo assim, o conceito de *experiência* se tornará central nos estudos sobre escravidão, modificando a abordagem na análise da relação senhor/escravo, na qual agora passa a ser vista a partir do ângulo das negociações<sup>28</sup> e resistências. Para Lara:

A “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades<sup>29</sup>.

Dessa maneira, verificamos alguns conceitos utilizados por Thompson, em vários de seus textos, as noções de *lutas, conflitos, resistências e acomodações*. Termos adequados para a análise da escravidão no Brasil, se tomada como uma relação fruto de negociações, resistências e embates como mostra Chalhoub:

[...] uma concessão ou doação deve também ser interpretada como uma conquista; [...] numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como um resultado dos esforços bem sucedidos de um negro no sentido de alcançar a liberdade do senhor<sup>30</sup>.

As *relações de negociações* podem ser vistas como fundamentais para a manutenção do sistema escravista, contribuindo para que ele perdurasse em terras

<sup>27</sup> THOMPSON, op. cit, p.99.

<sup>28</sup> No entanto, devemos frisar que os historiadores sociais não negam os embates e a violência do sistema, eles não apagam a luta de classes, porém não analisam apenas a crueldade, dando espaço para se estudar as brechas do sistema, a “agência escrava”.

<sup>29</sup> LARA, Sílvia Hunold. Blowin’ In The Wind: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, vol.12, 1995 p.4.

<sup>30</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p. 23.

brasileiras por mais de três séculos. Essas negociações, segundo Reis e Silva<sup>31</sup>, contribuíram para mostrar as pequenas e grandes conquistas no cotidiano dos escravizados, perpassando pela engenhosidade no sentido de conquistar uma vida melhor em meio a todas as adversidades, um espaço na qual se pudesse construir o próprio viver.

Sendo assim, as relações entre senhores e escravizados são frutos da *experiência* destes homens e mulheres que viveram numa sociedade excludente e racista, permeados por redes de dominação e exploração.

Outro subsídio de Thompson para a análise da escravidão negra no Brasil foi possibilitar o questionamento dos estudos clássicos sobre a escravidão, empreendidos pelos sociólogos da Escola Paulista. Isso não quer dizer que esses estudos devam ser esquecidos, mas submetê-los a um diálogo crítico inspirado na renovação dos conhecimentos históricos adquiridos com base no conceito thompsoniano de *experiência*.

Com isso, essa nova história social rompeu com a visão patriarcalista de Gilberto Freyre, que defendia a tese de que a escravidão em terras brasileiras se deu de forma harmônica, se distanciando também dos escritores da escola sociológica paulista que analisaram a escravidão como um sistema baseado apenas na violência, procurando mostrar tão somente a crueldade do sistema. Sob nova perspectiva, os historiadores sociais vão analisar a escravidão a partir de uma nova ótica, pois, ao contrário de Freyre, não mostram as pessoas negras como seres passivos; diferentemente, também, dos estudiosos da Escola Paulista, não dão ênfase apenas a violência do sistema. A história social dá uma nova abordagem ao estudo do negro, em que mulheres e homens escravizados passam a serem vistos como sujeitos de suas histórias. Mesmo com a violência do sistema, os negros construíram uma lógica de sobrevivência e resistência, que passava pela negociação cotidiana entre senhores e escravizados, não minimizando a violência do sistema.

Um dos primeiros trabalhos que contestaram a visão da Escola Sociológica Paulista sobre a escravidão foi o livro *Ser escravo no Brasil*<sup>32</sup> da historiadora Kátia Mattoso, nele a autora demonstra experiências dos escravizados, pensando a relação existente entre África e Brasil, procurando compreender aspectos como solidariedade e

<sup>31</sup> SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociações e conflitos:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.7-21.

<sup>32</sup> A obra *Ser escravo no Brasil* da historiadora Kátia Mattoso, foi publicada inicialmente na França em 1979, posteriormente no Brasil em 1982.

liberdade, temas antes não tratados pela historiografia tradicional. No entanto, devemos lembrar que Katia Mattoso era uma pesquisadora voltada para o lado econômico, seu trabalho é fruto de uma história econômica social. Por isso não identificamos em sua obra os embates e o conceito de luta de classe, também presente na história social<sup>33</sup>.

Na Paraíba, identificamos o estudo de Galliza<sup>34</sup> com estas mesmas características, ela nos traz informações que comprova a presença do escravizado no sertão paraibano e destaca números que ressaltam a importância deles para a economia da localidade. Sendo fruto da tradição econômica a autora analisa os dados, não priorizando a recuperação de fragmentos da história de vida desses indivíduos<sup>35</sup>.

Destacamos como o precursor da história social da escravidão aqui no Brasil João José Reis, ao escrever o livro *Rebelião Escrava no Brasil*, publicado, inicialmente, nos Estados Unidos, e no Brasil, em 1986, sendo que mais recentemente uma edição revista e ampliada foi publicada em 2003, na qual o autor utiliza a história social para relatar a revolta urbana que ocorreu na Bahia, apresentando os escravizados como protagonistas da história.

A partir das experiências dos escravizados, Reis<sup>36</sup> reconstrói fragmentos da vida desses personagens, ligando elementos desde a cultura africana até a sociabilização no Brasil, entendendo que a revolta não ocorreu apenas por fatores religiosos, mas também por questões étnicas, econômicas e culturais.

Reis<sup>37</sup> parte do princípio de classe no sentido dinâmico empregado por Thompson, que a entendeu como uma coletividade em movimento, como experiência vivida, não apenas como uma posição estática na estrutura social e econômica. Thompson compreende classe como:

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada

<sup>33</sup> Nesse momento de formação desta nova historiografia, Jacob Gorender, pesquisador, que, também se dedica ao tema da escravidão, produz paralelamente aos historiadores sociais, porém com posicionamentos políticos e visões diferentes dos acadêmicos. Tomando como base a nova produção historiográfica, a respeito da escravidão, polêmicas empreendidas por Gorender (1990) passam a surgir, essas relacionadas principalmente aos trabalhos de Lara (1988), Chalhoub (1990) e Mattoso (2003 [1990]), que são acusados de serem neopatriarcalistas e pregarem o retorno às idéias de Gilberto Freyre.

<sup>34</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

<sup>35</sup> No entanto, devemos frisar que a produção desses historiadores é fruto do seu tempo, por isso não devemos desqualificá-los, ou exigir delas algo que não estavam ao alcance dos autores e nem eram questões de suas pesquisas.

<sup>36</sup> REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo. Companhia das letras, 2003.

<sup>37</sup> Ibidem.

de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe [...] <sup>38</sup>.

Baseando-se nesses autores, verificamos a existência de uma relação entre a obra de Thompson e a escravidão negra no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que essa relação ocorre apenas no campo teórico, a partir dos conceitos de *experiência* e *de luta de classe*, pois, se distancia no que se diz respeito ao tema, conforme destacado por Lara <sup>39</sup>.

Um dos temas mais recorrentes desta história social da escravidão está no estudo das relações de compadrio e da família escravizada, trabalhos que ainda geram muitas controvérsias e críticas, uma vez que consta na maioria dos relatos de viajantes que passaram pelo Brasil no século XIX e nos estudos do século XX, a não valorização da família escravizada e muitas vezes a negação dessas, alegando que os cativos viviam de forma promíscua.

Importantes estudiosos sobre a escravidão no Brasil, como Fernandes <sup>40</sup>, Viotti da Costa <sup>41</sup>, Gorender <sup>42</sup> e Queiróz <sup>43</sup>, se mostraram incrédulos ao tema da família escravizada, destacando diversos motivos, dentre eles: a predominância de cativos do sexo masculino, provocando um desequilíbrio entre os sexos, dificultando assim as relações mais estáveis entre os negros; a falta de privacidade, já que todos viviam em senzalas coletivas, o que contribuía para a promiscuidade sexual; o repúdio ao cativo, o que fazia com que as mulheres escravizadas muitas vezes abortassem seus filhos para que estes não passassem a viver da mesma forma que seus pais. Para esses autores, a família cativa praticamente não existiu, devido ao sistema que os escravizados estavam inseridos. Nas palavras de Queiróz:

Para formar a família escrava haveria grandes dificuldades a superar. A começar pelo que foi dito e repetido da predominância numérica do elemento masculino na população cativa. Os proprietários preferiam os homens, cuja constituição física suportava melhor as duras e

<sup>38</sup> THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro. Paz e terra. 2001, [1987], p. 274.

<sup>39</sup> LARA, Sílvia Hunold. Blowin' In The Wind: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, vol. 12, 1995 p.43-56.

<sup>40</sup> FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>41</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala a Colônia**. 4. Ed, São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>42</sup> GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>43</sup> QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-117.

exaustivas tarefas a elas impostas. [...] Esses dados reforçam a convicção de que a separação forçada foi um dos grandes obstáculos para a vida familiar. [...] Seja como for, parece-nos que, até o momento, as fontes qualitativas, não tem apoiado satisfatoriamente as observações da demografia sobre uma significativa presença, da família escrava no Brasil<sup>44</sup>.

Notamos, assim, que esses autores tomaram como base de estudo o modelo de família nuclear, na qual o pai e/ou marido é o principal e único responsável pelo sustento do lar, modelo de família esse bastante presente no século XIX. Por isso, tais estudiosos acreditavam ser impossível à construção de famílias escravizadas.

No entanto, para estudar a construção de famílias cativas não se pode tomar como base apenas o modelo de família nuclear, deve-se levar em conta não só as relações consanguíneas, mas também as relações de parentesco espiritual. Sem contar que, muitas vezes, os escravizados construía relações não legitimadas pela igreja, ou seja, as relações consensuais.

É de fundamental importância frisar que as relações conjugais dos escravizados não se davam da mesma forma da dos libertos, o sistema escravista ainda subjugava os escravizados a vontade de seus senhores. Dessa forma, as famílias cativas tanto poderiam ser constituídas por vínculos afetivos ou por conveniência, contando ou não com a legalização da igreja. Assim os escravizados buscavam dentro do próprio sistema brechas que poderia lhes trazer alguma vantagem, dentre elas as relações de compadrio.

Partindo deste princípio, historiadores sociais como Slenes<sup>45</sup>, Reis<sup>46</sup>, Rocha<sup>47</sup> e Reis<sup>48</sup> identificaram a existência de famílias escravizadas, procurando rebater as críticas dos estudiosos ligados a Escola Paulista, abordando questões até antes não trabalhadas com base na análise qualitativa, que leva em consideração os registros paroquiais, listas nominativas, testamentos, inventários, dentre outros.

Entre os pesquisadores que trabalham nessa perspectiva destaca-se Slenes, autor considerado o “descobridor da família escrava”, com a publicação do livro *Na Senzala*

<sup>44</sup>QUEIRÓZ, op. cit, 113-115.

<sup>45</sup>SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da Família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>46</sup>REIS, Izabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

<sup>47</sup>ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX**. 1999. P. 142. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

<sup>48</sup>REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo. Companhia das letras, 2003.



*uma Flor*, na qual rebate as ideias de Florestan Fernandes<sup>49</sup> e de Roger Bastide<sup>50</sup>, as quais apontam em suas obras limites na formação dessas famílias. O autor questiona também a visão dos viajantes que passaram pelo Brasil durante o período escravocrata, os quais defendiam a ideia de não ter havido a formação de famílias escravizadas no território brasileiro.

O estudo de Slenes<sup>51</sup> faz referência à cidade de Campinas/SP. Durante todo o seu trabalho ele mostra dados que comprovam a existência de famílias escravizadas, destacando a média e longa duração das relações, para isso se utiliza de documentos paroquiais, processos crimes, listas de matrículas e inventários. Ao elaborar sua obra, o autor utiliza a demografia histórica, combinada com o fator qualitativo, sobre a qual ele mostra conhecimento referente à história da África, podendo identificar práticas de cultura e novos significados da família e da comunidade escrava, mostrando a contribuição do fogo e a estrutura das senzalas como fatores que reforçaram a permanência de culturas africanas no Brasil, mesmo sendo imperceptível ao olhar de seus senhores.

Assim, percebemos a colaboração da história social e dos estudos de Slenes para trazerem de volta as *recordações* e as *esperanças* da família cativa, contestando, assim, as ideias do viajante Charles Ribeyrolles, que esteve no Brasil, durante o século XIX e negou a presença dessas famílias aqui, ao afirmar que nas senzalas não havia a possibilidade de encontrarem flores.

Slenes<sup>52</sup> acredita que a formação e manutenção da família pelos escravizados inseria-se na luta por espaços de autonomia no cativeiro, uma vez que, as relações familiares não enfraqueceram a resistência dos escravos diante de seus senhores, mas, pelo contrário, os fortaleciam através dos laços de solidariedade e das heranças africanas<sup>53</sup>.

Reis<sup>54</sup> também acredita que os arranjos familiares estabelecidos pelos escravos foram fundamentais para fortalecerem as redes de solidariedade, destacando que as

---

<sup>49</sup>Para uma melhor compreensão consultar: REIS, José Carlos. Anos 1960-70: Florestan Fernandes, os limites reais, históricos, à emancipação e a autonomia nacionais. In: **As Identidades do Brasil 1**. 9. Ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 203-234.

<sup>50</sup>Para uma melhor compreensão a respeito da crítica que Slenes faz a Roger Bastide consultar Primeiro capítulo de: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>51</sup>Ibidem.

<sup>52</sup>Ibidem.

<sup>53</sup>Ibidem.

<sup>54</sup>REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo. Companhia das letras, 2003 p.413.

famílias de africanos não se limitavam apenas ao homem, a mulher e aos filhos, pois, as relações de parentesco espiritual não eram menos importante, uma vez que as famílias e as amizades afetivas eram fontes de solidariedade. Dessa forma, quando o autor analisa os laços afetivos entre os africanos na Bahia valorizando os vários arranjos familiares:

Discuti a família africana na Bahia sobretudo em termos de família convencional, consanguínea. Mas as relações de parentesco oriundas da África dos presos de 1835 implicavam a existência de poligenia, patrilinearidade, patrilocalidade e famílias extensas.[...] a separação das famílias pelo tráfico destruiu redes extensas de parentesco, embora os africanos conseguissem construir novos ou atualizar velhos laços de parentesco espiritual<sup>55</sup>.

Sendo assim, Reis<sup>56</sup> concorda com Slenes<sup>57</sup> quando diz que esses arranjos familiares estabelecidos entre os escravizados serviram para manter redes de solidariedade; além disso, destaca a importância de se analisar a formação de famílias negras não sob a ótica do modelo de família nuclear, mas sim de família extensa, em que não somente o sangue determina os laços familiares, mas também as relações de parentesco espiritual.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Isabel Reis<sup>58</sup> discute aspectos importantes da família cativa do século XIX, analisando as limitações impostas à vida cotidiana dos escravizados na Bahia, além de suas lutas para preservar as relações. O estudo da autora destaca a incidência de uniões matrimoniais legitimadas entre negros escravizados, livres e libertos; as preferências na escolha de parceiros para casar, observando questões referentes à endogamia por cor, origem étnica e estatuto jurídico; a idade dos nubentes; as ocupações daqueles que casavam na Bahia oitocentista.

As relações familiares não se estabeleceram apenas no aspecto consanguíneo, mas também no aspecto religioso. Gudeman e Schwartz<sup>59</sup> pioneiros no Brasil na questão das relações de compadrio, analisam os batismos celebrados na Bahia do século XIX e afirmam que o compadrio extrapolava o sentido meramente religioso, moldando e estruturando certas relações sociais.

Constatou-se também que os escravos sempre procuraram estabelecer relações

---

<sup>55</sup>REIS, João José. Op. cit, p.415.

<sup>56</sup>Ibidem, p. 315.

<sup>57</sup>SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da Família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>58</sup>REIS, Izabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

<sup>59</sup>GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 39-59.

em situação social superior e que em quase nenhum dos casos pesquisados os senhores apadrinharam seus escravizados.

Gudeman e Schwartz também perceberam que os cativos recém-chegados da África não tinham a oportunidade de escolherem os seus padrinhos, ao contrário dos filhos de escravizados que aqui nasceram, quando seus pais possuíam certa “liberdade” para decidirem com quem estabeleceriam relações de solidariedade a partir da prática do compadrio.

Essas informações ainda foram constatadas em outras regiões, a exemplo de Rocha<sup>60</sup>, que identifica essas mesmas relações para a região de Campinas/SP, ao longo do século XIX. Informações também presentes nos estudos Silvia Brugger<sup>61</sup>, que desenvolveu sua pesquisa a respeito das práticas de compadrio entre os escravizados da Vila de São João Del Rei/MG. Ela constatou o predomínio de padrinhos e madrinhas livres para os filhos de escravos, entre 1736 e 1850, sendo normalmente os padrinhos situados em patamares superiores da hierarquia social se comparada com a condição dos batizando<sup>62</sup>.

Schwartz vê a formação de famílias escravizadas como uma válvula de escape para o cativo. No entanto, o autor não quer dizer que os escravizados poderiam se casar sempre que quisessem, pois, teria que passar pela autorização do senhor. Seguindo esse princípio, os historiadores sociais não negam a violência do sistema, mas procuram ver os escravizados como protagonistas, que resistem e arrumam estratégias para minimizarem as dores e o sofrimento do cativo.

Ao longo da historiografia brasileira escravista, podemos perceber que alguns historiadores modificaram seus posicionamentos históricos a respeito da população cativa. Uma delas foi Emilia Viotti da Costa, que na década de 1960 lançou o livro *Senzala a Colônia*, nele a autora negou qualquer possibilidade de formação de famílias escravizadas alegando que:

De um lado, havia a família branca, aparentemente monógama; de outro, a **promiscuidade das senzalas a incitar e favorecer a poligamia de seus senhores**. Por sua vez, a situação do escravo também não contribuía para estreitar laços familiares: **a**

<sup>60</sup>ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX**. Dissertação (Mestrado). Campinas, PPGH/UNICAMP, 1999.

<sup>61</sup>BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Poder e Compadrio**: Apadrinhamentos de escravos em São João Del Rei (Séculos XVIII e XIX). In. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p.195-216.

<sup>62</sup>Ibidem. p. 195.

**desorganização das tradições africanas**, o interesse dos senhores que preferiam, para os escravos, as ligações passageiras a relações consolidadas pelo casamento – que podiam criar obstáculos á venda -, o número relativamente pequeno de mulheres em relações a homens, tudo contribuiu para conferir precariedade e instabilidade aqueles laços<sup>63</sup> (grifos nossos).

Desse jeito a autora destacava a precariedade dos laços familiares entre os cativos, o que para ela impedia os escravizados de estabelecerem vínculos de solidariedade e de companheirismo<sup>64</sup>.

No entanto, em fins da década de 1990, ela lança o livro *Coroas de Glória Lágrimas de Sangue*, na qual faz um estudo pautado no vício social da comunidade de Demerara nos Estados Unidos. Nele Emília Viotti revê alguns posicionamentos que tinha na década de 1960, dentre eles o da família escravizada. Seu estudo proporcionou ao cativo um lugar de destaque, abordando os temas de cultura, família, religião, resistência e direitos desses sujeitos tão relevantes à historiografia. Ela também passa a levar em consideração a cultura africana desses escravizados conforme vemos abaixo:

Teria sido impossível esquecer um mundo deixado para trás: sanções morais, noções do que é certo e errado [...]. Eles também se lembrariam das maneiras de plantar e colher, de empreender guerras, de dançar e cantar, do alimento e das roupas, das ferramentas, das casas, dos vilarejos, de plantas medicinais e de uma infinidade de coisas que não poderiam ser facilmente esquecidas ou abandonadas, mas que nunca seriam as mesmas outra vez<sup>65</sup>.

Percebemos assim a capacidade que Emilia Viotti da Costa teve de modificar o seu posicionamento teórico ao longo de décadas. Contudo, ainda no século XXI alguns historiadores a exemplo de Queiroz<sup>66</sup>, ainda negam a formação de famílias escravizadas alegando a pouca estabilidade e duração dessas relações.

Assim, como a historiografia brasileira durante muito tempo relegou a história do negro a um segundo plano, ou destacou apenas o lado cruel do sistema escravocrata, a historiografia tradicional paraibana também silenciou a presença e a participação do negro no cariri paraibano, justificando essa ausência devido o fato do nativo ter se

<sup>63</sup>COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala a Colônia**. 4. Ed, São Paulo: UNESP, 1999, p.16.

<sup>64</sup>Ibidem, p. 367-370.

<sup>65</sup>COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.101-102.

<sup>66</sup>QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-117.

adaptado melhor ao trabalho do que o próprio escravizado, a exemplo dos trabalhos de Joffily<sup>67</sup> e Almeida<sup>68</sup>.

Um dos *locus* de saber sobre a população negra na Paraíba pode ser encontrada nos artigos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, dentre eles o trabalho da Waldice Porto<sup>69</sup>, com o texto *O Negro na História Paraibana*, que aborda a questão da miscigenação, afirmando que o negro na Paraíba não era tão escuro como em outras áreas brasileiras, uma vez que, foram poucos os africanos que vieram para a Paraíba devido a dificuldades econômicas encaradas pela província, o que favoreceu muito a miscigenação.

Corroborando com o trabalho de Waldice Porto, Aécio Vilar de Aquino<sup>70</sup>, também enfatiza a precariedade da população africana na Paraíba, o que contribuiu, como já mencionado, para a miscigenação. No entanto, nenhum dos dois autores traz em seus textos dados empíricos para confirmarem suas teses.

Essas ideias, a respeito da pouca participação do negro na zona criatória, começaram a serem questionadas no final da década de 1970, com o trabalho de Galliza, sobre o declínio da escravidão na Paraíba, entre as décadas de 1850 e 1880.

Galliza observa que o escravo negro não foi omissos na zona criatória, assim como afirmava Joffily. Nas pesquisas realizadas pela autora nos cartórios de Pombal, constatou-se que nos primórdios do século XVIII, quando a pecuária se expandia para o sertão, já era expressiva a população negra nesta região.

Para comprovar sua tese, a autora utilizou-se de vasta documentação cartorial, mapas da população escrava, recenseamento de 1872 e outras fontes históricas que comprovam estatisticamente que a presença do escravo negro na área sertaneja não foi insignificante.

Com o avanço dos programas de pós-graduação, a influência de Thompson sobre os estudos da escravidão se espalham para outras regiões do país, deslocando-se da região centro-sul. Na Paraíba, os recentes estudos sobre a escravidão estão baseando-se no conceito de “experiência”, proposto por Thompson, a exemplo dos trabalhos de

---

<sup>67</sup>JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892].

<sup>68</sup>ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994 [1923].

<sup>69</sup>PORTO, Waldice Mendonça. O negro na história paraibana. **Revista do IHGP**. N.25, 1991. p.277-297.

<sup>70</sup>GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

Rocha<sup>71</sup> sobre a escravidão na Zona da Mata Paraibana, os quais analisam a população, a família e o parentesco espiritual dos negros nesta localidade. No Brejo Paraibano, enfocamos os estudos de Silva<sup>72</sup>, que trabalha com a escravidão e resistência escrava na “Cidade d’Arêa” oitocentista. No Sertão, destacamos o estudo de Abreu<sup>73</sup>, sobre os senhores e escravos do sertão paraibano, analisando as espacialidades de poder, a violência e resistência escrava no período de 1850 a 1888. O trabalho de Moraes<sup>74</sup> aborda a vivência escrava no sertão do Rio Piranhas; e, o de Vitória Lima<sup>75</sup> enfoca os escravos e os libertos da Província da Paraíba. No planalto da Borborema, destacamos os estudos de Luciano Lima<sup>76</sup>, que analisa o papel desenvolvido pelos escravos na Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875), e a prática do compadrio dos escravos em Campina Grande quando no século XIX<sup>77</sup>, dando maior ênfase a resistência escrava.

Muitos desses trabalhos surgiram devido a maior acessibilidade dos professores das universidades locais ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco e a criação desse programa na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Campina Grande.

Não podendo esquecer o trabalho de Vianna, de meados da década de 1980, que fez um estudo sobre o município de Campina Grande, enfocando questões como estruturas de distribuição de terras, a economia e a sociedade durante os anos de 1840 e 1905.

A presente pesquisa dialoga com os estudos acima citados, sobretudo os de Vitória Lima, Rocha, Abreu, Luciano Lima e Moraes, uma vez que esses trabalharam diretamente com a construção de famílias negras ou com a escravidão no sertão da

---

<sup>71</sup>A tese defendida por Solange Pereira da Rocha pelo PPGH/UFPE data de 2007, porém neste trabalho foi utilizado o livro ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009. Fruto da sua tese de doutorado.

<sup>72</sup>SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e Resistência escrava na “Cidade D’ Arêa” oitocentista**. 2010. 188p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

<sup>73</sup>ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888. 2011. 207p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>74</sup>MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade**: Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. 2011. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>75</sup>LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). 2010. 378p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>76</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: Os Escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: Editora da UFCG, 2007.

<sup>77</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008.

Paraíba, em suas teses e dissertações acadêmicas, assim como o presente trabalho.

Dentre essas novas pesquisas destaca-se o de Rocha<sup>78</sup>, o qual procura dar visibilidade aos indivíduos comuns no processo das mudanças sociais, recuperando histórias de mulheres e homens escravizados e dos “pretos livres” como seres humanos, dotados de subjetividades, que lutaram de várias maneiras contra a coisificação social e a desumanização.

Para tanto, a autora realiza estudo sobre três Freguesias da Zona da Mata, descrevendo quantitativamente as mudanças no quadro demográfico da população da Paraíba no Oitocentos. Ela levanta a hipótese de que a reprodução natural teve forte papel na manutenção do sistema escravista paraibano, hipótese essa que também norteará esta pesquisa sobre a população do cariri paraibano.

As relações afetivas também estão presentes ao longo da pesquisa de Rocha, a qual procura estabelecer a legitimidade dos casamentos negros, e a composição de casamentos mistos, destacando as vivências e sociabilidades da população escrava e não escrava, suas ligações e o seu significado do parentesco espiritual, concluindo com a discussão sobre a política de alforrias no Brasil. A autora ainda aborda as práticas de liberdade na Província da Paraíba, entre 1840-1860.

Com essa mesma perspectiva, Lima<sup>79</sup> analisa a escravidão em Campina Grande do século XIX, dando maior ênfase a resistência escrava. Desta forma, o autor propôs preencher esta lacuna, a partir da análise da documentação e a construção de novos conhecimentos sobre a população cativa no contexto paraibano. A exemplo do terceiro capítulo, *Trabalho, sociabilidade, família e parentesco escravo em Campina Grande*, no qual Lima<sup>80</sup> fez uso dos registros eclesiásticos – assentos de batismo, óbitos e casamentos; testamentos e inventários.

Com os assentos de óbitos, o autor constatou uma série de doenças que afligiam os escravizados: reumatismo, hidropisia (acumulação de líquido seroso em tecidos ou em cavidades do corpo), hérnia, constipação, doenças do útero, tísica (tuberculose), entre outros. No que se refere à formação familiar, ele verificou, com base nos assentos de batismos, 1854-1873, que 87,8%, das crianças foram registradas como filhos naturais, ou seja, de mães solteiras. Isso demonstra uma peculiaridade da família

<sup>78</sup>ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>79</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008.

<sup>80</sup>Ibidem. p.179-234.

escravizada na Paraíba – as uniões consensuais de natureza monoparental. Mesmo assim, embora fossem raros, alguns escravizados tiveram suas uniões legitimadas pela Igreja.

Vitória Lima<sup>81</sup> buscou compreender o processo de liberdade na Província da Paraíba ao verificar os embates sociais existentes entre senhores e escravizados. Por sua vez, Moraes<sup>82</sup> abordou a história dos escravizados do sertão do Rio Piranhas, entre os anos de 1700-1750, analisando as relações sociais entre senhores e escravizados. A autora chegou a identificar nessas relações os laços de interdependência, as possíveis tensões e arranjos e a ação dos escravizados, tendo como pressuposto teórico a história social. Ela ainda enfatiza que as escolhas de padrinhos e madrinhas era estratégico para os escravizados. Ainda sobre o sertão temos o trabalho de Abreu<sup>83</sup> que procurou investigar as relações existentes entre senhores e escravizados no alto sertão da Província da Paraíba na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que buscou enfatizar as atitudes dos cativos diante das oportunidades ou brechas que tal período lhes favorecia.

Assim, esses estudos são importantes para esta pesquisa, uma vez que auxiliaram na compreensão e análise da documentação eclesiástica (livro de batismo, casamento e óbito), presentes na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

As fontes metodológicas para a compreensão das famílias escravizadas, das relações de compadrio e da causa das mortes dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foram:

- **Os assentos de Batismo de 1850-1872:** De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>84</sup>, todas as crianças poderiam ser batizadas independentemente de filiação: legítima, natural ou adulterina. As crianças expostas e nascidas por meio do sacrilégio também deveriam ser batizadas. O ideal é que essas crianças fossem batizadas até oito dias de nascida para não correrem o risco de morrerem pagãs. Além disso, era recomendado que os batizados ocorressem na pia

---

<sup>81</sup>LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). 2010. 378p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>82</sup>MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade:** Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. 2011. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>83</sup>ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão:** espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888. 2011. 207p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

<sup>84</sup>Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes, 1853, p. 14.



batismal da igreja, nos oratórios particulares, nas Capelas, ou por pessoas instruídas na fé cristã. Dessa forma, tem-se que os africanos trazidos da África para o Brasil e os filhos destes que nasceram em terras brasileiras recebiam o sacramento do batismo como uma forma utilizada pelos brancos de justificarem a escravidão, oferecendo na visão senhorial a oportunidade de salvação da alma e uma possibilidade de vida eterna após a morte. O batismo foi o sacramento mais presente entre os escravizados, se comparados com os registros de casamento e óbito, pois nem todos os escravos tiveram suas relações conjugais legitimadas pela igreja, muitas vezes permanecendo apenas nas relações consensuais.

- **Os registros de óbito de 1850-1872:** de acordo com Bassanezi<sup>85</sup> os registros de óbito eram os mais simples e as normas não eram tão rigorosas, eles oferecem informações como o estado civil de quem tinha morrido, caso solteiro o nome dos seus pais, caso casado o nome de seu cônjuge, sua idade, a causa da morte, o local do sepultamento e a roupa que portavam na hora de serem enterradas.
- **Os inventários:** seria destinado a uma parte do processo de partilha, aquele que diz respeito ao arrolamento dos bens. Os inventários *post-mortem*, que serão os utilizados nesta dissertação, não se referem apenas as listagens dos bens contidos no processo da partilha, mas ao processo judicial, como um todo que registra por escrito os atos necessários para realizar a divisão dos bens entre herdeiros<sup>86</sup>. Esses inventários serviram para identificar a fonte econômica da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, a respeito dos escravizados nos forneceram informações tais como: os nomes, as idades, a cor, profissão, o estado de saúde, o valor, a naturalidade e a filiação o que nos possibilitou identificar a construção de famílias nucleares e matrifocais.
- **Recenseamento de 1872:** foi resultado da Lei 1.829, aprovada em 09 de setembro de 1870, se caracteriza como o primeiro censo brasileiro, determinava que todas as pessoas que residissem no Brasil tivessem seus dados registrados, a fim de definir e conhecer a condição social; livre, liberta e escravizada desses indivíduos. O censo nos possibilitou analisar alguns dados sobre a Freguesia em estudo, dentre eles: a população cativa da localidade, o seu estado civil, a religião que professavam, as profissões que exerciam e as doenças físicas que atingiam alguns escravizados.

---

<sup>85</sup>BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes escritas**. São Paulo: Contexto, 2012 p. 145.

<sup>86</sup>BASSANEZI, op. cit, p. 102-103.

- **Os relatórios de Presidente de Província da Paraíba de 1850 a 1872:** era um dos deveres do presidente de província apresentar à Assembleia Legislativa, esses relatórios anualmente, devendo constar o estado dos negócios públicos da província, assim como as medidas necessárias para o melhoramento e solução dos problemas. Os relatórios abordavam temas como educação, obras públicas, gastos públicos, eleições, escravidão, criminalidade, impostos, enfim, assuntos diversos, que auxiliaram na compreensão dos fatores econômicos, políticos e sociais da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, sendo possível a partir dele, analisar alguns mapas populacionais, as secas que atingiram a região e a estrutura política da freguesia.

Fazendo uma articulação entre esses documentos, pretendemos estabelecer uma ligação nominativa para compreender a trajetória de vida dos escravizados. Identificando a construção de famílias nucleares e monoparentais, as relações de compadrio estabelecidas por eles, as causas das mortes e os locais de sepultamento destes indivíduos.

Além dessa possibilidade de ganhar a alforria, os padrinhos passariam a fazer parte efetivamente da família, pois os mesmos concebiam a família de um modo estendido, onde englobava não só os membros consanguíneos, mas também os de irmandades religiosas, a que pertenciam os compadres. Sendo de importância também registrarmos o último momento de vida desses cativos identificando assim a morte de cada um deles entre os anos de 1850 e 1872.

Sendo assim, este trabalho está dividido da seguinte forma: uma Introdução, e mais três capítulos. No primeiro capítulo analisamos a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, compreendendo a formação da Vila Real de São João do Cariri, a partir de seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, também fizemos uma breve contextualização dos rituais católicos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, procurando compreender onde eram ministrados os sacramentos da igreja católica, a exemplo do batismo. Para isso, utilizamos a bibliografia sobre a localidade, a exemplo de Leal<sup>87</sup>, Medeiros<sup>88</sup>, Medeiros<sup>89</sup>, os relatórios dos presidentes de província entre os anos de 1837-1872, alguns inventários do período em análise e o Primeiro Censo Brasileiro de 1872.

---

<sup>87</sup>LEAL, José. **Vale de Travessia**. Campina Grande: Gráfica Santa Fé Ltda, 1993.

<sup>88</sup>MEDEIROS, Coriolano. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

<sup>89</sup>MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990.

No segundo capítulo, está presente a discussão a respeito da construção de famílias escravas no período oitocentista. Para isso, analisamos a legitimidade das uniões a partir do sacramento da igreja, bem como realizamos um estudo das famílias monoparentais, ou seja, aquelas em que a criança estava junto de um único responsável, na maioria das vezes, a mãe. Em seguida, investigamos o batismo de crianças escravizadas e forras; e, posteriormente, as relações de compadrio, com o intuito de saber por quem as crianças estariam sendo batizadas. Além disso, ainda apresentamos um item dedicado ao estudo das origens étnico-raciais/cores, para saber quem eram as pessoas que estavam sendo batizadas eram: pretos, pardos, cabras, mulatos? Finalizamos este capítulo relatando o espaço religioso da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Para o desenvolvimento, deste capítulo, foi necessário uma análise dos registros de batismo, casamento e óbito, inventários e o censo da população de 1872.

No terceiro, e último capítulo, apresentamos uma discussão referente a morte destes escravizados, buscando fazer uma análise demográfica de quantos escravizados morreram no período estudado, levando em consideração, a causa da morte, a idade, a cor, o local do sepultamento, sejam estes nas capelas ou nos cemitérios, e as vestimentas que portavam na hora de serem enterradas. Para tanto, nos utilizamos dos registros de óbito e de alguns inventários. Por fim, nas Considerações Finais, elencamos os resultados relevantes feito na análise dos capítulos.

## **CAPÍTULO 1: A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES**

As histórias presentes nesta dissertação, envolvendo os cativos que vivenciaram o século XIX, ocorreram no interior da Paraíba (conforme Mapa 1), tendo como cenário a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres<sup>90</sup>, que se destacou durante o período colonial e imperial pela vasta extensão territorial e pela economia mista, pautada na produção algodoeira, na criação do gado (*cavalar* e *vacum*) e na economia de subsistência.

Analisaremos as características econômicas, sociais e culturais da Vila Real de São João do Cariri, colocando em cena os protagonistas desta narrativa, pretos/africanos, pardos, cabras, mulatos, crioulos e negros, ou seja, pessoas com origem africana e seus descendentes que compuseram a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre os anos de 1850 e 1872, tendo como base as fontes primárias, compostas pelos assentos de batismo, inventários, Relatórios de Presidente de Província e o recenseamento da população brasileira de 1872.

### **1.1- A VILA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI: SOCIEDADE, ECONOMIA E CULTURA**

Travessia dos Quatro Caminhos, Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, Vila de São Pedro e Vila Real de São João do Cariri foram os nomes que receberam a atual cidade de São João do Cariri, desde o período habitado pelos indígenas Cariris, perpassando pelo processo de ocupação portuguesa com o desbravamento dos sertões, até a atualidade.

A presença da colonização portuguesa nesta região é datada de 17 de novembro de 1699<sup>91</sup>, quando o Alferes Custódio Alves Martins, desejando habitar algumas terras do Sertão da Paraíba, localizada nas cabeceiras e nascentes do Rio Paraíba, saiu da

---

<sup>90</sup> De acordo BOTELHO, Angella Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil:** colônia e Império. 6.ed. Belo Horizonte: Autêntica 2008 p. 90, entende-se **Freguesia** como um território sob a jurisdição administrativa e espiritual de um pároco. Usava-se também o termo **paróquia** para se referir à um circunscrição da Igreja católica.

<sup>91</sup> O primeiro registro que se tem da ocupação da Vila Real de São João do Cariri a partir da Carta de Sesmaria encontrada em: TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba.** Coleção Mossoroense. Volume CCXLV, 1982 p. 40-41.

Capitania de Pernambuco em direção a essas terras habitada pelos indígenas<sup>92</sup>, considerados “bravos”<sup>93</sup>, iniciando assim o (re)povoamento<sup>94</sup> da região com a instalação do Sítio São João.

Depois de (re)ocupar a terra, Alferes procura imediatamente saber a qual jurisdição ela pertencia, para logo em seguida pedir a concessão da sesmaria<sup>95</sup> ao rei de Portugal, que foi concedida em 22 de março de 1702<sup>96</sup>, pelo rei Pedro II, o Pacífico.

Tem-se então que a conquista e ocupação da Vila Real de São João do Cariri pelos portugueses se deu por volta do último quartel do século XVII, mais especificamente em dezembro de 1699, com a fundação de um pequeno povoado, o Sítio São João, faixa de terra localizada nas Cabeceiras do Paraíba.

De acordo com Leal<sup>97</sup> e Medeiros<sup>98</sup>, a povoação iniciou efetivamente com a chegada e instalação de famílias portuguesas, provenientes da Bahia, tais como: os Costa Romeu, Barros Leire, Farias de Castro, Costa Villar, Abreu Tranca e Souza Varjão, que tiveram na criação de gado, iniciada com a instalação de Custódio Alves Martins nesta localidade, e na produção algodoeira, a principal fonte de renda do período imperial.

De acordo com Coriolano Medeiros<sup>99</sup>, o território da Vila Real de São João do Cariri, antes chamado de Travessia pelos índios cariris, foi estabelecido em 1750 sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres, chamada então de Freguesia de Nossa

---

<sup>92</sup> A respeito das populações que viviam no interior paraibano, Oliveira (2009, p.64) destaca a presença dos indígenas Cariris que habitavam as margens do Rio São Francisco e viviam em processos migratórios que incluíam a atual região do Cariri paraibano, antes denominada de sertão.

<sup>93</sup> A informação a respeito dos nativos da região do cariri serem bravos está presente na carta de sesmaria Nº 18 de 17 de novembro de 1699 do Alferes Custódio Alves Martins, no entanto sabemos que essa foi uma das formas encontradas pelos portugueses, para desqualificarem os nativos e se apossarem de suas terras. Sendo, portanto uma visão dos vencedores e de seus mitos de origem.

<sup>94</sup> De acordo com Medeiros e Sá (1999, p.38), esse processo de ocupação do sertão paraibano pelos portugueses, não marca o início do povoamento da região e sim um repovoamento, na qual não significava apenas a apropriação de terras, mas também, tomar mais terras dos índios para serem ocupadas por currais.

<sup>95</sup> De acordo com Cavalcate Neto (2013, p.78) foi um registro jurídico surgido em Portugal com a lei de Sesmarias de 1375, que normatizava a distribuição de terras a particulares. Quando a conquista do território brasileiro se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar e a distribuição de terras a sesmeiros passou a ser uma prioridade, pois era a sesmaria que iria garantir a instalação de propriedades na colônia.

<sup>96</sup> Deve-se levar em consideração que muitas sesmarias foram doadas na Paraíba posterior a expulsão dos holandeses (1654) como uma forma de pagamento por ter auxiliado na guerra contra os indígenas Tapuias também conhecido como “bárbaros” e pela necessidade de ocupação e repartição das terras do sertão paraibano.

<sup>97</sup> LEAL, José. **Vale de Travessia**. Campina Grande: Gráfica Santa Fé Ltda, 1993, p.18; 21.

<sup>98</sup> MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990, p.79.

<sup>99</sup> MEDEIROS, Coriolano. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 232.

Senhora dos Milagres, por decreto de dom Luiz de Santa Theresa<sup>100</sup>, bispo de Olinda e Recife. Em 1776, a Freguesia foi elevada à categoria de Julgado<sup>101</sup>, por meio de Alvará publicado em 17 de abril, recebendo o nome de Cariris Velhos, ou Cariri de Fora. Em 03 de abril de 1798 recebeu a denominação de Vila de São Pedro. Posteriormente, em 05 de maio de 1803, foi designada de Vila de São João do Cariri, sendo elevada a categoria de Comarca<sup>102</sup> em 1854. Atualmente, o município é chamado de São João do Cariri.

Topônimos nomeados não de forma aleatória, pois de acordo com Leal<sup>103</sup> o nome Travessia foi escolhido devido ao fato do atual Rio Taperoá (afluente do Rio Paraíba), local onde se iniciou a fundação do povoado, antes se chamar-se Travessa. A denominação de Vila de São Pedro foi em homenagem a Pedro de Bragança, que subiu ao trono em 1798 como Pedro III. Apenas em 1803 foi instalada oficialmente a Vila Real de São João, também em homenagem à família real, no caso ao príncipe João Rafael de Bragança, que mais tarde assumiu o trono com o título de D. João VI.

O terreno para a construção da Vila foi doado pelo Sargento-mor, José Francisco Alves Pequeno, para a instalação da Câmara da nova Vila Real de São João do Cariri, desde que em troca da dita doação fosse isento do imposto pago por uma casa de taipa que possuía na dita vila, casa esta localizada na rua da Igreja Matriz Nº 11.

Para maior esclarecimento, o Quadro I foi organizado para facilitar a compreensão acerca dos nomes que o município de São João do Cariri já recebeu ao longo de sua história:

<b>QUADRO I: DENOMINAÇÕES QUE O ATUAL TERRITÓRIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI, PARAÍBA RECEBEU AO LONGO DE SUA HISTÓRIA (ANTES DE 1750- ATÉ 2014)</b>			
<b>ANO</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>ORIGEM DO NOME</b>	<b>DOCUMENTO DA CRIAÇÃO</b>
Anterior a 1750	Travessia	Denominação	

<sup>100</sup> PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. Vol. 02. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1977, v.1, p.151.

<sup>101</sup> De acordo com Botelho e Reis (2008, p.) **Julgado** é uma povoação que não alcançava os privilégios de uma vila, nem possuía pelourinho, mas que era dotada de tribunais e juízes p. 116.

<sup>102</sup> De acordo com Botelho e Reis (2008, p.), **Comarca** é uma divisão judicial da capitania que facilitava o controle metropolitano sobre as populações e as atividades econômicas desenvolvidas na região. Em cada comarca, existia uma vila principal, escolhida como sede administrativa, onde eram instalados os órgãos públicos e as autoridades p. 49.

<sup>103</sup> LEAL, op. cit, p.49.

		dada pelos índios Cariris	Não Existe
17/05/1750	Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres	Homenagem a Santa de mesmo nome	1º livro de batismo/casamento/óbito 1750
17/04/1776	Julgado dos Cariris Velhos ou Cariri de Fora	Não Consta	Alvará publicado em 17 de abril de 1776
03/04/1798	Vila de São Pedro	Homenagem ao Príncipe Pedro III	03 de abril de 1798
05/05/1803	Vila Real de São João do Cariri	Homenagem ao Príncipe Regente D. João VI	05 de maio de 1803
6/07/1854	Comarca de São João do Cariri	Não Consta	Por lei provincial n 27 de 6 de julho de 1854 e classificada pelos decretos ns.1645, de 29 de setembro de 1855, e 5099, de 29 de setembro de 1855, e 5099, de 4 de dezembro de 1872.
15/11/1938	Cidade e Comarca de São João do Cariri	Não Consta	O decreto-lei n 1164 em vigor até os dias atuais

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor, com base nas informações contidas em Medeiros (1950).

B. Rohan<sup>104</sup> afirma que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (1750) é uma das mais antigas Freguesias da Capitania da Paraíba, sendo criada posteriormente a Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1585), no município da Parahyba, e a Freguesia de Taipú (1745), situada no município de Pedras de Fogo.

Como visto anteriormente, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres se limitava ao Norte com a Província do Rio Grande do Norte e o município paraibano de Cuité; ao Sul com a Província de Pernambuco; a Leste com os municípios de Cabaceiras e Campina Grande e ao Oeste com os municípios de Patos e Serra do

<sup>104</sup> ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, nº 3, 1911, p. 276-278.

Teixeira, na Província da Paraíba, e o de Ingazeira na de Pernambuco. Localizava-se a 26 léguas<sup>105</sup> (cerca de 143 km) da Freguesia de Campina Grande e 61 léguas (cerca de 335,5 Km) da Freguesia Nossa Senhora das Neves<sup>106</sup>. Conforme se observa no mapa II:

Mapa II: Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX, 1868.



Fonte: Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes, 1868.

Acervo: Biblioteca Nacional

A seta indica a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Dessa forma, São João sediou a primeira Freguesia do sertão paraibano, posteriormente, também englobou as Freguesias de Nossa Senhora Maria Magdalena (1857), no município de Serra do Teixeira, e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Cabaceiras.

Verifica-se, então, que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foi criada em 1750, porém, de acordo com Severiano:

Só foi elevada a condição de paróquia por volta de 1768, pouco mais ou menos. Servem-lhe de limites: a leste, a paróquia de Campina Grande; a oeste, a de Batalhão; ao norte, a de Pedra Lavrada; e ao sul, as de Cabaceiras, Alagoa do Monteiro e Taquaretinga, sendo esta última da diocese de Olinda<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> Conforme Neves (1997, p.220), uma légua equivalia a 5,5 Km.

<sup>106</sup> Informações contidas nos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Publicado sob a administração do diretor geral interino Dr. Aurelio Lopes de Souza, 1918, Volume XL. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923.

<sup>107</sup> SEVERIANO, Francisco. **A Diocese da Parahyba**. Parahyba do Norte: Typ. Da Imprensa, 1906, p. 43-44.



Para um melhor entendimento, organizamos o quadro II:

<b>QUADRO II: LIMITES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES- SÉC. XIX</b>	
<b>NORTE</b>	Paróquia de Pedra Lavrada
<b>SUL</b>	Paróquia de Cabaceiras, Alagoa do Monteiro e Taquaretinga, sendo esta última da diocese de Olinda.
<b>LESTE</b>	Paróquia de Campina Grande
<b>OESTE</b>	Paróquia de Batalhão

**Quadro** elaborado pelo autor com base nas informações contidas em SEVERIANO (1906, p.43-44).

É possível observar que primeiro foi criado a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (1750) e logo em seguida a paróquia (1768).

No século XIX, a Vila Real de São João do Cariri se destacava pela vasta extensão territorial. De acordo com Medeiros<sup>108</sup>, durante o período colonial, a Vila abrangia cerca de 1/3 do território da Paraíba, tendo diminuído consideravelmente depois da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande<sup>109</sup>. Reduzindo-se, na segunda metade do século XIX, à área do então sertão do cariri, formada pela junção dos Rios Serra do Meio, Sucuru e Paraíba.

Muitas das fazendas que compunham a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres durante o período colonial e imperial recebiam o nome de acidentes geográficos (Boqueirão, Capoeira, Detrás da Serra, Pedra, Pico, Serra), riachos (Cachoeira, Cacimbas, Lagoa, Açude, Lagoa dos Anjicos, Poço Cumprido, Poço Grande e Riacho Fundo), animais (Carneiro, Pombas, Sapo e Siriema), e vegetais (Algodões, Bananeiras, Carnaúba, Cajazeiras, Carrapateira, Feijão, Ingá, Geramataia e Paus Branco.), abundantes na região, como identificamos nos livros de batismo da Freguesia de 1850 a 1872. Conforme se observa no fragmento do mapa III.

<sup>108</sup>MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990, p.37.

<sup>109</sup>Apenas em 1769, 19 anos depois da criação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, foi que Campina Grande se tornou também Freguesia. No dia 6 de abril de 1790, Campina Grande passou a ser chamada oficialmente de Vila Nova da Rainha, em homenagem à Rainha D. Maria I.



quaresmais, semana santa, missas, batizado e casamento de filhos e parentes) iam para a Vila e lá permaneciam temporariamente com suas famílias.

A cultura da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres era, portanto, voltada, principalmente, para o lado religioso e por ser uma província distante da capital não contava com teatros, espaços de diversão e lazer. Esses se restringiam aos dias de domingo e as festividades religiosas. A festa da padroeira Nossa Senhora dos Milagres, ocorrida em setembro, atraía e ainda atrai centenas de pessoas, tanto do lado profano como do religioso.

Infelizmente em nossas pesquisas não foi possível identificar as festas negras, muitas delas não oficiais, por isso silenciada ao longo do tempo, no entanto, acreditamos que elas existiram, não só em São João do Cariri, mas também em outros lugares da Província da Paraíba, assim como destaca Vitória Lima.

Ao analisar o censo de 1872, percebemos que a população da freguesia possuía 15.032 habitantes, sendo que, desses, apenas dois não eram católicos e possuíam nacionalidade alemã. Sabe-se que estes dados não revelam as práticas religiosas diferentes da católica, uma vez que se reconheciam apenas o catolicismo, excluindo assim as religiões de origem africana e indígena.

Por ser uma freguesia distante da capital, não contava com investimentos constantes por parte do governo, fazendo com que o presidente da província, B. Roan<sup>113</sup>, a caracterizasse como uma das mais “mediócras” das freguesias. Os edifícios públicos eram resumidos a matriz e a cadeia, ambos muito arruinados, um cemitério<sup>114</sup> em construção, a Câmara Municipal, que funcionava em uma casa alugada. No que diz respeito à educação, em 1859 a Freguesia continha apenas uma cadeira de instrução para o sexo masculino.

Em nossas pesquisas nos Relatórios de Presidente de Província, identificamos que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, em 1850, dispunha de um termo judiciário, com juiz municipal e de órfãos, dois distritos de paz, uma delegacia de polícia e três subdelegacias, um colégio eleitoral, pertencente ao segundo distrito, com 44 eleitores, um batalhão da guarda nacional e uma companhia de reservas, ambas da infantaria. Observamos, assim, que a Freguesia estava muito bem aparelhada com os

---

<sup>113</sup> B. Rohan foi Presidente da Província da Parahyba durante os anos de 1857 e 1859, op.cit, 346.

<sup>114</sup> A construção de um cemitério em uma localidade nos anos iniciais da segunda metade do século XIX representava um avanço para a época, se caracterizando como fruto de um processo higienista e modernizador, assim como discutiremos no 3º capítulo.

órgãos públicos administrativos, destoando, portanto, das considerações de B. Rohan<sup>115</sup> quando ele a caracteriza como uma das freguesias “mais medíocres” da província.

Apesar de todas as dificuldades, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foi um dos principais centros econômicos de todo o interior<sup>116</sup>. Sua economia era baseada na criação, no comércio de gado *cavalar* e *vacum*, e na agricultura de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. Essas fontes econômicas estavam na base da economia, desde o período colonial até o imperial. Sendo assim, verificamos que a economia da região era bastante diversificada, como podemos observar no trecho seguinte: “O seu **comercio** é de **gado *vacum*, e *cavallar***; tem cura amavivel, e pelo rol de desobriga de 1774 tem duas Capelas filiais; oitenta e sete fazendas; 410 fogos; e 1799 pessoas de desobriga”<sup>117</sup>.

A criação do gado *cavalar* e *vacum* já aparecia como sendo a base do comércio da região desde 1774 (conforme citação anterior), pouco tempo depois da data da criação da Freguesia (1750), caracterizando-se, já no período colonial, como sendo uma das principais fontes econômicas da região, o que vem permanecer ao longo do século XIX, como relata o Monsenhor Pizarro em Memórias Históricas<sup>118</sup>:

Sobre uma colina rodeada de outras semelhantes e pedregosas, cujo **território árido e seco, e muito ventoso**, ficando sobranceiro na margem esquerda do rio São João, uma das cabeceiras do rio Paraíba, oferece soberba vista do anfiteatro, pelas diversas colinas e as serras que se seguem; e pois o **território** desta Villa quase **todo montanhoso** e as serras que circundam são fraldas do grande Borborema ... Todo este país é conhecido por muito mimoso e **próprio para criar gado**, o que consiste o seu **principal negocio**<sup>119</sup>. (grifos nossos).

Baseando-se no trecho mencionado, percebemos que, nas primeiras décadas do século XIX, a criação de gado consistia no principal negócio da região. No entanto, esse relato trata muito mais do que apenas a base da economia, ele oferece detalhes sobre a

<sup>115</sup> ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, n° 3, 1911, p. 346-348.

<sup>116</sup> MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990, p.15.

<sup>117</sup> Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XL/1918, 1923 p.17. Grifos nossos.

<sup>118</sup> O livro memórias históricas de Pizarro é um livro do século XIX (1820) composto por 10 tomos, cuja elaboração durou cerca de 40 anos para ficar pronto, inicialmente ele pretendia escrever uma história religiosa sobre o Bispado do Rio de Janeiro, por não conseguir separar o público do privado reuniu informações não só do Rio de Janeiro, mas de diversas capitanias brasileiras, esta disponível na Biblioteca Nacional.

<sup>119</sup> Apud LEAL, 1993, p.53-54.

geografia da região, enfocando o território montanhoso, o que poderia dificultar a implantação de grandes latifúndios de monocultura, como tinha no litoral canavieiro do Brasil. As secas constantes também era um fator que dificultaria a agricultura. Dessa forma, a atividade pecuarista se adaptou melhor a essa localidade, por ser uma atividade que não necessita de chuvas regulares.

De acordo com Galliza<sup>120</sup>, São João do Cariri era uma região pastoril, mas de terrenos tão secos que a água só era obtida durante o verão, através de cacimbas abertas nas margens dos rios, o que possibilitava a criação dos animais, por isso, a atividade pecuarista sobressaia acima da agricultura.

Mesmo iniciada no período colonial ainda era predominante, na segunda metade do século XIX, a criação de gado e a agricultura como fonte de economia da vila, assim como destaca B. Rohan quando faz o mapeamento das cidades da Paraíba, chamando a atenção para a economia da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres: Sua indústria consiste em **gado cavallar vacum, cabrum e ovelhum**. A lavoura é neste município, mui limitada: planta-se, entretanto, **algodão e mandioca, legumes e cereais para o consumo**<sup>121</sup>.

Ao analisar o inventario de Amaro da Costa Romeu (1766-1858)<sup>122</sup> conseguimos identificar que ele recebeu os títulos de Sargento-mor das Ordenanças Montadas do Cariri de Fora<sup>123</sup> e depois de Capitão-mor<sup>124</sup>, era um importante fazendeiro da localidade, residia na Fazenda Velozo, porém possuía grande quantidade de terras, com a predominância do gado *cavalar* e *vacum* em sua propriedade, abaixo o quadro III demonstrará a quantidade de cabeças de gado presentes no inventário e o seu valor:

QUADRO III: QUANTIDADE DE GADO VACUN PRESENTE NO INVENTÁRIO DE AMARO DA COSTA ROMEU, 1858		
QUANTIDADE	GADO VACUN	VALOR TOTAL
120	Vacas	3:360\$000

<sup>120</sup>GALLIZA, op.cit, 94.

<sup>121</sup>B.Rohan, op. cit, p. 277. Grifos nossos.

<sup>122</sup>Ver inventário de Amaro da Costa Romeu, 1858. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri, doravante AFNFB.

<sup>123</sup>De acordo com BOTELHO; REIS, op. cit, p. 65, ao Sargento-mor cabia visitar e adestrar toda a gente das companhias existentes em sua jurisdição pelo menos duas vezes ao ano, com especial cuidado para com as áreas onde houvesse maior necessidade de sua atuação, estando sob ordens do Capitão-mor.

<sup>124</sup>De acordo com BOTELHO; REIS, op. cit, p. 37, o Capitão-mor foi um dos cargos criados para assessorar o governador geral, sua função era manter a paz na localidade, vigiando estranhos e prendendo criminosos, sendo em muitas localidades a autoridade máxima.

28	Novilhas	360\$000
40	Garrotes	4:070\$000
15	Bezerras	105\$000
12	Novilhos Grandes	360\$000
03	Novilhos Menores	75\$000
04	Bois Mansos	1:080\$000
20	Bois Selatos	560\$000
02	Bois	350\$000
20	Novilhotes	400\$000
40	Garotes	560\$000
15	Bezerros	1:005\$000
02	Bois Mansos	140\$000
<b>321</b>		<b>12:425\$000</b>

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Amaro da Costa Romeu, 1858. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

Percebemos assim, que Amaro da Costa Romeu tinha uma quantidade de gado *vacun* considerável em sua fazenda, somando 321 cabeças, todas avaliadas em 12 contos e 425 mil réis, no entanto sua riqueza não termina por aí, no seu inventário também foi possível identificar 57 cabeças de gado *cavalar*, sendo quinze cavalos, avaliados em 655\$000; onze poldros, sendo um da perna quebrada, todos avaliados em 490\$000; quatorze bestas, somando 630\$000; quatro poldras, totalizando 160\$000; cinco poldrotas, equivalentes a 150\$000; cinco poldrinhas, importando a quantia de 320\$000; dois poldrinhos, valendo 40\$000 e, por último, uma besta equivalente a 15\$000. Todos esses bens totalizaram uma quantia de 2:460\$000 reis.

No inventário de Amaro da Costa Romeu, também foi identificado a presença de dois bois mansos, o que poderia ser utilizado para auxiliar na locomoção das pessoas. Lima<sup>125</sup> destaca a criação de cavalo como essencial, uma vez que era a principal forma de locomoção das pessoas durante o período colonial e imperial, vejamos o que Lima destaca a respeito da importância da criação de cavalos.

Além de servir de força animal de trabalho auxiliar nas fainas do campo, os cavalos eram excelentes meios de transporte de humanos e

<sup>125</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008, p.113.

cargas, amplamente utilizados pela população, quer seja para simples passeios, quer seja para vencer as longas distâncias, que então se apresentavam, o que fazia com que os mesmos fossem bastante valorizados, chegando a adquirir um valor de mercado considerável, a ponto de seu preço sempre ultrapassar, na média o de gado *vacum*<sup>126</sup>.

Apesar da base da economia da vila ser a criação de gado, Galliza<sup>127</sup> destaca a importância do algodão na região, pois esse produto era totalmente aproveitado, seu caroço e a rama serviam de alimentação para o gado, já a fibra, serviria para exportação, tendo, assim, lucro duplo.

Porém, a atividade pecuarista exercia um destaque maior do que a agricultura, uma vez que a lavoura era muito limitada, até mesmo pelas secas constantes que assolavam a região. Inclusive este relato foi feito por B. Rohan ao se referir à década de 1850, alguns anos após a região ter passado por secas constantes, o que pode ter limitado a lavoura.

Em 1862, o presidente da província Francisco de Araujo Lima nos informa que em São João do Cariri:

A **produção algodoeira** é uma quantidade superior a mil arrobas; a **cana de açúcar** para mil **rapaduras**, a **mandioca** para trezentos alqueires de **farinha**, o **milho** para quinhentos ditos, o **feijão** para trezentos ditos; o **arroz** igual ao número de alqueires; **queijo**, **gado vacum**, para mil cabeças dito **cavalar** para seiscentos<sup>128</sup> (Grifos nossos.)

Esses dados podem ser confirmados se analisados os inventários da época, como o do já citado Amaro da Costa Romeu, em seus bens se encontrava uma casa de farinha, local onde se transforma a mandioca em farinha, o que prova a produção de mandioca na região.

Galliza<sup>129</sup> (1979) destaca que o povoamento do sertão só ocorreu devido à pecuária, seguido da produção do algodão, identificando indícios dessa plantação já no século XVIII, por causa da denominação de certas fazendas da localidade, a exemplo de Lagoa dos Algodões.

<sup>126</sup>Ibidem, p.113.

<sup>127</sup>GALLIZA, op. cit, p.45

<sup>128</sup>LIMA, Francisco de Araújo. Relatório de Presidente de Província, 1863, fl. 30, disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba> Acesso em: maio 2014.

<sup>129</sup>GALLIZA, op. cit, p.25.

Nos registros de batismo de 1850 a 1872, foi identificada, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma fazenda, cujo nome faz menção à produção de algodão nessa região, A Fazenda do Algodão, conforme se observa no registro batismal abaixo:

Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e quatro anos na **Fazenda do Algodão** desta Freguesia de São João do Cariri, batizei solenemente a Sebastião, crioulo, com cinco meses de nascido, filho natural de Joaquina, escrava de Florêncio Jose Bizerra, casado, sendo padrinhos Severino Brandão e sua mulher, Donaria Maria do Espírito Santo, todos desta Freguesia<sup>130</sup>

A partir dos relatos dos Anais da Biblioteca Nacional e das Memórias do Monsenhor Pizarro, citado anteriormente, referentes ao período colonial, e também através das colocações de B. Rohan e do Presidente de Província Francisco de Araújo Lima sobre a segunda metade do século XIX, percebemos que a pecuária foi a base da economia, com destaque para a produção de gado *cavalar* e *vacum*, em grande escala, e, numa menor, para a criação *cabrum* e *ovelhum*, tendo como atividade secundária a agricultura de subsistência.

De acordo com Souza<sup>131</sup>, a agricultura foi importante na economia de todo o sertão, porém era uma atividade complementar à pecuária, a qual não necessitava de tantos investimentos, visto que no início da ocupação os bovinos eram soltos aos pastos nativos<sup>132</sup>, salvo algumas exceções que eram criados em currais. A tabela 1 mostra a base da economia dos municípios paraibanos, entre os anos de 1852 e 1872, que se destacavam mediante a criação do gado.

**Tabela I:** Economia característica das vilas de São João do Cariri, Alagoa do Monteiro e Sousa 1852-1886

Principal Produção	Municípios	1852	1872	1884	1886
C					
A G	São João do Cariri	1.538	642	1.976	1.399
B A	Alagoa do Monteiro	-	611	524	354
E D D	Sousa	3.446	1.376	743	979
Ç E O					

<sup>130</sup> LBNSM, 1867-1871. 129ff, APIMNSM.

<sup>131</sup> SOUZA, Fabio William de. **Fronteiras Póstumas:** a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande. 2010. 142p. Dissertação (Mestrado em História): Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010, p.59.

<sup>132</sup> De acordo com Souza (2008, p. 51) A vegetação nativa da região era a caatinga, uma formação vegetal que apresenta porte variável onde dominam espécies caducifólias de caráter xerófilo e grande quantidade de plantas espinhosas. Além dessas características mais comuns de resistência a carência hídricas, sendo portanto resistentes a seca.



A  
S

<b>Total</b>	<b>998</b>	<b>4.984</b>	<b>2.629</b>	<b>3.243</b>	<b>2.732</b>
--------------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------

*Fonte: Apud GALLIZA (1979, p.40)*

Ao analisar a tabela, constatamos que a Vila de São João se caracterizava como o segundo maior produtor de gado da província da Paraíba, em 1852, com 1.538 cabeças de gado, perdendo apenas para Sousa que continha 3.466.

No entanto, fazendo a análise dos mesmos dados para o ano de 1872 percebemos que caiu em mais de 50% a quantidade de cabeças de gado na região. No entanto, esta diminuição também é acompanhada pela Vila de Souza.

Essa diminuição na quantidade de gado na região de São João do Cariri pode ser explicada pelo menos por dois fatores: um deles é a quantidade de gado presente no município de Alagoa do Monteiro<sup>133</sup>, que, em 1852, pertencia a São João do Cariri, mas que, em 1872, já se apresentava independente da Vila de São João, chegando a contar com 682 cabeças de gado. Um segundo fator pode ter sido as secas de 1853, 1860, 1865, 1866, 1869 e 1870, em relação às quais Almeida<sup>134</sup> (1978) chama de “repiquetes” ou pequenas secas, o que pode, ou não, ter contribuído para a diminuição do gado, visto que com as secas diminuía-se a quantidade de ração utilizada na alimentação. Entretanto, Almeida destaca que essas secas estavam intercaladas com chuvas abundantes, a exemplo de 1861.

De acordo com a tabela I, a Vila Real de São João do Cariri só volta a ter um crescimento econômico considerável nos anos de 1884 e 1886, se tornando o principal produtor de animais da Província da Paraíba, superando até mesmo o município de Sousa.

De acordo com Medeiros<sup>135</sup>, a criação do gado na área sertaneja tinha como objetivo fornecer bois mansos para os engenhos e carnes para as cidades litorâneas, sendo a produção do couro utilizado para a exportação.

Baseando-se em Cavalcante Neto<sup>136</sup> observamos que o deslocamento bovino do sertão seguia os vales fluviais do Peixe, Piranhas e Espinharas, na qual alcançava a

<sup>133</sup> De acordo com Medeiros (1950, p. 147) o distrito de Alagoa do Monteiro foi criado pela Lei Provincial nº. 194, de 4 de setembro de 1865. Tornou-se município por meio da Lei nº 457, de 28 de junho de 1872, com território desmembrado de São João do Cariri.

<sup>134</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994 [1923], p.177.

<sup>135</sup> MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p.69.

Serra dos Anis, prosseguindo pelo rio Travessia, até chegarem em Boqueirão, de onde partiam com destino ao brejo pernambucano (Goiana, Limoeiro, Timabaúba e Olinda), espaço consumidor do rebanho sertanejo.

Analisando as informações presentes em Joffily verificamos a estrada que interligava a Vila Real de São João do Cariri a outros municípios, era, portanto a estrada de Espinharas, que segundo ele:

A estrada de espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do rio Espinharas<sup>137</sup>.

A importância da pecuária em São João do Cariri também pode ser observada se analisados os dados do dízimo do gado, nos anos de 1859 e 1868, em relação aos quais se percebe que São João era o município que mais arrecadava impostos, conforme o quadro seguinte:

<b>QUADRO IV: IMPOSTO ARRECADADO COM O DÍZIMO DO GADO NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA EM 1859 E 1868</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ANO 1859</b>	<b>ANO 1868</b>
Capital	17\$000	79\$000
Mamanguape	1:400\$000	204\$000
Pilar	250\$000	37\$000
Pedras de Fogo	.....	51\$000
Ingá	40\$000	81\$000
Independência	1:167\$000	371\$000
Areia	2:301\$000	411\$000
Bananeiras	3:301\$000	650\$000

<sup>136</sup> CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Taperoá: Apontamentos para a sua história. In: Antonio Clarindo Barbosa de Souza. (org). **História dos municípios paraibanos**. 2ed. Campina Grande: EDUFPG, 2013, v.2, p.91.

<sup>137</sup> JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892], p.225.

Alagoa Nova	.....	.....
Cuité	.....	2:021\$000
Campina Grande	810\$000	800\$000
Bodocongó	.....	1:460\$000
<b>São João</b>	<b>12:309\$000</b>	<b>14:485\$000</b>
Patos	6:720\$000	9:260\$000
Catolé do Rocha	.....	4:801\$000
Pombal	1:735\$000	4:899\$000
Piancó	7:019\$000	2:130\$000
Misericórdia	.....	1:005\$000
Sousa	5:003\$000	5:900\$000
Cajazeiras	1:700\$000	3:800\$000
		49:445\$000

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Relatório de Presidente de Província da Paraíba de 1859 e 1868. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa> Acesso em: maio de 2014.

Verificamos que a Vila de São João arrecadava uma quantia de impostos, relativos ao dízimo do gado, superior a Vila de Sousa, a Vila de Pombal e a Vila de Campina Grande, outros importantes municípios sertanejos da Província da Paraíba.

Percebemos, assim, que a principal fonte econômica da Vila Real de São João do Cariri era a pecuária, com destaque para a criação do gado, seguida da agricultura (mandioca, arroz, farinha, milho e algodão), que servia de atividade complementar<sup>138</sup>.

Visto que a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres era bastante diversa, residindo a maior parte na zona rural, tendo como base econômica à pecuária e à agricultura, algumas inquietações surgem, dentre elas: qual a principal fonte de mão de obra utilizada nessas atividades rurais?

<sup>138</sup> Essas informações foram obtidas nos Relatórios de Presidente de Província para o período imperial e nos anais da Biblioteca Nacional, referente ao colonial.

## 1.2- A PRESENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NO CARIRI PARAIBANO NO SÉCULO XIX

Uma sociedade não se mantém a mesma ao longo do tempo, ela passa por diversas mudanças e transformações, mas percebemos também permanências, rupturas, por isso, este item do capítulo 1 enfoca a presença do escravizado negro no cariri paraibano ao longo da segunda metade do século XIX.

A Província da Paraíba não contava com um grande contingente populacional de escravizados, se levada em conta quatro províncias da região norte, a exemplo de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande. A população cativa da Paraíba era inferior a de Pernambuco e Alagoas e superior a do Rio Grande, conforme se observa no quadro seguinte:

<b>QUADRO V: POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR CONDIÇÃO JURÍDICA – SÉCULO XIX</b>					
<b>Período</b>	<b>População Cativa Pernambuco</b>	<b>População Cativa Alagoas</b>	<b>População Cativa Paraíba</b>	<b>População Cativa Rio Grande</b>	<b>População Cativa Brasil</b>
<b>1819</b>	97.633	69.090	16.723	9.109	1.107.389
<b>1823</b>	150.000	40.000	20.000	14.376	1.147.515
<b>1867</b>	250.000	50.000	40.000	5.000	1.400.000
<b>1872</b>	89.028	35.741	21.526	13.020	1.510.806

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Estatísticas HISTÓRICAS DO Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 32.

Verificamos então, que a Província de Pernambuco destacava-se como uma das maiores detentoras de escravizados da região norte<sup>139</sup>, ao longo do período oitocentista, chegando a contar com uma população de 250.000 escravizados no ano de 1867, o que correspondia a 17,86% da população escravizada do Brasil. Esses dados podem ser

<sup>139</sup> A Província da Bahia também contava com uma grande quantidade de escravizados, chegando a conter 280.000 cativos no período de 1823, de acordo com as Estatísticas Históricas do Brasil (1990, p.32). No entanto, escolhemos fazer a relação entre a quantidade de escravizados nas Províncias da Paraíba com a de Pernambuco e Rio Grande devido a maior aproximação geográfica dessas.

justificados pelo fato de Pernambuco ser uma das principais Províncias do Norte, destacando-se na economia devido à produção canavieira e concentrando, juntamente com a Bahia, os principais portos de desembarque de negros oriundos da África para o Brasil.

As Províncias da Paraíba, Alagoas e do Rio Grande não contam com uma população cativa tão grande como a de Pernambuco. E um dos fatores que pode ter contribuído para a formação desse quadro foi o encarecimento da mão de obra escravizada pós-1850 para essas províncias, visto que as mesmas não contavam com pontos de desembarque de africanos, tendo então que adquirir seus escravizados de Pernambuco.

Medeiros<sup>140</sup> afirma que os navios carregados de escravizados deixavam a Paraíba fora de sua rota comercial, encarecendo, assim, a aquisição de mão de obra por parte dos senhores paraibanos.

Ainda analisando o quadro 5, percebemos para as Províncias da Paraíba e de Pernambuco um aumento gradativo, ao longo dos anos de 1819, 1823 e 1867; porém há uma diminuição significativa se comparada com o ano de 1872. Alguns fatores podem ter contribuído para esse decréscimo, a exemplo do aumento do tráfico interprovincial, que veio a se intensificar no pós-1850, com a Lei Euzébio de Queiroz, que determinou o fim do tráfico transatlântico; as epidemias que assolaram a região norte, a exemplo da cólera, e a queda do preço do açúcar no mercado internacional, em contraposição à valorização do café produzido na região Sudeste.

Esse crescimento populacional das províncias da Paraíba e Pernambuco, ao longo dos anos de 1819, 1823 e 1867, não foi acompanhado pela Província do Rio Grande, pois houve um aumento entre os anos de 1819 e 1823; porém, se comparado com 1867 destaca-se uma diminuição de mais de 60% da população escravizada. No entanto, essa volta a crescer, e, em 1872, passando a contar com um número de escravizados próximo ao do ano de 1823. Porém, ainda continua com uma população cativa menor do que as das Províncias da Paraíba e Pernambuco.

Se comparada a Paraíba com a Província de Alagoas, observamos características semelhantes entre elas, podemos destacar as pequenas unidades produtoras, no entanto identificamos um número superior de escravizados para a Província de Alagoas em relação à Paraíba. Em todos os anos pesquisados, Alagoas contava com um número

---

<sup>140</sup> MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p.50.

superior de escravizados, sendo uma diferença bastante significativa para os anos de 1819 e 1823, havendo uma aproximação entre os anos de 1867 e 1872, no entanto a diferença para 1872 ainda era de 14.215 escravizados.

Dessa forma, a Província da Paraíba contava com um número pequeno de escravizados, não chegando a nenhum dos momentos a conter 3% da população cativa brasileira. Para o ano de 1819, representava 1,5% da população escravizada; em 1823, computava-se 1,7%; chegando ao auge da população escravizada paraibana em 1867, quando se somava 2,8%; o que veio ligeiramente acompanhado de uma queda para o ano de 1872, em que representava apenas 1,4%.

Se levado em consideração esses dados da Província da Paraíba, percebemos que a diminuição na quantidade de escravizados, entre os anos de 1867 e 1872, pode vir acompanhado do aumento da população livre como mostra o quadro que se segue:

<b>QUADRO VI: POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR CONDIÇÃO JURÍDICA SÉCULO XIX</b>					
<b>PERÍODO</b>	<b>LIVRE</b>	<b>%</b>	<b>ES CRAVA</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1819</b>	79.725	82,66%	16.723	17,34%	96.448
<b>1823</b>	102.407	83,66%	20.000	16,34%	122.407
<b>1852</b>	184.595	86,6%	28.546	13,4%	213.141
<b>1867</b>	260.000	86,66%	40.000	13,34%	300.000
<b>1872</b>	354.700	94,27%	21.526	5,73%	376.226

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil. 2. d. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.32. Para o ano de 1852: Fonte: Pinto (1977, p.208).

Um dos fatores que pode ter contribuído para essa diminuição da população escravizada da Província da Paraíba pode ter sido a intensificação do tráfico interprovincial posterior a 1850, época em que, de acordo com Galliza<sup>141</sup>, o fim do tráfico negreiro coincidiu com a fase da expansão cafeeira na região centro-sul, principalmente nas áreas do Vale do Paraíba e, posteriormente, no oeste paulista, o que ocasionou um aumento na procura de mão de obra escravizada e, conseqüentemente, uma elevação dos preços de cativos na região centro-sul.

<sup>141</sup> GALLIZA, op. cit, p.112.

Apesar de não contar com um contingente populacional de escravizados tão grande, a Província da Paraíba cresceu a partir da mão de obra escravizada, a qual estava espalhada por todas as regiões, indo desde a zona da mata até o sertão.

Durante o período colonial e até a década de 80 do século XIX, o maior contingente de escravizados paraibanos se localizava na Zona da Mata, sendo os escravos utilizados na lavoura canavieira. Entretanto, Galliza<sup>142</sup> coloca que nos últimos anos da escravidão brasileira a quantidade de escravizados localizada nos municípios criatórios do sertão paraibano era superior a do litoral.

Porém, durante muito tempo, conforme destacamos anteriormente, a historiografia tradicional paraibana negou a presença e a participação do escravizado no cariri paraibano, sendo essa ausência apontada devido ao fato do nativo ter se adaptado melhor ao trabalho do que o próprio escravizado, essa questão está presente, por exemplo, nos trabalhos de Joffily<sup>143</sup>, Almeida<sup>144</sup> e Horácio de Almeida<sup>145</sup>.

Joffily<sup>146</sup> presenciou a escravidão no sertão paraibano, mas não reconheceu sua importância para a economia, afirmando que o nativo se adaptou bem melhor as atividades de vaqueiros do que os próprios negros. Almeida<sup>147</sup> também coloca como mínima a quantidade de escravos no sertão paraibano. Já Abreu<sup>148</sup>, ao escrever o livro *Capítulos da Historia Colonial*, relatou que os escravos presentes no sertão paraibano e cearense serviram, principalmente, para destacar a importância e o poderio econômico dos fazendeiros.

Não obstante, o quadro VII elaborado a partir de nossas pesquisas mostra a presença de pessoas negras na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, discordando das ideias de Joffily, Almeida e Abreu.

<b>Quadro VII: POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872</b>			
<b>Período</b>	<b>Livre</b>	<b>Escravizada</b>	<b>Total</b>
<b>1852</b>	9.212	1.538	10.750

<sup>142</sup> GALLIZA, op. cit, p.135.

<sup>143</sup> JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892].

<sup>144</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994 [1923].

<sup>145</sup> ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

<sup>146</sup> JOFFILY, op. cit.

<sup>147</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. cit.

<sup>148</sup> ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1907].

<b>1860</b>	4.497	804	5.031
<b>1872</b>	14.471	642	15.113

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da Escravidão na Paraíba** (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979 p. 83-84. E Mapa Populacional da Província da Paraíba, Relatório Presidente de Província, 1861.

Observamos que a população escravizada sempre esteve presente na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Em 1852, correspondia a 14,3% da população total, seguida de 15,98% para o ano de 1860. No entanto, há um decréscimo dessa população para o ano de 1872, no qual os cativos correspondiam a apenas 4, 25%. Essa diminuição vem acompanhada do aumento da população livre, pois observamos o crescimento contínuo dessa população.

Alguns fatores podem ser utilizados para justificar a diminuição da escravidão entre os anos de 1852 e 1872, dentre eles destaca-se a epidemia da cólera que castigou essa freguesia paraibana, nos anos de 1856 e 1862.

Almeida<sup>149</sup> coloca que houve diversas manifestações de seca durante este período, causando prejuízos à população, a exemplo de 1851, 1853, 1860, 1866, 1869 e 1870. Sendo o ano de 1869 o mais aflitivo, chegando até mesmo a preocupar as autoridades da época. Nesse sentido, o Presidente da Província da Paraíba, da época, José de Oliveira Lisboa, relatava que:

A irregularidade das estações e **a falta de chuvas produzirão este anno grande sêcca no sertão que foi assolado pela fome.** Tendo notícia o meu antecessor o Exmo. Sr. Dr. Theodoro de que a fome se fazia sentir em **S. João, Teixeira e Patos** providenciou por intermédio da Thesouraria da Fazenda, a fim de serem comprados e remetidos para aquelles pontos os necessários soccoros, que chegando a tempo muito concorrerão para aliviar aquellas populações<sup>150</sup> (grifos nossos).

Em 1869, outro Presidente da Província da Paraíba, o Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, também relatava a situação “deplorável” na qual se encontrava a Vila de São João.

Preocupa-me que actualmente o **estado deplorável em que a secca tem posto alguns sertões da Provincia.** Prolongando-se há dous

<sup>149</sup>ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994 [1923], p.176-177.

<sup>150</sup>LISBOA, José de Oliveira Relatório Presidente de Província, 1869 fl.5, disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: maio 2014.



annos, já as reservas dos cereaes estão ali consumidas, não havia novas plantações, e tem-se perdido muito gado; em summa, há localidades como **S. João**, Teixeira e Patos, nas quaes a fom faz sentir, a gente pobre alimenta-se com raises silvestres, e não sei mesmo se algumas pessoas terão sucumbido<sup>151</sup> (grifos nossos).

A seca de 1869 não castigou apenas a economia da Vila de São João com a redução na quantidade de cabeças de gado da região, pois quem mais sofreu com a seca foi à população cativa e a livre pobre, uma vez que houve redução nas reservas de cereais, fazendo com que as pessoas pobres chegassem a se alimentar com raízes silvestres, o que pode ter contribuído para que os proprietários de escravizados dessa Vila se desfizessem deles, já que não tinham como alimentar essa mão de obra.

A epidemia do cólera e a seca de 1869 agravaram a situação da população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Essa diminuição dos escravizados da freguesia também pode ter sido ocasionada pela intensificação do tráfico interprovincial e ao elevado preço dos escravizados no mercado. Sendo assim, com o fim do tráfico transatlântico e a mudança no eixo econômico da região norte para a região sul, precisava-se cada vez mais de escravizados para a lavoura de café, ao passo que com a decadência da cana-de-açúcar no mercado internacional ia diminuindo a necessidade de tantos escravizados na região norte. Com isso, aproveitando os altos preços dos escravizados, o tráfico interprovincial foi uma forma dos fazendeiros ganharem dinheiro com seus cativos em momentos de crise.

Se houve uma diminuição significativa entre os anos de 1860 e 1872, o que pode ter ocasionado a elevação na quantidade de escravizados para os anos de 1884 e 1886 na Vila Real de São João, chegando até mesmo a superar algumas cidades litorâneas em número de escravizados?

Por se localizar distante do litoral, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres pode ter contado com número significativo de cativos mediante a prática da reprodução natural, vista como uma estratégia dos senhores para manterem sua mão de obra escravizada, que poderia vir a entrar em decadência devido ao fim do tráfico transatlântico e a intensificação do tráfico interprovincial. Pode-se chegar a essa hipótese mediante a análise dos registros de batismo, se levado em conta que dos 1.522 registros de batismos 685 casos (45%) eram de crianças de cor parda e 230 casos em

---

<sup>151</sup>CUNHA, Presidente de Província, 1869 fl.23, disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa>. Acesso em: maio 2014.

que os recém-batizados eram crioulos (Primeira Geração de africanos nascidos no Brasil), fruto de uma miscigenação ocorrida nessa Freguesia.

Outro argumento para manter a tese dessa reprodução natural pode estar presente no tipo de filiação da população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que das 1.522 crianças registradas, em 1.196 assentos constavam que elas eram fruto de filiação natural, ou seja, nem sempre continha o nome do pai no registro batismal.

Ao analisar os registros de óbito, percebemos que das 85 crianças cativas que faleceram no período de 1854 a 1872, entre 0 e 09 anos de idade, 43 delas possuíam a filiação natural, seguida da filiação legítima, somando 19. Em 23 registros não continham essa informação; além disso, ainda foi identificado nos registros de óbito um total de 33 escravizados solteiros, para apenas 09 casados.

O tráfico interprovincial também contribuiu para essa hipótese, visto que a Província da Paraíba não possuía muitos recursos financeiros, e mediante a alta dos preços dos cativos muitos senhores tiveram como saída econômica a comercialização de seus escravizados para a região sul. Entretanto, foram exportados mais homens do que mulheres para essa região cafeeira, conforme identificou Galliza<sup>152</sup>.

Os dados a respeito dessa diminuição em maior escala da população masculina, perante a feminina, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, estão expostos no quadro que se segue:

<b>QUADRO VIII: POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DE SÃO JOÃO DO CARIRI POR SEXO, NO ANO DE 1850 E 1872</b>			
<b>PERÍODO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1850</b>	817	718	1535
<b>1872</b>	289	353	642

Fonte: GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da Escravidão na Paraíba** (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979, p. 85.

Identificamos que no ano de 1850, a população masculina era superior à feminina, chegando a ter quase 100 escravizados a mais, o que não foi identificado para

<sup>152</sup>GALLIZA, op. cit, p. 36.

o ano de 1872, em que houve uma mudança: a população feminina que era menor em 1850 agora passa a se tornar a maioria em 1872, notando-se, assim, uma diminuição de 64,62% da população masculina e apenas uma diminuição de 50,84% da feminina. Esse quadro pode ser resultado da maior intensificação do tráfico interprovincial que, de acordo com Galliza<sup>153</sup>, optava pela mão de obra masculina para trabalhar na lavoura da região cafeeira do Sudeste.

Esses fatores podem ter contribuído para os senhores estimularem a reprodução natural como uma forma de manter a população cativa na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que, a população masculina estava diminuindo ao longo das décadas, e o preço do escravizado estava ficando cada vez mais caro, devido ao fim do tráfico. No entanto, essa reprodução natural pode ter existido desde antes do tráfico interprovincial, garantindo aos fazendeiros da Vila Real de São João do Cariri a posse de escravizados. No entanto, pode ter se intensificado pós-1850, uma vez que além da dificuldade de se adquirir escravizados na Província da Paraíba como visto anteriormente, teve a venda de diversos cativos para a região do sudeste cafeeiro.

A reprodução natural também foi identificada para a região da Zona da Mata, como constatou Rocha<sup>154</sup>, ao afirmar que essa reprodução teve forte papel na manutenção do regime escravista na Paraíba, ou pelo menos na Zona da Mata da Província. Lima<sup>155</sup> também acredita que a reprodução natural foi bastante desenvolvida na região de Campina Grande como uma forma de manter a escravidão na região Agreste.

Ao analisar alguns inventários conseguimos identificar a presença da população escravizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, tomando como base o inventário de Domingos Jose Correia de Queiroz, importante fazendeiro da região, que teve seus bens inventariado em 1859 por Izabel Maria do Livramento, nele conseguimos identificar 12 escravizados conforme quadro abaixo:

---

<sup>153</sup>GALLIZA, op. cit, p. 116.

<sup>154</sup>ROCHA, op. cit, p.93.

<sup>155</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008, p. 133.

**Quadro IX: ESCRAVIZADOS PRESENTES NO INVENTÁRIO DE DOMINGOS JOSE CORREA DE QUEIROZ, 1859.**

<b>NOME</b>	<b>COR/ORIGEM ETNICO-RACIAL</b>	<b>IDADE</b>	<b>VALOR FINANCEIRO</b>
Ancelmo	Crioulo	30 anos	1.000.000
Silvana	NC	29 anos	1.000.000
Narcisa	NC	22 anos	1.000.000
Ignacio	NC	14 anos	900.000
José	NC	09 anos	900.000
Joaquin	NC	09 anos	800.000
Benedicto	NC	08 anos	800.000
Mátia	NC	05 anos	550.000
Lusia	NC	04 anos	550.000
Ignacia	NC	04 anos	100.000
Josefa	NC	03 anos	400.000
Jose	NC	01 ano	250.000

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Domingos Jose Correia de Queiroz, 1859. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

Esse inventário demonstra a posse de 12 cativos por Domingos Jose Correa de Queiroz, proprietário na localidade das Pombas, distrito da Vila Real de São João do Cariri, o que mais uma vez vem reforçar a presença do escravizado nascido nesta região.

Mas, em que trabalhavam esses escravizados? Se levado em conta as informações contidas no censo demográfico de 1872, percebemos que os escravizados realizavam as atividades mais diversas possíveis.

Quanto às atividades ocupacionais os escravizados do sexo masculino desempenhavam as atividades mecânicas e manuais; trabalhavam em serviços domésticos (cento e oitenta e um), lavradores (noventa e três casos), criados e jornaleiros (quarenta casos), em edificações (quatro casos), na extração de madeiras (um caso); e, sem profissões (dezesseis), dessa forma percebe-se que um escravo podia possuir mais de uma profissão, pois, casos somados às profissões totalizam 335 pessoas, ocupando algum ofício e no recenseamento a população masculina era de apenas 289

escravos sendo 281 brasileiros e apenas 8 estrangeiros/africanos<sup>156</sup>. Percebe-se, assim, que predominava na região, os escravos nascidos aqui no Brasil, e que era pouca a presença de africanos na localidade, confirmando também a tese de Rocha<sup>157</sup> de que os escravos que viviam na Paraíba eram provenientes da reprodução natural. No capítulo seguinte traçaremos considerações a respeito da família escrava e de seus números demográficos a fim de aprofundarmos a questão da reprodução natural também para o sertão paraibano.

No que diz respeito à população feminina escravizada, essa realizava serviços domésticos (cento e noventa e duas pessoas), de costura (cinquenta e cinco casos), lavradoras (oitenta casos); e, sem profissão (vinte e seis casos), totalizando 353 mulheres, sendo 348 de origem brasileira e apenas cinco de origem africana. Com isso, evidencia-se que a população feminina era superior a masculina num total de 64 pessoas.

Percebemos, assim, que a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres não serviu apenas para demonstrar a opulência dos seus senhores e nem foi insignificante. Galliza<sup>158</sup> mostrou que o estilo de vida sertanejo contrariava a versão de que o negro no criatório serviu apenas de ostentação para os seus senhores. Esses escravizados desempenhavam as funções mais diversas possíveis, que iam desde os serviços domésticos até construtores de residências, assim como identificamos no censo de 1872 para São João do Cariri. Os escravizados muitas das vezes foram utilizados como lavradores e como construtores de edificações. Eles também eram responsáveis por cuidar das roças e das culturas de vazante, durante a seca, e muitas vezes construíam cacimbas para adquirir água para sustentar os rebanhos.

Sem contar que muitos dos fazendeiros que continham propriedades em São João do Cariri também tinham engenhos no Agreste, mais especificamente no Brejo, o que poderia contribuir para que, em certas épocas do ano, o número de escravizados não fosse tão alto, a exemplo de Nevinha Maria da Conceição<sup>159</sup>, que possuía propriedades nessas duas localidades. Todavia, Galliza destaca que esse fator não pode ser utilizado para destacar o alto índice de escravizados nessa região, a não ser que os senhores

---

<sup>156</sup>Censo de 1872 digitalizado e corrigido. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>> Acesso em: out. de 2013.

<sup>157</sup>ROCHA, op. cit, p.93.

<sup>158</sup>GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

<sup>159</sup>Inventário presente no 2º Cartório de São João do Cariri. Inventariada: Nevinha Maria da Conceição e Inventariante: Joaquim Barbosa Coelho, 1862.

fizessem a matrícula deles para as duas localidades, o que não acontecia, uma vez que teria de se pagar duas vezes os impostos.

Enfim, a Vila Real de São João do Cariri se destacava por ser uma importante vila sertaneja, que viu na criação de gado uma oportunidade de crescer economicamente, juntamente com a plantação de algodão e gêneros alimentícios de subsistência. Encontrou na mão de obra escrava a força motriz para subsidiar a pecuária e trabalho na lavoura.

### **1.3- BREVE DISCRICÃO DO ESPAÇO RELIGIOSO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES**

Depois de relatarmos o processo de formação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, juntamente com as atividades econômicas e a mão de obra escravizada utilizada nestas pequenas propriedades, achamos necessário falar brevemente um pouco do espaço religioso da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que será melhor abordado no subcapítulo 2.6.

A religiosidade sempre esteve presente na freguesia seja por meio dos rituais de batismo, confissão, matrimônio, ou extrema unção, sendo os assentos de batismo e os de óbito, os mais utilizados para a elaboração desta dissertação.

Esses sacramentos geralmente ocorriam na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres localizada na Vila Real de São João do Cariri, ou nas Capelas espalhadas ao longo da Freguesia, no entanto os oratórios também foram largamente utilizados para ministrar estes sacramentos, independentemente de serem públicos ou particulares. Abaixo o mapa demonstrará os locais que continham capelas na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres:



## **CAPÍTULO 2: DEMOGRAFIA DA FAMÍLIA ESCRAVIZADA E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO: FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872**

Neste capítulo, analisamos o perfil demográfico das famílias escravizadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, a fim de identificar o número de famílias que se formaram entre 1850 e 1872. Além disso, demonstramos que as relações afetivas entre os cativos poderiam se dar de forma consensual e não apenas legitimadas pela Igreja Católica, se opondo, assim, ao padrão de família nuclear, composto por pai, mãe e filhos. Trabalhamos também com a noção de **família estendida**, da qual as relações de compadrio estabelecidas pelos cativos faziam parte. Neste sentido, buscamos observar quem os escravizados estavam escolhendo para apadrinhar seus filhos e se em algum dos casos conseguiram suas alforrias. Em relação aos cativos libertos, estudamos o porquê de eles estarem sendo alforriados na pia batismal, se era uma vontade do seu senhor, se o padrinho estava alforriando a criança, ou se os pais tinham juntado pecúlio suficiente para comprar a alforria dos filhos. Por fim, traçamos o espaço religioso da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, detectando as capelas e os oratórios que compunham essa jurisdição. Dessa forma, a construção de famílias negras e a prática do compadrio são os temas centrais deste capítulo, que teve como referência os assentos de batismo, o censo demográfico de 1872 e alguns inventários do período em análise.

### **2.1- SOB A BENÇÃO DA IGREJA: A LEGITIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS**

Os estudos referentes à família escravizada nem sempre existiram, remontando a tempos recentes, fins da década de 1970<sup>161</sup>. Com a análise dos registros paroquiais uma nova área de estudo da escravidão que até então parecia ser incompatível com a

---

<sup>161</sup>Podemos destacar como estudos pioneiros sobre a família escravizada os trabalhos de SIENES, Robert W. “**The Denography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888**”. Tese doutorado em História. Stanford University, 1976. Juntamente com suas obras posteriores a exemplo de *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Também destaca-se os trabalhos contemporâneos aos de Slenes a exemplo de Florentino, M. Góes, J.R., *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro – 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.



violência intrínseca do sistema escravista passa a existir, verificando a construção de famílias estáveis pelos cativos, como uma estratégia de sobrevivência.

A partir desses trabalhos sobre a família escravizada, percebemos que os casamentos de negros oficializados pela igreja católica não ocorreram de forma homogênea no território nacional. Alguns senhores preferiram oficializar o casamento de seus escravizados, porém, outros impediam essa oficialização. Slenes<sup>162</sup> verifica altas taxas de casamentos entre escravizados na região de Campinas/ São Paulo; em contraposição, Luna<sup>163</sup> afirma que os cativos da região do Cantagalo/ RJ não se casavam oficialmente na igreja, entretanto, isso não impedia que eles construíssem relações consensuais.

Neste item, enfocamos os casamentos oficializados pela igreja católica, tendo como base os registros de batismo e óbito, não constando os de casamento devido ao desaparecimento dos livros que abrange o período estudado. Esses registros paroquiais auxiliaram no decorrer da pesquisa, uma vez que nos livros de batismo vem constando o tipo de filiação da criança batizada, natural ou legítima. A criança, sendo legítima, confirma-se que seus pais possuíam uma relação sacramentada pela igreja católica, ou seja, eram casados. A respeito dos registros de óbito, geralmente, eles trazem o estado civil do falecido, caso casado, pode-se encontrar no livro o nome do seu cônjuge<sup>164</sup>. Pelas limitações das nossas fontes, não pudemos aqui analisar como eram os casamentos entre os cativos. Sendo assim, faremos uma análise demográfica tomando como base os números presentes nos assentos de batismos.

Entre os anos de 1850 e 1872, foram batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres 1.495 escravizados, sendo 48,43% do sexo masculino, totalizando 724 indivíduos, e 51,57% do sexo feminino, somando 771 mulheres. Percebemos, assim, uma pequena predominância do sexo feminino em relação ao masculino, conforme detalha tabela abaixo:

<sup>162</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>163</sup> LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In NADALIN, MARCILIO; BALHAMA. **Historia e População: estudos sobre a América Latina**, São Paulo: ABESP/IUSSO/CELADE, 1990, pp.226-236.

<sup>164</sup> BASSANEZI, op.cit, p.147-154.

Tabela 02, SEXO DOS RECÉM-NASCIDOS BATIZADOS DE CONDIÇÃO CATIVA, 1850-1872

SEXO DOS ESCRAVIZADOS	Nº	%
Masculino	724	48,43%
Feminino	771	51,57%
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>100%</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livros de registros de Batismo, 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Desse total, identificamos que 99,67% (1.490 registros de batismo) eram de recém-nascidos ou crianças de até três anos de idade, pois poucos estavam na faixa etária dos considerados adultos, apenas 0,37%, o que corresponde a cinco pessoas: Antônio (40 anos)<sup>165</sup>, Luis (18 anos)<sup>166</sup> e Jacó (20 anos)<sup>167</sup>, os três foram identificados como “Gentio de Angola” e escravizados do Coronel João Vieira, que receberam o sacramento do batismo em 07 de dezembro de 1852. Os outros dois: Victorino (20 anos)<sup>168</sup>, “Gentio de Benguela”, que também só veio a receber o sacramento do batismo já adulto, em 28 de julho de 1851, não constando o nome do seu proprietário, e Aguida (22 anos)<sup>169</sup>, parda, filha natural de Deogena, escravizada de Antonio Feliciano Padilha, a qual chegou a receber o sacramento do batismo em 10 de fevereiro de 1870.

Percebemos que, dos cinco batizados que receberam o sacramento já adultos, quatro eram de origem africana, visto que nos registros de batismo foram identificadas suas origens, e, em apenas um caso, consta que a batizada era parda, ou seja, uma escravizada nascida no Brasil e fruto do processo de miscigenação.

Como já discutido no capítulo 1, acreditamos que a base da mão de obra escravizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres seja proveniente da reprodução natural, o que não impede que alguns fazendeiros tenham comprado africanos que chegaram ao Brasil pós 1850, fator este que pode ter ocorrido com Antônio, Luis, Jacó e Victorino.

Infelizmente, em relação a esses quatro batizados de origem africana, os registros de batismo não trazem informações suficientes que possam identificar se eles chegaram a terras brasileiras em anos posteriores a 1850, depois da Lei Euzébio de

<sup>165</sup>LBNSM, 1846-1853 - 206fv, APIMNSM.

<sup>166</sup>LBNSM, 1846-1853 - 206fv, APIMNSM.

<sup>167</sup>LBNSM, 1846-1853 - 206fv, APIMNSM.

<sup>168</sup>LBNSM, 1846-1853 - 97fv – 98ff, APIMNSM.

<sup>169</sup>LBNSM, 1867-1871 - 108ff, APIMNSM.

Queiroz, após ser proibido o fim do tráfico transatlântico, sendo, portanto, ilegal a escravização desses indivíduos.

Tendo em vista a quantidade de escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, ao longo de 1850 a 1872, segue uma tabela para demonstrar o tipo de filiação dos recém-batizados:

Tabela 03, TIPO DE FILIAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS RECÉM-NASCIDOS BATIZADOS, 1850-1872

TIPO DE FILIAÇÃO	Nº	%
Filiação Natural	1.171	7 8,33%
Filiação Legítima	309	20,67%
NC	15	1%
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>100%</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Ao analisar a tabela acima observamos que 76,79% das crianças foram batizadas com indicação de filiação natural, ou seja, aquela em que se cita em geral, o nome da mãe. Assim como ocorreu com Manoel, filho natural de Benedicta, escravizada de Izabel Maria da Conceição, que recebeu o sacramento do batismo em 31 de dezembro de 1852<sup>170</sup>. Por outro lado, 22,13% das crianças tiveram uma filiação legítima, aquela sacramentada pela Igreja Católica, constando no registro batismal o nome do pai e da mãe, fato ocorrido com Manoel, filho legítimo de Joaquina e José, escravizados de Clemente Alves Bizzera, batizado em 23 de março de 1853<sup>171</sup>.

O fato de uma filiação não ser legítima não implica dizer que os filhos frutos de uma natural não conheciam os seus pais. Dessa forma, pressupõe-se que alguns desses escravizados recém-batizados poderiam ter contato com os dois pais. Entretanto, por estabelecerem relações consensuais e não legitimadas pela igreja católica o nome deles poderiam, ou não, constar nos registros de batismo. Contudo, a filiação contida no assento não era legítima e sim natural, sendo os pais, muitas vezes, presentes na criação de seus filhos e ausentes nas documentações.

Das 1.171 crianças que foram batizadas como fruto de uma filiação natural em 12 assentos de batismo consta o nome dos dois pais, uma dessas crianças foi Luisa<sup>172</sup>,

<sup>170</sup>LBNSM, 1846-1853 - 214fv, APIMNSM.

<sup>171</sup>LBNSM, 1846-1853 - 221fv, APIMNSM.

<sup>172</sup>LBNSM, 1853-1858 - 136fv, APIMNSM.

crioula, filha natural de Ignacio e Maria, que recebeu o sacramento do batismo em 08 de abril de 1856, sendo todos escravizados de Jose Carlos de Farias Gouveia. Essa constatação vem comprovar a tese de que essa criança era fruto de uma filiação natural, mas convivia, ou, pelo menos, sabia quem era seus pais. Possivelmente, devido ao fato dos pais de Luisa terem mantido apenas relações consensuais e não legitimadas pela igreja.

Como se sabe a História Social não procura apagar a crueldade do sistema, pois, provavelmente, algumas escravizadas tiveram relacionamentos eventuais, sejam com cativos, libertos ou homens livres pobres, e que, depois de terem seus filhos, ficaram sozinhas, até mesmo devido a possível venda dos pais da criança, divisão na hora da herança ou morte dos mesmos. No entanto, não podemos dizer que não houve família escravizada, algumas destas crianças podem ter crescido apenas no seio materno, caracterizada como uma família monoparental, informações essas identificadas por Slenes<sup>173</sup> para as pequenas e médias propriedades da região do sudeste cafeeiro.

Posteriormente a obra de Slenes, novos trabalhos surgiram nesta perspectiva, para outras regiões do Brasil; por exemplo, Isabel Reis<sup>174</sup> destaca que a figura materna foi a mais constante na vida das crianças na Bahia imperial; já Santos<sup>175</sup> verifica a presença de famílias monoparentais para a região de Sergipe.

Semelhante a Santos, também identificamos essas relações familiares de cunho monoparental para a Vila Real de São João do Cariri, característica das pequenas propriedades que eram compostas apenas por mulheres escravizadas e seus filhos<sup>176</sup>. Ao analisar alguns inventários do período estudado, conseguimos identificar uma mãe escravizada com três filhos, conforme o quadro abaixo:

<b>QUADRO X: ESCRAVIZADOS PRESENTES NO INVENTÁRIO DE JOÃO DE AMORIM SOUZA, 1867</b>			
<b>ESCAVIZADO</b>	<b>COR/ORIGEM ETNICA</b>	<b>IDADE</b>	<b>VALOR FINANCEIRO</b>

<sup>173</sup>SLENES, op. cit, 103.

<sup>174</sup>REIS, Isabel Cristina Ferreira. **História de vida Familiar e afetiva de escravos da Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos. 2001.nº 149.

<sup>175</sup>SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, província de Sergipe (1850-1888)**. 2004. 179p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004, p.118.

<sup>176</sup>Ibidem, p. 92.

Luzia	Cabra	30 ANOS	\$600.000
Paulo	Cabra	12 ANOS	\$750.000
Luiza	Cabra	06 ANOS	\$450.000
Rita	Mameluco	05 ANOS	\$400.000
Barnabé	Mulato	03 ANOS	\$300.000

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de João de Amorim Souza, 1867. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

No ano de 1867, foram inventariados por Francisca Maria da Purificação os bens do senhor João de Amorim Souza. Dentre inúmeras posses, o seu patrimônio contava com cinco escravizados, sendo uma cativa adulta e quatro escravinhos. Ao fazer um cruzamento de dados entre as informações presentes neste inventário e os assentos de batismo para o mesmo período, conseguimos identificar que Luzia era mãe de Paulo<sup>177</sup>, Luiza<sup>178</sup> e Rita<sup>179</sup>, para Barnabé não conseguimos informação.

Esse inventário nos possibilita observar o processo de mestiçagem por qual passou a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, Luzia e dois de seus filhos foram identificados com a cor cabra, utilizando-se do quadro antropológico brasileiro formulado por Manuel Diegues Junior, o cabra era originário do cruzamento entre Negro X Mulato. Dessa forma, Luisa e seus filhos, Luiza e Paulo, poderiam ter apenas ascendência branca e preta, ao contrário de Rita que foi registrado como mameluca, sendo, provavelmente, fruto de relações afetivas entre um nativo com Luzia.

Ainda podemos verificar, a partir desse inventário, algumas particularidades da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, caracterizada por pequenas propriedades com poucos escravizados. Constatamos que o senhor João de Amorim Souza contava apenas com uma família de cativos; Luzia convivia com todos os seus filhos e, possivelmente, pôde acompanhar o crescimento de cada um deles, pois, no inventário consta que Paulo já estava com 12 anos, Luiza com 06 anos e Rita com 05 anos, neste caso, temos uma relação entre mãe e filho por doze anos. Além de conviverem com a presença da materna, essas crianças escravizadas contavam com o apoio de seus irmãos, o que servia de consolo e cumplicidade contra as adversidades do sistema escravista.

<sup>177</sup>LBNSM, 1853-1858 - 148ff, APIMNSM.

<sup>178</sup>LBNSM, 1858-1862 - 167fv, APIMNSM.

<sup>179</sup>LBNSM, 1862-1864 - 25fv, APIMNSM.

Ao levarmos em consideração o inventário de Manoel Pedro de Jesus, inventariado no ano de 1867 por Alexandrina Maria dos Anjos, chegaremos as mesmas conclusões, conforme quadro abaixo:

<b>QUADRO XI: ESCRAVIZADOS PRESENTES NO INVENTÁRIO DE MANOEL PEDRO DE JESUS, 1867.</b>		
<b>ESCRAVIZADO</b>	<b>IDADE</b>	<b>VALOR FINANCEIRO</b>
Ignacia	25 anos	850.000
Jose	02 anos	150.000
Ignacio	12 anos	700.000

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Manoel Pedro de Jesus, 1867. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

Ao considerar o inventário de Manoel Pedro de Jesus, também foi possível identificar uma família de caráter monoparental, composta por Ignacia e seu filho José<sup>180</sup>. Sendo assim, podemos constatar que os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, provavelmente, contaram nos anos iniciais de sua vida com a presença constante de um de seus pais, na maioria das vezes, ou quase sempre, da mãe.

Nos registros de batismo, foi possível identificar uma quantidade baixa de escravizados batizados com o tipo de filiação legítima. Do total de uniões sacramentadas pela igreja católica, identificamos que 60 casais possuíram mais de um filho; como também constatamos que algumas destas uniões eram duradouras e chegaram a perdurar por mais de 10 anos, como foi o caso de Antônio e Josefa, escravizados de Sulpino Villar de Carvalho, que no ano de 1855 foram até a pia batismal para levar seu primeiro filho Benedicto<sup>181</sup>, pardo, de um mês de idade. Já no ano de 1870, este mesmo casal estava levando para receber o sacramento do batismo sua sexta filha, Felizarda<sup>182</sup>, preta, de 10 dias de nascida.

Os registros de batismo, infelizmente, não nos possibilita identificar se estes filhos cresceram na presença dos pais, no entanto, o que pôde ser identificado foram relações duradouras entre alguns casais de escravizados. Abaixo o quadro 12 demonstrará a duração de algumas dessas relações:

<sup>180</sup>LBNSM, 1864-1867 - 30fv, APIMNSM.

<sup>181</sup>LBNSM, 1853-1858 - 79ff, APIMNSM.

<sup>182</sup>LBNSM, 1867-1871 - 114fv, APIMNSM.

**QUADRO XII: RELAÇÕES DE CASAMENTOS ENTRE ESCRAVIZADOS QUE DURARAM MAIS DE 10 ANOS**

<b>ESPOSO</b>	<b>ESPOSA</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>QUANTIDADE DE FILHOS</b>	<b>ANOS DE CASADO</b>
Jose	Luduvina	Adeodato Maria Villar de Carvalho	07	16 anos
Ancelmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo	07	15 anos
Emiliano	Justina	Gliceria Maria de Araujo		15 anos
Fracisco	Jachinta	Francisco Malaquias Ribeiro	04	14 anos
Jose	Joaquina	Clemente Alves Biserra	08	14 anos
Benedicto	Maria	João dos Santos Mello	07	13 anos
Joao	Josefa	Joaquim Rodrigues de Freita	05	13 anos
Domingos	Catharina	Caetano Ribeiro Leite	05	12 anos
Antonio	Clemencia	Alexandre de Castro Lima	03	12 anos
Joao	Margarida	Antonio Jose Alves Pequeno e sua mulher Anna Carolinda	04	12 anos
Antonio	Maria	Ignacia Maria Francelina do Amor divino	05	11 anos
Pedro	Joaquina	Domingos Maria Correia de Queirós	05	11 anos
Jose	Benedicta	Domingos da Costa Ramos	02	10 anos
Simião	Josefa	Genuino Correia Lima	05	10 anos

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Este quadro retrata as uniões estabelecidas por escravizados com no mínimo 10 anos, no entanto, outros cativos mantiveram relações por cinco, nove anos, ou até mais,

uma vez que nossas fontes são os registros de batismo, então levamos em consideração a data em que foi batizada a primeira e a última criança pelo casal, no período estudado.

Dessa forma, concordamos com Slenes<sup>183</sup> quando ele afirma que a família escravizada foi de vital importância para a vida cotidiana dos cativos, pois, por meio dela, eles tiveram a oportunidade de manter e redefinir suas raízes africanas. No caso da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, essas raízes também se misturaram com as indígenas, constituindo espaços de sociabilidade e solidariedade.

Ao analisar o censo de 1872<sup>184</sup>, também conseguimos identificar alguns números de famílias escravizadas. Nele foram registrados 31 cativos do sexo feminino e masculino casados; somando ainda, seis homens viúvos e quatorze mulheres viúvas. No entanto, esses dados, para os números de casais, não podem ser vistos de forma precisa, visto que algumas das mulheres escravizadas podem ter estabelecido uniões legitimadas pela igreja com forros ou homens livres pobres, vice-versa, o que pode vir aumentar estes números de uniões legítimas.

Ao analisar alguns inventários, dentre eles, o de Amaro da Costa Romeu, inventariado no ano de 1858 por Clementino da Costa Romeo, podemos destacar alguns escravizados que, provavelmente, cresceram na presença dos pais e dos irmãos, conforme quadro abaixo:

<b>QUADRO XIII: RELAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS PRESENTES NO INVENTÁRIO DE AMARO DA COSTA ROMEU, 1858.</b>				
<b>ESCAVIZADO</b>	<b>COR/ORIGEM ETNICA</b>	<b>IDADE</b>	<b>PARENTESCO</b>	<b>VALOR FINANCEIRO</b>
Simião	NC	31 ANOS	Casado c/ Josefa	1.500.000
Josefa	Parda	24 ANOS	Casada c/Simião	800.000
Jose	NC	07 ANOS	Filho de Simião e Josefa	700.000
Manoel	NC	04	Filho de Simião e	450.000

<sup>183</sup>SLENES, op. cit, p.48.

<sup>184</sup>Censo de 1872 digitalizado e corrigido. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>> Acesso em: outubro de 2013.



		ANOS	Josefa	
Jacob	NC	23 ANOS		1.500.000
Francisco	NC	39 ANOS	Viúvo da escravizada Faustina	700.000
Joaquim	NC	14 ANOS	NC	850.000
Gertrudes	NC	12 ANOS	NC	800.000
Geronimo	NC	19 ANOS	NC	850.000
Elias	NC	33 ANOS	NC	1.000.000
Lisandra	NC	42 ANOS	Mãe do finado André	400.000
Agostinho	NC	03 ANOS	NC	350.000
Bonifacio	NC	20 ANOS	NC	1.300.000
Jose	Angola	58 ANOS	Viúvo da escravizada Roza	300.000
Januaria	NC	06 ANOS	NC	450.000
Claudiana	NC	06 ANOS	NC	350.000
Salvador	NC	07 ANOS	NC	300.000
Miguel	NC	03 ANOS	NC	250.000

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Amaro da Costa Romeu, 1858. Acervo Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

A partir desse inventário de Amaro da Costa Romeu, juntamente com os assentos de batismo do período de 1850 a 1858, conseguimos identificar uma família nuclear de escravizados, que no mínimo já durava sete anos: Simião, de 31 anos de idade, era casado com a parda Josefa, de 24 anos, os quais eram pais de dois cativos: José<sup>185</sup>, de sete anos de idade, batizado em 18 de dezembro de 1851 e Manoel<sup>186</sup>, de 04 anos, batizado em 13 de janeiro de 1855.

Ao continuar a análise dos assentos de batismo, conseguimos identificar que Francisco e José também eram casados e que tiveram filhos, porém suas esposas e seus filhos não constam no inventário. Inquietos com estas informações, fomos analisar os assentos presentes no livro de óbito, onde constatamos que Amaro da Costa Romeu, no ano de 1855, durante a epidemia do *cholera morbus*, perdeu 10 cativos, dentre eles Roza<sup>187</sup>, preta, de 34 anos de idade, casada com José; Theresa<sup>188</sup>, preta de 04 anos de idade, faleceu em 23 de março de 1856; Manoel<sup>189</sup>, preto de um ano de idade, chegou a falecer em 28 de março de 1856; e Leonor<sup>190</sup>, preta de 03 anos de idade, falecida em 23 de março de 1856, todos filhos de Francisco e Faustina.

Assim, podemos perceber que, antes da epidemia do *Cholera*, os escravizados de Amaro da Costa Romeu viviam em família, composta por pai, mãe e irmãos. Com o cruzamento de fontes, foi possível identificar três famílias nucleares e uma família monoparental, composta por Lisandra e seu filho André<sup>191</sup>, o qual faleceu com seis anos de idade, tendo como motivo a epidemia. Com isso, observamos certa estabilidade na construção de famílias negras entre os escravizados de tal proprietário, característica também presente na grande parte das propriedades da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Segundo Slenes, a família constituída nem sempre seria a almejada pelos escravizados ou pelos senhores, diante disso, a mesma promoveu ora a autonomia, ora dependência do cativo. Ainda segundo o autor:

A família cativa, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas —esperanças e recordações!; ou melhor, ela era apenas *uma* das instâncias culturais

<sup>185</sup>LBNSM, 1846-1853 - 152fv, APIMNSM.

<sup>186</sup>LBNSM, 1853-1858 - 60ff, APIMNSM.

<sup>187</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

<sup>188</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

<sup>189</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

<sup>190</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

<sup>191</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos<sup>192</sup>.

Essas informações podem contrariar a tese de Queiróz<sup>193</sup>, que chega a admitir a construção de famílias escravizadas, porém questiona a sua expressividade e a duração dessas relações ao longo do tempo. Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, conseguimos identificar 60 casais que batizarem mais de um filho ao longo de 1850 e 1872, o que, provavelmente, justificaria uma relação estável com o seu companheiro, no entanto, esses números são pouco expressivos, visto que, de um total de 1.495 assentos de batismo, encontramos apenas 60 famílias nucleares.

Como exemplo, destacamos o casal José e Luduvina, escravizados de Adeodato Villar de Carvalho, que em 30 de abril de 1854 levaram o seu primeiro filho, Joaquim<sup>194</sup>, preto, de dois meses e meio, ao oratório da Fazenda Carnaúba para receber o sacramento do batismo. Esse acontecimento veio a se repetir em 18 de outubro de 1857, quando batizaram a Quirino<sup>195</sup>, pardo, de dois meses de idade. Por sua vez, Rita<sup>196</sup>, também parda, foi batizada em 13 de fevereiro de 1859; seguido de José<sup>197</sup>, pardo, batizado em 20 de março de 1864. Logo em seguida, foi a vez de Roza<sup>198</sup> receber o sacramento do batismo, em 20 de abril de 1867; João<sup>199</sup>, o penúltimo filho do casal, foi batizado em 30 de agosto de 1868; e, por último, Ananias<sup>200</sup>, em 17 de abril de 1870.

Ao levar em conta os 22,13% de crianças batizadas como fruto de uma filiação legítima, podemos observar que a taxa de nupcialidade da família escravizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foi baixa, se comparada as grandes unidades de escravizados da região sudeste. Silvia Brügger<sup>201</sup>, por exemplo, identificou para a região de São João del Rei, entre os anos de 1850 e 1854, um total de 41,67% crianças batizadas como fruto de uma filiação legítima, em contraposição a 58,33% de filiação natural.

---

<sup>192</sup>SLENES, op. cit, p.49.

<sup>193</sup>QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-117.

<sup>194</sup>LBNSM, 1853-1858 - 21fv, APIMNSM.

<sup>195</sup>LBNSM, 1853-1858 - 258ff, APIMNSM.

<sup>196</sup>LBNSM, 1858-1864 - 54fv, APIMNSM.

<sup>197</sup>LBNSM, 1862-1864 - 83fv, APIMNSM.

<sup>198</sup>LBNSM, 1867-1871 - 30ff, APIMNSM.

<sup>199</sup>LBNSM, 1867-1871 - 61ff, APIMNSM.

<sup>200</sup>LBNSM, 1867-1871 - 113ff, APIMNSM.

<sup>201</sup>BRÜGGER Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade**. São Paulo: Annablume, 2007 p. 148.

No entanto, se compararmos a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres com outras localidades da província da Paraíba, de pequenas unidades produtoras, identificaremos um número superior de crianças batizadas como fruto de uma filiação legítima, todavia, ainda representa um número pouco representativo, um total de 309 crianças legítima para 1.171 naturais. Em relação a essas informações, Lima<sup>202</sup> destaca que os índices de nupcialidade entre os cativos de Campina Grande, no século XIX, eram baixos, representando uma percentagem de 4,3% nos inventários e 12,2% nos assentos de batismo. Para a Zona da Mata Paraibana, Rocha<sup>203</sup> conseguiu identificar informações semelhantes. De acordo com a autora, foram poucos escravizados que se casavam e destes poucos eram os casamentos de pessoas livres com escravos. Na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, a autora identificou para o século XIX um total 90,7% de crianças escravizadas batizadas como filiação natural, em contraposição a 9,3% de filiação legítima, informações essas também identificadas para a Freguesia do Livramento e de Santa Rita.

Ao fazer uma análise dessas informações, devemos levar em consideração o período estudado, 1850 a 1872, período que marca o fim do tráfico negreiro e a intensificação do tráfico interprovincial, o que pode ter contribuído para um pequeno estímulo de casamento entre pessoas escravizadas na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, como uma forma de assegurar a mão de obra cativa, visto que era uma vila sertaneja com pequenas propriedades e que, provavelmente, encontrou na reprodução natural uma forma de manter a população escravizada.

Outro fator importante, a respeito do casamento entre os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, é que nem todos os casais que se dirigiram aos oratórios, as capelas e a igreja matriz para batizarem seus filhos pertenciam ao mesmo senhor, no entanto foram pouco os que destoaram desse critério, em apenas sete casos conseguimos identificar escravizados casados pertencentes a senhores diferentes, como ocorreu com Joaquim, escravizado de Geronimo Pereira da Silva, casado com Antônio, escravizada dos herdeiros do finado Galdino da Costa Silva. Outro caso que pode ser destacado é o casamento entre Raimundo, escravizado de Ignacio Lourenço de Oliveira e Vicência, escravizada de Cosme Jose da Costa. A grande maioria desses casais se casavam com escravizados dos mesmos senhores.

---

<sup>202</sup>LIMA, Luciano. Op. cit, p.207.

<sup>203</sup>ROCHA, op. cit, p.184-190.

Essas informações também foram constatadas para grandes e pequenos Planteis. Slenes<sup>204</sup> identificou para a região de Campinas que os escravizados, na maioria das vezes, se casavam com companheiras pertencentes ao mesmo senhor, uma vez que não eram autorizados por seus senhores a se casarem com pessoas de outras propriedades. Isabel Reis<sup>205</sup> também constatou este fato para a região do Recôncavo Baiano. Na Paraíba, esses dados foram identificados para outras localidades. Lima<sup>206</sup> afirma que foram raros os casamentos realizados entre pessoas escravizadas pertencentes a proprietários diferentes na cidade de Campina Grande, o que, para ele, representava “uma estratégia senhorial de controle social no sentido de evitar maiores perturbações e transtornos no interior do grupo de cativos”. Rocha<sup>207</sup> também detecta o predomínio dos enlaces entre cativos, sendo eles pertencentes aos mesmos senhores. Importante destacar que também se verificavam casamentos mistos, em que era necessário o escravizado pedir permissão ao seu dono para casar, sendo que, podia escolher um cônjuge não-escravo.

Dessa forma, acreditamos que os proprietários da Vila Real de São João do Cariri tenha motivado o casamento entre cativos do mesmo senhor, como uma forma de manter o controle social, assim como ocorreu em diversas regiões do país, mas também como uma forma de estimular a reprodução natural, a qual geraria a mão de obra escravizada da localidade.

Os assentos de batismo também nos possibilitam identificar a ascensão social de alguns membros de famílias por conquistarem a alforria. Alguns casais iniciaram sua vida no cativeiro e com o passar do tempo foram conseguindo sua liberdade, a exemplo de Emiliano e Justina, escravizados de Dona Gliceria Joaquina Theresa de Araújo, que levaram seu primeiro filho Salviano<sup>208</sup>, pardo, para ser batizado em 24 de abril de 1859. No entanto, ao levar seu sétimo filho para batizar, a condição jurídica do pai não era mais de escravizado e sim de liberto. Esse fenômeno também ocorreu com Jose e Joaquina, pois, com o passar dos anos, aquele conquistou sua liberdade.

Acreditamos que a família escravizada auxiliava os cativos na construção de sua identidade e, sobretudo, a lidarem com as dificuldades da escravidão, uma vez que os

---

<sup>204</sup>SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da Família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>205</sup>REIS, Isabel Cristina Ferreira. **História de vida Familiar e afetiva de escravos da Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos. 2001, p.95.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>206</sup>LIMA, Luciano. Op. cit, p.141.

<sup>207</sup>ROCHA, Solange, Op. cit, p.175.

<sup>208</sup>LBNSM, 1858-1862 – 61fv, APIMNSM.

membros da família representavam laços de solidariedade. Dessa forma, a formação de famílias contribuía para a autonomia desses escravizados, já que funcionava como uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro. Essas famílias poderiam ser oficializadas por meio do sacramento, ou a partir das relações consensuais.

Ainda acreditamos que o casamento poderia trazer para os cativos vantagens materiais, ou de ordem emocional, pois, a partir da constituição de uma família, eles podiam contar com um ombro amigo para enfrentar um sistema completamente excludente. Como destaca Slenes<sup>209</sup>, era a experiência familiar um lugar de esperanças e recordações para os escravizados, contrapondo-se a concepções daqueles que viam os negros como sem valores para além do mundo do trabalho. De tal maneira, a família era a flor na senzala dos escravos.

No entanto, não é possível estudar a família escravizada somente sob a ótica de família nuclear, mas sim de uma família estendida, em que os laços parentais e espirituais construídos, a partir do batismo, estabeleciam laços sociais e de solidariedades entre os compadres.

No próximo subcapítulo, analisamos a importância do batismo na concepção cristã, para, logo em seguida, compreendermos as relações de compadrio estabelecidas pelos escravizados da Freguesa de Nossa Senhora dos Milagres, entre 1850 e 1872.

## 2.2- BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NA SOCIEDADE OITOCENTISTA

Aos vinte dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e oito anos, na **Capela das Pombas**, filial desta Matriz de São João do Cariri, o Reverendo Francisco Ananias de Farias Castro, de minha licença batizou solenemente a **Galdina, preta** nascida a vinte e cinco de fevereiro deste mesmo ano, **filha natural de Antonia, escrava de Rita Maria Barbosa** viúva, sendo **padrinhos Manoel e Antonia, escravos**, todos desta Freguesia, do que para consta mandei fazer o presente assento em que assino<sup>210</sup> (Grifos nossos).

Entre todos os sacramentos, o do batismo era o primeiro e o mais importante, ele abria as portas para que as pessoas pudessem receber os demais sacramentos da religião católica. Segundo as doutrinas do cristianismo, o batismo é a oportunidade da salvação da alma, conseguia-se com o batismo o perdão de todos os pecados, inclusive

<sup>209</sup>SLENES, op. cit, p.256.

<sup>210</sup>LBNSM, 1858-1862, 04ff. APIMNSM.

do pecado original, uma vez batizado as pessoas deixariam de serem pagãos e passariam a ser cristãos e filhos de Deus<sup>211</sup>.

Dessa forma, a Igreja Católica passou a ter um controle maior sobre a vida das pessoas, principalmente no século XVI, no continente americano, devido ao avanço do protestantismo (1517)<sup>212</sup>. Temendo a perda de fiéis, a Igreja Católica revigorou a prática dos sete sacramentos (batismo, confirmação (ou crisma), eucaristia, reconciliação (ou penitência), unção dos enfermos, ordem e matrimônio) e estimulou o sacramento da confissão, como uma forma de vigiar e inspecionar a vida íntima das pessoas.

Os registros de batismo são fundamentais para analisar as relações de solidariedade e as sociabilidades construídas pelos escravizados, a partir da prática do compadrio. No entanto, o ato de registrar esse sacramento nem sempre existiu, vindo a se tornar obrigatório com o Concílio de Trento (1545-1563).

Esses registros fazem parte dos arquivos paroquiais, fontes essenciais para quem pretende estudar os arranjos familiares no Brasil Colonial e Imperial, visto que a separação entre Igreja e Estado só ocorreu no Brasil com o advento da República, em 1889. A partir dessa data, o Estado passa a ter um controle maior da população por meio do registro civil, pois, até então, a Igreja Católica era a única responsável por registrar os sacramentos.

No século XIX, a Religião Católica exerceu forte influência sobre a vida da população brasileira, se tornando, no Império, a religião oficial do Brasil, por meio do regime de padroado.

Juntamente com a Religião Católica, que se expandiu ao longo do Mundo Atlântico, alguns dos seus rituais permaneceram, como no caso, das relações de compadrio entre famílias, as quais se iniciam com o sacramento do batismo, o qual possuía o significado de “renascimento espiritual”, em que os padrinhos passaram a exercer o papel de “pais espirituais”. Esse compromisso significava privilégio e deveres de ambas às partes, devendo haver obediência, fidelidade e respeito por parte do afilhado, e cuidado sempre que os afilhados precisassem por parte dos padrinhos, estabelecendo-se, assim, relações entre os compadres. Nas palavras de Mattoso:

O padrinho, o compadre, a madrinha, a comadre, assumem responsabilidades idênticas as dos pais. Ao ser batizado, o escravo passa a ter um padrinho. Para os africanos adultos batizados em série,

<sup>211</sup>CPAB, 1853 [1707], Livro Primeiro, Título X, p.12-13.

<sup>212</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. In: **Varias Histórias**, v.31. UFMG, 2004, p.13.

o padrinho é desconhecido, imposto como o próprio batismo. Mas para o crioulo, o padrinho terá sido escolhido, terá assumido o compromisso<sup>213</sup>.

O sacramento do batismo significava para a Igreja Católica a passagem do mundo “pagão” para o mundo cristão. Esse sacramento ocorria quase sempre nas igrejas na qual a criança estaria na presença do pároco, do pai e/ou mãe, padrinho e/ou mãe, padrinho e/ou madrinha, devendo ser elaborado pelo padre o assento batismal<sup>214</sup>, o qual compunha a data do batismo e do nascimento do bebê, assim como o nome da criança, sua legitimidade, condição social e cor; registravam-se também os nomes dos pais e dos padrinhos e suas respectivas condições sociais (livres, escravos e forros); por fim, o padre anotava o nome da freguesia de domicílio dos pais e padrinhos<sup>215</sup>. Como se pode observar no assento abaixo:

Aos 15 dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, na fazenda Pereiro desta Freguesia de São João, batizei pelos santos óleos a Cosme, nascido a 22 de agosto deste mesmo ano de 1850, filho legítimo do preto Dionízio e Raquel escravos de Bellino da Costa Villar, viúvo, foram padrinhos Paulo Professor de Maria e Anna Maria da Conceição moradores no Pereiro Freguesia de São João<sup>216</sup>

Trazendo essa relação de apadrinhamento para a análise dos registros de batismos dos escravizados, podemos perceber que eles se utilizaram dessas relações para conseguir alguns privilégios e apoio (material e afetivo), dentre eles, a tão sonhada carta de alforria. Além dessa possibilidade, os padrinhos passariam a fazer parte efetivamente da família, pois, eles, de acordo com Ana Rios<sup>217</sup>, concebiam a família de um modo estendido, em que englobava não só os membros consanguíneos, mas também membros de irmandades religiosas a que pertenciam e os compadres.

<sup>213</sup>MATTOSO, Kátia, op. cit, 132.

<sup>214</sup>No entanto, sabe-se que nem sempre estes registros eram elaborados imediatamente após o batismo, em alguns casos eram registrados depois de muito tempo, anexando ao livro de batismo da paróquia os assentos que chegavam de capelas e oratórios que pertenciam a freguesia depois de meses ou até mesmo anos.

<sup>215</sup>BASSANEZI, op. cit, p.147-149.

<sup>216</sup>LBNSM, 1858-1862, 92fv, APIMNSM.

<sup>217</sup>RIOS, Ana Lugão. *Família e transição: Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872 – 1920*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990, p.7-8.



### 2.3- PARENTESCO ESPIRITUAL: ATOS DE SOLIDARIEDADE DE PADRINHOS E MADRINHAS

Mathias, casado com Clemencia, foram escravizados de um importante proprietário de terra da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, o senhor Manoel Ferreira da Costa. Os registros de batismo nos possibilitam identificar que eles eram casados há aproximadamente onze anos, e que durante esse período tiveram cinco filhos. Além da formação de uma família nuclear, eles podiam também encontrar apoio e auxílio nas relações de parentesco espiritual adquirida no momento do batismo de seus filhos.

O primeiro registro de batismo de uma criança, filha de Mathias e Clemencia, durante o período estudado, data de 23 de março de 1851, quando eles se dirigiram a Capela de Santa Anna do Congo para batizar Sebastião<sup>218</sup>, crioulo, de 03 meses e 10 dias de idade, que teve como padrinhos João Nunes Moura e Maria Bizerra da Solidade. A Capela do Congo também serviu para o batismo dos outros quatro filhos de Mathias e Clemencia; a segunda foi Maria<sup>219</sup>, batizada em 21 de julho de 1854, tendo como padrinhos Manoel de Jesus Cordeiro e Lucina Ferreira de Carvalho; a terceira foi Barbara<sup>220</sup>, batizada em 25 de janeiro de 1856, tendo como padrinhos os escravizados Vicente e Bárbara, cativos de Joaquim Rodrigues. A quarta filha, foi Aguida<sup>221</sup>, batizada em 24 de março de 1861, tendo como padrinhos Joaquim Alves Ribeiro e sua esposa Joaquina Maria da Incarnação. O último filho detectado para o período estudado foi Lucas<sup>222</sup>, preto, nascido em 10 de novembro de 1862, tendo como padrinhos Juvenal Gomes Ferraz e Josefa Maria das Neves.

Dessa forma, compreendemos que Matheus e Clemencia procuraram estabelecer relações de parentesco espiritual com pessoas mais elevadas na hierarquia social, uma vez que quatro dos seus filhos foram batizados por pessoas livres e apenas um por cativos.

Na epigrafe do subcapítulo 2.2, verificamos o assento de batismo de Galdina, preta, filha natural de Antonia, cujo documento não constava o nome do pai, apresentando apenas os nomes dos padrinhos. Assim como nesse registro, os demais

<sup>218</sup>LBNSM, 1846-1853 – 112fv, APIMNSM.

<sup>219</sup>LBNSM, 1853-1858 – 27ff, APIMNSM.

<sup>220</sup>LBNSM, 1853-1858 – 134ff, APIMNSM.

<sup>221</sup>LBNSM, 1858-1862 – 151fv, APIMNSM.

<sup>222</sup>LBNSM, 1862-1864 – 26fv, APIMNSM.

assentos de batismo continham informações dos padrinhos, nem que fosse apenas de um deles, o que não era permitido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Abaixo segue uma tabela indicando a condição jurídica dos padrinhos dos escravizados batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre 1850 e 1872:

Tabela 04, CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS, 1850-1872

<b>PADRINHO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Escravizado	218	14,58%
Liberto	01	0,07%
NC	1.257	84,08%
Padrinhos Ausentes	19	1,27
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>100%</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres

Percebemos que, dos 1.495 registros de batismo analisados para os anos de 1850 a 1872, apenas em 19 assentos não constava o nome do padrinho, o que corresponderia a 1,27% do total. No entanto, desses dezenove assentos, em treze constava o nome da madrinha, assim como ocorreu com Marcelina<sup>223</sup>, parda, filha natural de Sabina, escravizada de Irineo Villar de Araújo, tendo como madrinha Sensata Francisca da Penha.

Desse total (1.495), em seis assentos de batismo não consta o nome de nenhum padrinho e nem madrinha, uma vez que as crianças foram batizadas em casa por correrem perigo de vida, a exemplo de Maria<sup>224</sup>, parda, filha natural de Anna, que foi batizada na casa da Fazenda das Pombas, Jose Maria Pereira, morador na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, chegou a assistir a cerimônia. Casos como esse de Maria era permitido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que autorizava o batismo de pessoas que corressem risco de morte, por qualquer indivíduo que estivesse instruído na fé cristã, como se observa no trecho abaixo:

E quando o baptismo se faz por necessidade em casa, se contrahe parentesco (9) espiritual entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai e sua mãe, mas neste caso não se contrahealgm impedimento com os padrinhos, ainda que os haja; nem tão bem se contrahe com os padrinhos que assistem quando depois se fazem (11), os exorcismos e põem os Santos Oleos na Igreja [...] Porém não sendo casados

<sup>223</sup>LBNSM, 1846-1853 - 249ff, APIMNSM.

<sup>224</sup>LBNSM, 1867-1871 - 55ff APIMNSM.

legitimamente o pai e a mãe, qualquer que fizer o baptismo, ainda mesmo em extrema necessidade, ficará compadre, ou comadre do outro, e contrahindo impedimento dirimente<sup>225</sup>.

Notamos, neste caso, que quando a criança era batizada em perigo de vida a relação de compadrio era estabelecida entre a pessoa que batiza e os pais da criança.

Em quase todos os registros batismais dos escravizados constava o nome do padrinho, porém a condição jurídica estava ausente na maioria dos casos. Dos 1.476 assentos batismais que continha o nome do padrinho, em 85, 22% não apresentava essa informação, contudo, em 14,77% constava que o padrinho era escravizado e em 0,07% que o padrinho era liberto. Levamos em consideração que, quando não tem a condição jurídica explícita, há grande probabilidade de a pessoa ser livre, uma vez que os cativos eram considerados como mercadoria e registrados juntamente com o nome de seus proprietários, até mesmo porque no período escravista o assento de batismo era um documento importante, pois, por meio dele, comprovava-se o estatuto jurídico de uma pessoa, além de ser utilizado para se comprovar a posse escrava, ou condição jurídica<sup>226</sup>.

A cor do padrinho também quase nunca aparece. Dos 1.476 registros, apenas no registro batismal de Ritta<sup>227</sup> consta a cor do padrinho. Ritta era parda, filha legítima de Antonio e Maria, escravizados de Ignacia Francelina do Amor Divino, batizada, em 27 de maio de 1855, tendo como padrinho o preto Jacintho.

Dentre os 1.476 assentos de batismo que continham informações a respeito do padrinho, podemos identificar 10 casos em que o padrinho possuía uma distinção social, conforme tabela abaixo:

Tabela 05, DISTINÇÃO SOCIAL DOS PADRINHOS, 1850 A 1872

TÍTULO	Nº
Doutor	07
Major	02
Reverendo	01
NC	1.466
Padrinhos Ausentes	19

<sup>225</sup>CPAB, 1853 [1707], Livro Primeiro, Título XVIII, p.27.

<sup>226</sup> Para maior esclarecimento sobre a importância do assento de batismo para identificar a condição jurídica consultar: ROCHA, Solange Pereira da. Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011, p. 1-13.

<sup>227</sup>LBNSM, 1853-1858 - 68ff, APIMNSM.

<b>Total</b>	<b>1.495</b>
--------------	--------------

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Identificam-se sete padrinhos com o título de doutor. Uma das crianças batizada foi Maria<sup>228</sup>, parda, filha natural de Luisa, escravizada do doutor Francisco Feliz Villar de Carvalho, que teve como padrinho o doutor Aurelino da Costa Villar. Sendo assim, por terem sobrenomes idênticos, possivelmente, o padrinho, além de possuir o mesmo título, era familiar do proprietário da criança. Observamos também um caso em que o padrinho era o Reverendo Francisco João de Santa Delfina, que apadrinhou Virgolino<sup>229</sup>, filho natural de Bernarda, escravizada de Francisco Leite da Costa. Por fim, também se verificou a presença de dois padrinhos maiores.

No entanto, observamos que esses números são pouco significativos se levado em consideração o conjunto de todos os padrinhos, porém a maior parte deles era de condição livre, mesmo sem ocupar nenhum cargo ou posto relevante na sociedade.

Algumas informações a respeito desses títulos se fazem necessário. No século XIX, o termo doutor tanto era utilizado para médicos como para bacharéis em direito, nesse caso, os pais dessas sete crianças procuraram estabelecer relações de compadrio com pessoas importantes da sociedade. Em um dos registros identificamos um padrinho reverendo, o que infligia à legislação eclesiástica da época. Percebemos, assim, que muitas vezes as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia não eram seguidas a rigor, havendo algumas infrações.

Não poderão ser padrinhos (4) o pai, ou mãe do baptizado, nem também os infiéis, hereges, ou públicos excommungados, os interdictos, os surdos, os mudos, e os que ignorão os princípios da nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Conego Reegente, ou qualquer Religioso professo de Religião approvada, (excepto o das Ordens Militares), por si nem por procurador<sup>230</sup>.

Os casos em que os próprios senhores apadrinharam seus escravizados são praticamente inexistentes. Dos 1.476 registros de batismo foi encontrado um único caso em que o Senhor apadrinhou seu escravizado, a exemplo, de Ignacio, filho natural de Maria, batizado em 24 de junho de 1855<sup>231</sup>, que teve como proprietário e padrinho o major Luís Pereira da Cunha. Os escravos preferiam donos de propriedades e outros

<sup>228</sup>LBNSM, 1846-1853 – 158ff, APIMNSM.

<sup>229</sup>LBNSM, 1846-1853 - 135fv, APIMNSM.

<sup>230</sup>CPAB, op. cit, p.27.

<sup>231</sup>LBNSM, 1853-1858 -72fv, APIMNSM.

senhores que não fossem o seu senhor para apadrinhar seus filhos, iniciando, assim, relações de solidariedade com outras casas senhoriais. Verificamos, assim, que os escravizados procuravam a todo o momento selecionar seus compadres, como ocorreu com Justino e Joaquina, ao escolher o Reverendo Jacintho Jose Bizerra e a D. Romana Constancia de Sá como padrinhos de sua filha, Ursula<sup>232</sup>. Como afirmou Gudeman e Schwartz os atores sociais “agem com base em informações, influências, aconselhamentos, pressões, expectativas e regras<sup>233</sup>”.

Dessa forma, por meio de laços de compadrio, os escravizados se vinculavam a algumas famílias senhoriais, a exemplo de Sabina, escravizada de Erino Villar de Araujo, que procurou estabelecer relações com a casa do senhor Emílio da Costa Villar, no momento em que o convidou para apadrinhar seu filho Raimundo<sup>234</sup>. No entanto, esses escravizados também procuraram construir afinidades em domicílios de pessoas não tão ricas, mas de condição livre. Assim, os cativos conviviam com essas pessoas e podiam recorrer em momentos difíceis de suas vidas.

Dos 1.465 registros de batismo, que continham as informações acerca dos padrinhos, identificamos que 85 crianças foram apadrinhadas por membros da família Villar, 58 da família Correia e 43 da família Farias (famílias tradicionais da época). Dessa forma, observamos que, mesmo os escravizados não estabelecendo relações diretas com seus senhores, a partir da prática do compadrio, eles faziam isso de forma indireta, estabelecendo essas solidariedades verticais com parentes de seus senhores.

Consideramos também que esses casos de apadrinhamentos se constituíram como uma das formas de estratégia de sobrevivência dos escravizados no Cariri paraibano, pois, na perspectiva dos cativos, a aproximação deles com pessoas influentes era vista como uma possibilidade de melhorar as condições de vida no interior do cativeiro e alcançar uma possível carta de alforria. Como bem indica Robert Slenes, “havia a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recurso, para proteger-se a si e a seus filhos<sup>235</sup>”.

A tabela 06 mostra que os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres procuraram estabelecer relações de compadrio com pessoas da própria Freguesia, o que facilitaria as redes de solidariedades criadas por esses nos momentos

<sup>232</sup> LBNSM, 1858-1862 - 67fv, APIMNSM.

<sup>233</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 41.

<sup>234</sup> LBNSM, 1853-1858 - 74ff, APIMNSM.

<sup>235</sup> SLENES, op. cit, 1999.

de dificuldade, uma vez que, residindo um perto do outro, facilitaria a comunicação e a ajuda mútua.

Tabela 06, FREGUESIA DE ORIGEM DOS PADRINHOS, 1850-1872

<b>FREGUESIA DE ORIGEM DOS PADRINHOS</b>	<b>Nº</b>
Freguesia NSM	1.439
Freguesia de Cabaceiras	02
Freguesia de Patos	02
Freguesia de Campina Grande	01
Freguesia Therreiro	01
Freguesia de Ingazeira	01
NC	30
Padrinhos Ausentes	19
<b>Total</b>	<b>1.495</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

É identificado, em quase todos os assentos de batismo que continha informações sobre os padrinhos dos escravizados, que os pais das crianças residiam na mesma freguesia dos seus compadres. De um total de 1.476, em 97,5% ocorria essa predominância, o que correspondia a 1.439.

Apenas sete escravizados estabeleceram relações de compadrio com pessoas de outras Freguesias, a exemplo de Josefa que ao escolher o padrinho de seu filho Raimundo<sup>236</sup>, optou por Faustino da Costa Guimarães, residente na Freguesia de Campina Grande. A distância entre a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres e a de Campina Grande era de 143 km, o que poderia ser percorrida por meio de cavalos. De acordo com Lima<sup>237</sup>, “os cavalos eram excelentes meios de transporte de humanos e de cargas, amplamente utilizados pela população, quer seja para simples passeios, quer seja para vencer as longas distâncias”.

Ignacia também foi uma das escravizadas que optou por tecer relações de parentesco espiritual com pessoas que não pertenciam a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, pois, ao escolher o padrinho para a sua filha Braulia<sup>238</sup>, optou por Jose de Souza Castro, residente na Freguesia de Cabaceiras. Um fator importante a ressaltar, nesse caso, é que o batismo ocorreu na Capela de Caraúbas pertencente à Freguesia de

<sup>236</sup>LBNSM, 1858-1862 - 114fv, APIMNSM.

<sup>237</sup> LIMA, Luciano, op. cit, p. 103.

<sup>238</sup>LBNSM, 1858-1862 - 93ff, APIMNSM.

Nossa Senhora dos Milagres, no entanto, essa capela se localizava próximo a Freguesia de Cabaceiras, e, como foi visto anteriormente, essas duas freguesias também se limitavam.

As Freguesias de Ingazeira e Patos também se limitavam com a de Nossa Senhora dos Milagres, sendo assim, essa distância existente entre os compadres pode ser diminuída se analisada a localidade na qual ele residia, podendo ficar mais perto das freguesias vizinhas do que até mesmo da Vila de São João. Em relação à Freguesia do Therreiro, não foram encontradas referências sobre ela.

Essa aproximação entre as freguesias fazia com que os laços de solidariedade se reforçassem cada vez mais, contribuindo para que a vida no cativeiro fosse menos dolorosa, visto que a conservação de relações com pessoas influentes na sociedade poderia representar vantagens perante aqueles que não possuíam tais relações.

Percebemos, assim, a predominância de padrinhos livres, seguido de padrinhos cativos para os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Essas informações também foram constatadas em outras regiões, a exemplo de Silvia Brügger<sup>239</sup>, que desenvolveu sua pesquisa a respeito das práticas de compadrio, entre os escravizados na Vila de São João Del Rei/MG, e constatou o predomínio de padrinhos e madrinhas livres para os filhos de escravos, entre 1736 e 1850. Os padrinhos eram, normalmente, situados em patamares superiores da hierarquia social, se comparada com a condição dos batizados<sup>240</sup>. Essas informações também se encontram presentes nos estudos de Rocha<sup>241</sup>, ao identificar essas relações para a região de Campinas/SP, ao longo do século XIX. Na Paraíba, Rocha<sup>242</sup> (2009) e Lima<sup>243</sup> (2008) também chegaram a essa conclusão, primeiro para a Cidade da Parayba do Norte e depois para Campina Grande.

Esse foi o perfil desenhado para os padrinhos dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres para os anos de 1850 a 1872, embora, uma inquietação surja. O perfil das madrinhas se assemelha ao dos padrinhos? Quais mudanças podem

<sup>239</sup>BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim **Minas patriarcal: família e sociedade**. São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>240</sup>BRÜGGER, Sílvia, op. cit, p. 195.

<sup>241</sup>ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX**. 1999. P. 142. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

<sup>242</sup>ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>243</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008.

ocorrer? E as permanências?

O perfil das madrinhas dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, entre 1850 e 1872, não sofre muitas alterações se comparada com o perfil dos padrinhos para esse mesmo período, conforme indica tabela abaixo:

Tabela 07, CONDIÇÃO JURÍDICA DAS MADRINHAS, 1850-1872

MADRINHA	Nº	%
Livre	03	0,20
Escravizada	198	13,25
Forra	07	0,47
Santa	05	0,34
NC	1.252	83,74
Madrinhas Ausentes	30	
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>100%</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Dos 1.495 registros de batismo que continha informações a respeito das madrinhas, analisados para os anos de 1850 a 1872, em 1.252 não continham a condição jurídica, o que leva a acreditar que elas eram pessoas livres (assim como foi discutido para os padrinhos); em 198 constam que eram escravizadas, seguida de 07 forras, 05 Santas e 03 livres.

No entanto, nem sempre a madrinha era presente. As Constituições do Arcebispado da Bahia não permitia que a criança fosse batizada apenas na presença de um padrinho e/ou madrinha, porém 24 escravizados foram batizados apenas na presença do padrinho, como se pode observar na transcrição abaixo:

Aos seis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e quatro anos, na capela do Monteiro, filial desta matriz de São João do Cariri, o Reverendo Bernardo Jose de minha licença a paroquial batizou solenemente a Vicencia parda, filha natural de Eusebia escrava de Manoel João de Mello e Florencia Maria de Jesus, sendo padrinhos somente Francisco escravo de Severino de Barros, todos desta freguesia, do que para constas mandei fazer o assento vem que assigno<sup>244</sup>.

Em seis casos não constava nem o nome do padrinho nem o da madrinha, devido ao fato de as crianças terem sido batizadas em casa, por correrem risco de vida, fato esse já discutido, anteriormente, para os padrinhos.

<sup>244</sup>LBNSM, 1862-1864 - 81ff, APIMNSM.



Apesar de pequena, também percebemos que a presença do padrinho na hora do batismo era mais frequente do que a presença da madrinha. Em 1.476 assentos de batismo continha o nome do padrinho e apenas em 1465 continha o da madrinha. Silvia Brügger aponta que o papel do padrinho era mais importante socialmente, sendo a madrinha apenas auxiliar<sup>245</sup>. Guimarães<sup>246</sup> também identificou para a Freguesia de Nossa Senhora das Neves, população parda batizada entre 1833 e 1860, uma ausência maior no número de madrinhas se comparado com o de padrinhos. Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres essa diferença se dá apenas em 11 registros; além disso, foi identificado que em 321 assentos de batismo constava que o padrinho era casado com a madrinha.

Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres também foram identificadas a presença de madrinhas santas para os escravizados, sendo quatro delas identificadas como Nossa Senhora e uma específica Nossa Senhora da Conceição, conforme registro abaixo:

Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e dois anos na Capela de São Jose de Limeira, da Freguesia de Ingazeira, o Reverendo Joaquim Manoel Correia da Silva, de minha licença, batizou solenemente a **Luis, pardo**, nascido a quinze de novembro do ano passado, filha natural de Theodora, escrava de José Ferreira de Moura, viúvo, sendo padrinhos **Antonio, escravo e Nossa Senhora da Conceição** todos dessa Freguesia de São João do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino<sup>247</sup> (grifos nossos).

Essas famílias compostas de escravizados poderiam escolher santas para apadrinhar seus filhos por dois motivos: primeiro, pela devoção que poderia ter perante as Santas; segundo, pela falta de uma pessoa para ocupar o lugar da madrinha. Portanto, a prática de substituir os padrinhos por santos de devoção ou pela Virgem era uma fórmula encontrada para contornar a falta de um, ou de ambos, os padrinhos, o que foi constatado por Gudeman e Schwartz<sup>248</sup> também para a região do Recôncavo Baiano, no período colonial.

Quanto à distinção social das madrinhas, podemos observar o quadro abaixo:

<sup>245</sup>BRÜGGER, Sílvia, op. cit, p. 234.

<sup>246</sup>GUIMARÃES, Matheus da Silveira. **Famílias e Laços de Solidariedades Negras: Parentesco da População Parda Semibranca na Cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)**. 2013, p. 85. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

<sup>247</sup>LBNSM, 1858-1862 - 142fv, APIMNSM.

<sup>248</sup>GUDEMAN; SCHWARTZ, op. cit, p.55.

Tabela 08, DISTINÇÃO SOCIAL DAS MADRINHAS, 1850 A 1872

<b>DISTINÇÃO SOCIAL DA MADRINHA</b>	<b>Nº</b>
DONA	04
NC	1.461
MADRINHA AUSENTE	30
<b>TOTAL</b>	<b>1.465</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Em relação ao quadro acima, podemos verificar que encontram-se apenas quatro casos em que as madrinhas possuem o título de Dona, como ocorreu com Maria<sup>249</sup>, parda, filha natural de Balbina, escravizada do Reverendo Genuino Walfrido de Sousa Gurjão, que teve como padrinhos Zeferino Rubens Leite e Dona Ursulina Maria Candida de Sousa Magalhães. Assim como os padrinhos, o número de madrinhas com distinção social foi pouco, se comparado com o total de madrinhas presentes nos assentos de batismo.

Quase todas as madrinhas escolhidas pelos escravizados pertenciam a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, sendo 1.427 casos, do total de 1.465, seguidos de madrinhas da Freguesia de Ingazeira, Patos, Terreiro, Cabaceira, Taquaritinga, e 33 casos sem identificação das freguesias.

Dessa forma, observamos a predominância de madrinhas livres, seguidas de escravizadas, forras e santas, constatando, assim, que os escravizados estabeleceram relações de parentesco espiritual com padrinhos/madrinhas mais elevados na hierarquia social.

Depois de fazer um mapeamento de quantos escravizados foram batizados, ao longo de 1850 e 1872, e de se fazer um levantamento sobre o tipo de filiação e a relação de compadrio, surge mais uma indagação: quem eram estes escravizados que estavam sendo batizados? Pretos, pardos, mulatos, cabras, crioulos, ou negros? No próximo subcapítulo, discutiremos essas questões referentes à cor da pele e/ou grupo étnico-racial e as sociabilidades dos forros.

<sup>249</sup>LBNSM, 1867-1871 - 81fv, APIMNSM.

## 2.4- ESCRAVIDÃO E COR NOS ASSENTOS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872

Ao longo das pesquisas nos assentos de batismo ficamos inquietos com a variação de cores na qual eram os indivíduos escravizados. Para tanto, segue uma tabela para verificar a cor/origem étnico-racial desses escravizados que receberam o sacramento do batismo:

Tabela 09, COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL DOS ESCRAVIZADOS RECÉM-NASCIDOS, 1850-1872

<b>COR</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Parda/mulata	701	46,89%
Crioula	229	15,32%
Preta	231	15,45%
Negra	26	1,73%
Cabra	21	1,40%
Gentia da Angola	03	0,20%
Gentia de Benguela	01	0,07%
Cabocla	01	0,07%
NC	282	18,87%
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>100%</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Durante o período escravista brasileiro, a cor era uma das marcas que indicava a condição jurídica, pois, caso uma pessoa fosse branca, era sinônimo de ser livre, no entanto, se tivesse uma pigmentação escura ou fruto de uma miscigenação entre africanos e europeus era potencialmente escravizada. Neste caso, tem-se que a cor era utilizada como uma forma de validar a posição social dos indivíduos na sociedade.

As cores dos escravizados recém-batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres variavam entre parda/mulata, preta, cabra, crioula e negra, sendo 46,89% de pessoas pardas/mulatas, 15,45% de pretas, 15,32% de crioulas, 1,73% de negras, 1,40% de cabra e 0,34% de origem africana. Em 18,87% não constava a cor da criança batizada.

Esses dados vêm reforçar a hipótese da reprodução natural na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, tendo em vista o alto índice de pessoas pardas (46,8% de

pardas e mulatas) sendo batizadas e a predominância do tipo de filiação natural (78,33%).

Mas o que significa essas numerosas cores, se na realidade todos eles eram escravizados? O que diferenciava uma pessoa parda de crioula? Crioula de cabra? Cabra de mulata?

Não se sabe ao certo qual o critério que o pároco adotou para definir a cor da criança que estava sendo batizada. Acredita-se que muitas vezes o pároco chegava a se confundir ao registrar a cor da criança, pois, de acordo com B. J. Barickman<sup>250</sup>, a cor preta designava aquelas pessoas que teriam vindo da África. No entanto, 225 crianças são batizadas como pretas, mas na realidade estas deveriam ser batizadas como crioulas, uma vez que faziam parte da 1º geração de africanos aqui no Brasil.

De acordo com Rocha<sup>251</sup>, no século XIX o termo pardo ou mulato era utilizado para designar uma pessoa mestiça fruto de uma união existente entre um africano e/ou seus descendentes com um europeu e/ou seus descendentes. Karasch<sup>252</sup> afirma que os senhores utilizavam o termo pardo para definir um mulato, uma pessoa de pais africanos e europeus, e os próprios pardos usavam-se para se distinguir dos crioulos e outros grupos racialmente mistos da cidade.

Dessa forma, os pardos procuravam se diferenciar dos crioulos e dos cabras (termo pejorativo para designar escravizados de raça mista<sup>253</sup>), uma vez que na sociedade brasileira ter a cor parda representava estar mais perto da cor branca. Essa informação vem a ser confirmada se analisada as crianças forras na pia batismal. De um total de 22 crianças batizadas como forras, 16 delas possuíam a cor parda, apenas uma possuía a cor preta, outra crioula e uma era branca<sup>254</sup>; em três registros não foi identificada a cor. Esses dados serão melhores trabalhados adiante.

Sendo assim, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres conta com uma quantidade expressiva de pessoas batizadas com a cor parda/mulata (46,89%), fruto do

---

<sup>250</sup>BARICKMAN, B.J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo Baiano, 1835. In: **População e Família**/Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – v.1, n.1 (1998) – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998, p.12.

<sup>251</sup>ROCHA, Solange Pereira da. Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho 2011, p. 03.

<sup>252</sup>KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 p. 38.

<sup>253</sup>KARASCH, op. cit, p.39.

<sup>254</sup>Este caso será melhor trabalhado no subcapítulo 2.5 dedicado ao estudo dos libertos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

processo de miscigenação, ocorrida em terras brasileiras, não podendo esquecer que os cabras (1,40%) e caboclos (0,07%) também fazem parte desse processo de miscigenação. Esse mesmo fenômeno foi identificado por Rocha<sup>255</sup> para três Freguesias: a de Nossa Senhora das Neves, a de Santa Rita e a de Nossa Senhora do Livramento, ao longo do período oitocentista. Lima<sup>256</sup> também identificou que um pouco mais de 50% dos escravizados da Freguesia de Campina Grande foram identificados como pardos, de acordo com o censo de 1872. Silva<sup>257</sup> observou para a cidade de Areia oitocentista um total de 41,1% de escravizados pardos, levando em consideração as informações contidas no livro de escritura de escravizados. Constata-se, assim, a predominância de escravizados pardos na Província da Paraíba.

Em 81,23% dos registros de batismo estavam presentes a cor do escravizado recém batizado, entretanto a cor dos pais quase nunca aparecia. Em apenas 16 assentos consta a cor do pai, desse total, 14 foram identificados como pretos e quatro como pardos.

Para as mães, identificou-se um percentual maior em relação à cor, fator esse que pode ser explicado pelo fato do nome da mãe está presente em praticamente todos os registros batismais, sendo 23 preta, 17 parda, 05 crioula, 01 cabra e 01 angola. Citamos, como exemplo, Perpetúa, filha natural da parda Camila, batizada em 14 de abril de 1856<sup>258</sup>. A tabela abaixo mostra a combinação de cores entre pai/mãe/filho.

Tabela 10, COMBINAÇÃO DE CORES MÃE/PAI/FILHO

MÃE	PAI	FILHO	QUANTIDADE
Cabra	NC	Preta	01
Parda	NC	Parda	10
Parda	Preta	Parda	01
Angola	NC	Preta	01
Parda	<i>Preta</i>	NC	01
Parda	Parda	Parda	04
Parda	Preta	Parda	01
Preta	Preta	Parda	06

<sup>255</sup>ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>256</sup>LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: Os Escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: Editora da UFCG, 2007.

<sup>257</sup>SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e Resistência escrava na “Cidade D’ Arêa” oitocentista**. 2010. 188p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

<sup>258</sup>LBNSM, 1853-1858, - 122ff, APIMNSM.

Preta	NC	Parda	07
Preta	Preta	NC	01
Preta	NC	NC	03
Preta	Preta	Crioula	02
Preta	NC	Preta	01
Preta	NC	Crioula	03
Crioula	NC	NC	01
Crioula	NC	Parda	03
Crioula	NC	NC	01
<b>TOTAL</b>			<b>47</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871. Acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Na análise da tabela, percebemos que o pároco ao registrar as crianças tendia a clarear a população escravizada, devido ao processo de miscigenação, considerando que do total de 47 crianças que continham informação a respeito da cor do pai ou da mãe, 31 delas foram batizadas como pardas, dessas, 04 tinha a cor de seus pais como parda, 01 tinha a mãe parda e o pai preto, 06 possuíam os pais pretos e foram registradas como pardas, 01 possuía a mãe crioula e 07 a mãe preta. Sendo assim, qual o critério foi utilizado para estabelecer a cor dessas crianças?

A caracterização de alguém como preto ou negro em 1700 tem o mesmo significado que em 1800? Quando a palavra “preto” foi associado ao nascido na África e, assim, a escravidão? Isso levanta a dúvida sobre tal associação realmente ocorreu, já que, espalhadas pela documentação, há referências a pretos nascidos no Brasil e quem eram escravos, alforriados ou nascidos livres. Quanto a condição social associada a palavra pardo, mais elevada que a do mulato, até que ponto isso poderia ser atribuído a uma diferença de cor, ou a fatores não raciais [...] E como o historiador pode incluir no cálculo a circunstância de tal indivíduo ter nascido livre ou alforriado?<sup>259</sup>

As indagações colocadas por Russell-Wood promovem o questionamento de como fazer o estudo detalhado dos grupos étnicos-raciais dos escravizados no período colonial e imperial brasileiro, uma vez que tomando os assentos de batismo como referência constatamos em pouquíssimos casos a cor do pai e da mãe, dos 1.521 assentos foram identificados em apenas 47 assentos essa informação.

O que pode se afirmar, neste estudo, é que os pardos tiveram uma probabilidade maior de alcançar as cartas de alforria, e que, ao longo da vida, suas cores poderiam ser

<sup>259</sup>RUSSEL-WOOD, John. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 p.297-298.

alteradas, ou apenas silenciadas, dependendo muitas vezes das relações estabelecidas com a sociedade, sobressaindo-se, assim, em relação aos pretos e crioulos. A seguir faremos um estudo das crianças alforriadas na pia batismal.

## 2.5 - SOCIABILIDADES NEGRAS: OS FORROS NA PIA BATISMAL

A alforria nunca é uma aventura solitária. Resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo de conveniência, reflexos e imagens mentais que constituem, no Brasil da escravidão, o quadro de uma sociedade que tem sua própria concepção do “justo” e do “normal”<sup>260</sup>.

No dia vinte de julho de 1852, o Reverendo Manoel Antônio dos Santos Moraes Pereira batizou solenemente Mariano<sup>261</sup>, pardo, filho natural da escravizada Ursula. Essa criança não herdou a condição jurídica da mãe, uma vez que foi forro, na pia batismal, pela vontade do senhor Francisco Fernandes. Já Joaquina<sup>262</sup>, filha natural de Euzebia, foi batizada em dezanove de julho de 1857, tendo sido lançada no assento de batismo como forra, mediante a quantia de 100 mil réis, paga ao senhor Manoel Francisco do Nascimento.

Essas histórias mostram a libertação de cativos na pia batismal. No primeiro caso, a criança foi alforriada por vontade do senhor, portanto, de forma “gratuita”, permitindo a ela usufruir de sua liberdade, porém sabemos que essas cartas de liberdade sem “ônus” eram pagas de forma indireta com a exploração do trabalho dos pais da criança. Quanto ao usufruto da liberdade, Chalhoub<sup>263</sup> destaca a precariedade da mesma, enfocando forros que foram reescravizados, pois, somente em 1871, foi proibido a reescravização de libertos.

Lima<sup>264</sup> ressalta que a conquista da alforria não era algo imediato e fácil, mas indicava os limites e as possibilidades inerentes à escravidão. Ser forro possibilitava pertencer ao mundo dos livres, mesmo que seus familiares ou pessoas de seu convívio não estivessem na mesma condição.

<sup>260</sup>MATTOSO, op. cit, p.194.

<sup>261</sup>LBNSM, 1846-1853 - 182ff, APIMNSM.

<sup>262</sup>LBNSM, 1853-1858 - 229ff, APIMNSM.

<sup>263</sup>CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.223.

<sup>264</sup>LIMA, Vitória, op. cit, p. 268.

No segundo caso, citado acima, a liberdade de Joaquina se deu de forma onerosa, ou seja, comprada. Até mesmo porque alforriar ou libertar um escravizado na pia batismal era prerrogativa do senhor<sup>265</sup>, no entanto, não podemos deixar de mencionar que existia toda uma negociação antecedente entre a mãe cativa e o senhor. A seguir o assento batismal de Maria forra na pia.

Aos sete dias mês de novembro de mil oitocentos e sessenta e um anos, no oratório Privado no Gravatá, nesta Freguesia de São João do Cariri, batizei solenemente a Maria crioula, com seis meses de nascida, filha natural de Diva, escrava de Emerenciana Maria do Amor Divino, solteira, moradora no mesmo lugar Gravatá, sendo Padrinhos Bellarmino Cavalcante do Rego, e Alexandrina Maria da Conceição, logo declarou a dita Senhora da criança que a alforriava na Pia, e que assim fosse lançada no livro de batizados, por ser a sua vontade e que tudo presenciei e os mesmos padrinhos e mais pessoas ali presentes, do que contas mandei fazer o presente assento em que assigno<sup>266</sup>.

Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foram identificadas 22 crianças libertas na pia batismal, entre os anos de 1850 e 1872, sendo 15 delas do sexo feminino (72,72%) e 07 do sexo masculino (27,28%). Observamos, assim, que as meninas tiveram uma maior facilidade de conquistar a alforria do que os homens.

Um dos fatores que pode justificar esse maior índice de alforria para mulheres pode ser a proibição do tráfico transatlântico a partir do ano de 1850, com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz. Nesse período também ocorreu a transferência econômica da região Norte (produção canavieira) para a região Sudeste, o que encareceu o preço do escravizado no mercado interprovincial, principalmente, os do sexo masculino, uma vez que, precisava-se de grande quantidade de mão de obra para a lavoura cafeeira.

Esses dados também foram identificados por Mattoso<sup>267</sup> para as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Parati, nas quais as mulheres conquistaram uma maior quantidade de alforrias do que os homens. De acordo com a autora, um dos fatores que pode ter contribuído para esses dados são: o envelhecimento precoce da mulher em relação ao homem, custando menos substituí-la no mercado de trabalho, sem contar que as cativas domésticas tinham um contato maior com seus senhores.

---

<sup>265</sup>GALLIZA, op. cit, p.139.

<sup>266</sup>LBNSM, 1858-1862 - 180ff, APIMNSM.

<sup>267</sup>MATTOSO, op. cit, p.185.



Mary Karasch<sup>268</sup> não perde de vista a alforria enquanto conquista do escravizado e não um fruto da ação benevolente dos senhores: Os escravos cariocas entravam para a categoria dos livres não porque os senhores “benevolentes” concediam gentilmente a liberdade, mas porque eles a compravam.

Na Paraíba, Galliza<sup>269</sup> e Rocha<sup>270</sup> também constataram a predominância de alforrias para as mulheres. Rocha, ao desenvolver seu estudo na zona da mata paraibana, defendeu a tese de que as mulheres foram as mais beneficiadas com as cartas de alforria, por estarem mais próximas de seus senhores e por custarem menos no mercado, se comparado ao preço dos homens:

Dessa forma, quem detinha mais potencial para a obtenção de alforrias na Paraíba, entre as décadas de 1840 e 1860, eram as mulheres adultas e pardas. Uma das justificativas era que, além de um menor preço no mercado, se comparado com os homens, a proximidade com senhores ou senhoras deve ter facilitado o desenvolvimento de relações de afetividade, assim como as mulheres escravas que viviam na cidade tiveram mais oportunidade de formar pecúlio<sup>271</sup>.

Galliza<sup>272</sup>, ao estudar as alforrias no sertão paraibano, identificou que elas poderiam ocorrer por meio do batismo, por testamento, ou por cartas de liberdade, sendo essa última o meio mais recorrente no sertão. Do total de 1.052 cartas de liberdade, a autora destaca a predominância para o sexo feminino (56,5%) em relação ao masculino (43,5%), e utiliza-se de alguns argumentos para justificar essa predominância, dentre eles: o fato das mulheres terem menos resistência física, por possuírem no mercado um valor inferior ao homem e por terem mais facilidade de criarem laços afetivos com senhores ou senhoras.

Essa pesquisa a respeito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres vem confirmar esse predomínio de mulheres libertas para outra área de estudo, no caso, o cariri paraibano, conforme mostra a tabela abaixo:

---

<sup>268</sup>KARASCH, op. cit, p. 440.

<sup>269</sup>GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

<sup>270</sup>ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

<sup>271</sup>Ibidem, p. 268-269.

<sup>272</sup>GALLIZA, op. cit, 139-141.

Tabela 11, SEXO E FILIAÇÃO DOS RECÉM-NASCIDOS LIBERTOS, 1850-1872

SEXO	TOTAL	FILIAÇÃO	TOTAL
Masculino	07	Natural	21
Feminino	15	Legítima	01
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>Total</b>	<b>22</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Ao analisar as cores dessas crianças que foram forros na pia batismal temos os seguintes dados:

Tabela 12, COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL DOS RECÉM-NASCIDOS LIBERTOS, 1850-1872

COR	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Parda	06	10	16
Preta	---	01	01
Crioula	---	01	01
Branca	---	01	01
Não Consta	01	02	03
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>15</b>	<b>22</b>

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Livro de registros de Batismo 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Observamos que 72,72% das crianças alforriadas, na pia batismal, foram identificadas como pardas, 4,55% de crioulas, pretas, e “brancas” e, por último, em 13,64% não apresentava a cor da criança batizada. Percebemos, assim, que os pardos se sobressaíram perante os outros escravizados que receberam a alforria no momento do batismo, e que as crianças com cores mais claras foram mais beneficiadas, o que indica uma miscigenação entre a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, não deixando de mencionar que a cor parda predominava entre a população.

Um desses assentos de batismo chama atenção pelo fato da criança recém-batizada como forra na pia batismal conter a cor branca, pois, mesmo sabendo que ela poderia ser filha de uma pessoa livre e branca, raramente ela seria batizada com a cor branca, devido ao fato de ter ascendência africana, sem contar também que na sociedade brasileira do período oitocentista era notória a diferenciação entre brancos e mestiços. Abaixo o assento de batismo para maior esclarecimento.

Aos sete dias do mês de julho de mil oitocentos e sessenta anos, na Capela do Congo, filial desta Matriz de São João do Cariri o reverendo Custódio Luis de Araújo Souza de minha licença batizou solenemente a Josefa Branca, nascida a vinte e dois de junho deste mesmo ano filha natural de João Ferreira Quintães e Margarida, escrava de Felis Ferreira Quintães e sua mulher Silvana Francisca Maciel moradores na Boa Esperança desta freguesia, sendo padrinhos Joaquim Jose de Souto e Anna Lucadia Maria da Conceição, também desta freguesia, logo declarou o mesmo Felis Ferreira Quintães, senhor da criança, presente a mim e aos padrinhos que a forrava na Pia mediante a quantia de cem mil reis que havia recebido do pai da criança João Ferreira Quintães que fosse lançada no livro de batismo como liberta por assim ser a sua vontade, do que para constas mandei fazer o presente assento que assino<sup>273</sup>.

A partir do documento em análise, verificamos que Josefa teve sua carta de alforria comprada pelo seu pai, mediante a quantia de cem mil reis, evidenciando-se, assim, a preocupação do pai em libertar sua filha. Quanto ao tipo de filiação de Josefa, observamos que era natural, porém, no registro de batismo, apresentava-se o nome do pai e da mãe, o que, talvez, se deva ao fato dos pais terem tido relações consensuais, ou apenas, do pai ter tido uma relação passageira com a escravizada Margarida. No assento não consta a condição jurídica do pai, o que subtende que era livre, e, provavelmente, familiar do senhor da escravizada, uma vez que, possui sobrenomes idênticos, Ferreira Quintães; além disso, verificamos a não presença da cor do pai, mas, provavelmente, era branca, visto que a criança foi batizada com essa cor.

Já em relação ao tipo de filiação predominante entre os forros, percebemos a natural. Dos 22 assentos de batismo, 21 crianças eram oriundas de uma filiação natural e apenas uma era fruto de uma filiação legítima, fato que ocorreu com Francelina<sup>274</sup>, filha legítima de Manoel Joaquim de Sant Anna e Cândida, escravizada de Leandro Gomes Bizerra. Francelina foi alforriada na pia batismal por vontade do seu senhor, na

<sup>273</sup>LBNSM, 1858-1862 - 119 fv, APIMNSM. Grifos nossos.

<sup>274</sup>LBNSM, 1853-1858 - 66fv, APIMNSM.

presença dos padrinhos, Donato Alves Bizerra e Manoela Amália de Jesus. Mais uma vez, verificamos que a condição jurídica do pai não se encontra presente.

Em três assentos de batismo constava o nome do pai e da mãe, porém, o tipo de filiação era natural. Um desses exemplos é o de Maria<sup>275</sup>, parda, filha natural de Filipe Rodrigues de Lira e Joana, escravizada de Manoel Bizerra Guimarães, alforriada na pia batismal, mediante a quantia de 200 mil reis, paga pelo pai da criança ao proprietário da mãe. Observamos também que em dois desses assentos não apresentava a condição jurídica do pai, conforme se observa no registro de Maria, citado anteriormente. O registro de Valdivino<sup>276</sup> é o único que traz a condição jurídica do pai, ele era filho natural de Mariana, escravizada de Theresa do Espirito Santo e do forro Antonio Correia da Silva, tendo sido batizado em 08 de julho de 1862 como forro, mediante a quantia de 200 mil reis pagos pelo pai.

Verificamos, assim, que os pais mesmo sem casarem com as mães, tinham certa condição financeira e uma preocupação em alforriarem seus filhos. Além disso, observamos o exemplo da escravizada Euzebia que, mesmo sem a presença do pai, conseguiu comprar a alforria de sua filha, por 200 mil reis. Para conseguir essa liberdade, Euzébia pode ter criado redes de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, assim como é citado na epigrafe que abre este subcapítulo.

Nos demais assentos há a predominância de mães escravizadas que conseguiram que seus filhos fossem forros na pia batismal apenas por “vontade de seus senhores”. Dessa maneira, não se sabe quais os reais motivos tiveram esses senhores para alforriarem essas crianças, o que sabemos é que sua mãe com seus esforços e trabalhos de forma indireta contribuíram para essa liberdade.

No Brasil, de acordo com Galliza<sup>277</sup>, a alforria podia ser obtida de diversas formas: o senhor poderia alforriar “gratuitamente” o seu escravizado sem impor nenhuma condição; poderia colocar aos alforriados a condição de servir a seus senhores até a morte; o próprio escravizado poderia comprar a sua alforria, ou de um parente próximo, desde que tivesse juntado pecúlio suficiente, ou poderia conseguir através da manumissão, por iniciativas de terceiros; e, por fim, por meio do testamento, na qual na maioria das vezes eram condicionais. Abaixo, um exemplo de uma criança forra, na pia batismal, de forma “gratuita”:

---

<sup>275</sup>LBNSM, 1862-1864 - 72fv, APIMNSM.

<sup>276</sup>LBNSM, 1862-1864 - 12fv, APIMNSM.

<sup>277</sup>GALLIZA, op. cit, 142-143.

Aos quatro dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e dois anos, no Oratório Privado da Fazenda Serra Branca, desta Freguesia de São João do Cariri, o Reverendo José Ambrósio da Costa Ramos, de minha licença batizou solenemente a Jose pardo com um mês de nascido, forro na pia por ser esta a vontade de seu senhor Manoel Simões de Araújo, filha natural de Joaquina Maria, escrava do mesmo, sendo padrinhos, Manoel José Nogueira com procuração de João Ferreira de Pomiocono e Ursula Maria de Jesus com procuração de Maria Francisca da Conceição, todos moradores nesta freguesia, do que para constas mandei fazer o assento em que assino<sup>278</sup>. (LBNSM, 1846-1853 - 175ff Acervo Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres grifos nossos)

Verificamos que a criança foi forra na pia batismal apenas pela “vontade do senhor”, não sendo preciso “comprar” a liberdade da criança, assim como ocorreu com Valdivino, no entanto, não podemos deixar de esquecer que foi fruto de negociações. Abaixo a transcrição do assento de batismo:

Aos oito dias do mês de julho de mil oitocentos e sessenta e dois anos no Oratório Privado da Fazenda Barra do Farias, nesta Freguesia de São João do Cariri, o Reverendo Herculano Xavier da Rocha de minha licença batizou solenemente a Valdivino pardo, nascido a vinte e nove de maio deste mesmo ano, filho natural de Antonio Correia da Silva, forro e de Mariana escrava de Theresa do espírito santo, que disse perante os padrinhos e filhos dela, que Valdivino fosse lançado como liberto e que assim fosse lançado no livro dos batizados, porque tinha recebido de Antonio Correia da Silva pai da criança, duzentos mil reis, forão padrinhos Roberto Jose Maria de Souza e sua mulher Izabel Francisca Maria de Oliveira, todos desta freguesia do que para constas mandei fazer o assento em que assino. (grifos nossos)

Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, a forma em que os escravizados obtinham alforria, na pia batismal, foi na maioria das vezes (18 casos) por vontade do senhor, em apenas quatro casos a alforria se deu mediante a compra.

No entanto, não podemos esquecer que a alforria era o resultado de uma negociação, pois não era uma mera concessão do proprietário e, para obtê-la, o escravo tinha que negociar. Isto se dava não só no sentido de que o cativo tinha que pagar, mas também no sentido de que muitas vezes o senhor só vendia a carta se o escravo aceitasse certas condições, como no caso das chamadas alforrias condicionais.

---

<sup>278</sup>LBNSM, 1846-1853 – 175ff, APIMNSM.

Dessa forma, Chalhoub destaca que “cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantinha com seu senhor particular<sup>279</sup>”.

De acordo com Lima<sup>280</sup>, a liberdade podia ser algo precário para os escravizados, uma realidade a ser defendida e mantida arduamente, visto que a luta pela liberdade não se constituía em uma aventura solitária, pois por trás dela existia muitas vezes uma extensa rede de solidariedade, tecida pelas ações de cativos, libertos e até homens livres.

Mattoso<sup>281</sup> coloca que os direitos dessas pessoas eram bastante limitados juridicamente, pois, eles poderiam construir famílias, propriedade e herança, mas, no plano político, só podiam votar nas eleições primárias; tinham também direito de servir à marinha, quartel e exército, mas apenas como soldado, sem contar que o liberto devia ao senhor(a) a mesma obediência e a mesma humildade, visto que a carta de alforria podia ser revogada até 1871.

A liberdade é um processo de conquistas, que pode ou não ser alcançada durante o correr de uma vida [...] Não se restringe ao [conceito] da ideologia burguesa ocidental, a liberdade individual ligada a autonomia individual: direito de ir e vir, de falar o que deseja, de comprar e vender, mas também a liberdade na concepção da população negra, que consiste em pertencer a uma comunidade: a liberdade social<sup>282</sup>.

No que diz respeito às relações de solidariedade construída pelos forros, observamos que todos eles procuraram estabelecer relações com pessoas livres, porém, nem os padrinhos e nem as madrinhas possuíam algum título de distinção social, o que pode indicar que essas mães buscaram também estabelecer laços com pessoas livres. Estabelecia-se, assim, uma aliança para cima, em que as relações de compadrio eram firmadas com pessoas mais altas na hierarquia social do que os pais das crianças.

Sendo assim, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, predominou a cor parda para as crianças forras na pia batismal, sobressaindo o tipo de filiação natural. As alforrias dessas crianças eram concedidas, na maioria das vezes, por “vontade dos senhores (as)”, sendo, em poucos casos, adquirida mediante a compra. Isso demonstra

<sup>279</sup>CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.100.

<sup>280</sup>LIMA, Vitória, op. cit, p. 308.

<sup>281</sup>MATTOSO, op. cit, p.201-203.

<sup>282</sup>LIMA, Vitória, op. cit, p. 36.

que as crianças forras na pia batismal tinham passado por um processo de miscigenação e a cor da pele não era tão escura, se comparada com os descendentes em primeiro grau dos africanos.

## **2.6- O ESPAÇO RELIGIOSO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES**

A religião católica fez parte do cotidiano das pessoas que viveram no Brasil oitocentista, não sendo diferente para as que residiram na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre 1850 e 1872. Ela difundiu valores, superstições e medo no cotidiano destas pessoas, influenciando na cultura e nas festividades, que quase sempre giravam em torno das procissões, vigílias, missas, rituais ao nascer, como os batizados, e ao morrer, como os funerais.

A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foi, durante o período colonial e imperial, o principal centro religioso do cariri paraibano. O símbolo da fé estava presente na povoação, a exemplo da Igreja Matriz (conforme imagem I) construída desde 1750 e das capelas e oratórios espalhados pela região. Mesmo com as dificuldades, os habitantes da localidade sempre destinavam parte de seu dia para os rituais católicos.



**Imagem I: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres em São João do Cariri**  
**Fonte: Acervo Particular do Autor**

A partir da década de 1750, a Igreja Católica muda sua forma de atuar no interior da Paraíba, até então eram os missionários religiosos e suas ordens responsáveis por evangelizar. No entanto, pós 1750, os padres seculares que passam a exercerem este papel. A igreja deixa de se formar em grandes aldeias comunitárias e passa a se organizar em extensas paróquias, sendo a de São João a mais antiga dos cariris velhos da Paraíba<sup>283</sup>.

Os padres e vigários que atuavam na paróquia eram nomeados pelos bispos de Olinda e Recife e residiam na sede da Freguesia, a Vila Real de São João do Cariri. A formação desses religiosos, durante o período oitocentista, era proveniente do seminário de Olinda, construído em 1800. Esses padres contavam com a ajuda de coadjutores, religiosos aptos a substituir o pároco na sua ausência, sendo responsáveis por ajudá-los, dando assistência às comunidades mais afastadas da vila, levando às pessoas o sacramento do batismo, do matrimônio e da confissão<sup>284</sup>.

Tomando como referência os assentos de batismo, percebemos que durante o período colonial eram poucas as capelas existentes na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, chegando a adquirir um número mais expressivo durante o império. Os padres não residiam na localidade dessas capelas e a visitavam dependendo do convite do proprietário e das chuvas, que muitas vezes impossibilitava a locomoção.

Os padres coadjutores tinham como atividade principal administrar os sacramentos, muitas vezes realizados nos oratórios particulares ou públicos por falta de capelas. A maioria das freguesias tinha, apenas, uma igreja, chamada de paroquial ou matriz e a ela pertencia as capelas espalhadas ao longo da jurisdição. As capelas e oratórios podiam ser públicos ou privados, utilizados para atender aos familiares dos donos das fazendas ou toda a vizinhança<sup>285</sup>.

Esses sacramentos eram recebidos por todas as pessoas, desde fazendeiros e seus familiares, homens e mulheres livres pobres, forros e escravizados, demonstrando, assim, que a religião exercia influência sob toda a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, sem se levar em conta a classe social.

Para o período da pesquisa, conseguimos identificar alguns escravizados recebendo o sacramento do batismo na Igreja Matriz, cuja data de criação é de 1750, no entanto, também constatamos 13 capelas pertencentes a esta freguesia. Segundo

---

<sup>283</sup>RIETVELD, João Jorge. **O Verde do Juazeiro**: História da paróquia e São José Juazeirinho. João Pessoa: IMPREL, 2009, p.23.

<sup>284</sup>Ibidem, p. 100-101.

<sup>285</sup>ROCHA, Solange. Op.cit, p.181.



Aires<sup>286</sup>, a Capela das Pombas foi fundada por volta de 1753, conforme registro de óbito de Florinda, escravizada de Antonio Caminha, sepultada na Capela de São José em 02 de abril de 1753.

Em 1861, o distrito do Batalhão contava com uma simples capelinha ao centro do cemitério, já no ano de 1862, com mais uma passagem de Ibiapina pela região, recebeu uma ampliação, contudo, permanecia ainda ao centro do cemitério<sup>287</sup>. Em 1864, já se encontrava realizando ofícios religiosos, conforme identificamos nos registros de batismos de Canuto<sup>288</sup>, preto, filho legítimo de Vicente e Silveria, escravizado de Thomas Alves Lima.

Para a Capela de Solidade, constatamos que ela foi criada em 1866, quando o Padre Ibiapina convoca moradores da região para a construção de um cemitério e de uma capela maior anexa à necrópole<sup>289</sup>. Nos registros de batismo, encontramos o primeiro escravizado, batizado na referida capela em 02/01/1870: Germano<sup>290</sup>, filho natural de Joaquina, escravizada de José Guimaraes Même.

Em nossas pesquisas, também constatamos escravizados sendo batizados em outras capelas, porém não foi possível identificarmos o ano exato de sua criação, para tanto levaremos em consideração a ordem presente nos assentos de batismo, enumerando da mais antiga para a mais recente. Para a Capela de Alagoa do Monteiro foi encontrado o assento de batismo de Silveria<sup>291</sup>, crioula, filha natural de Joana, escravizada de Manoel Barbosa em 21 de abril de 1851. No mesmo ano identificamos o assento de batismo de Lourença<sup>292</sup>, filha natural de Marcela, escravizada de Antonio da Costa Figueredo, batizada em 09 de março de 1851 na Capela do Congo, já no dia 01 de fevereiro de 1852 foi batizada Ignacia<sup>293</sup>, filha natural de Ana, escravizada de Pedro Pereiro Passos, na Capela de Caraúbas.

---

<sup>286</sup>AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari**: três séculos de história. João Pessoa: Ideia, 2000, p. 27.

<sup>287</sup>CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: a cidade de Taperoá-pb nas primeiras décadas do século XX. **Revisyta: Alpharrábios**, v.02, 2008, p.32-48.

<sup>288</sup>LBNSM, 1862-1864 – 84ff, APIMNSM.

<sup>289</sup>NASCIMENTO, MARIA Célia Marinho do. **Filhas e Irmãs do Padre Ibiapina**: educação e devoção na Paraíba (1860-1883). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

<sup>290</sup>LBNSM, 1867-1871 – 102fv, APIMNSM.

<sup>291</sup>LBNSM, 1846-1853 – 114fv, APIMNSM.

<sup>292</sup>LBNSM, 1846-1853 – 111fv, APIMNSM.

<sup>293</sup>LBNSM, 1846-1853 – 161ff, APIMNSM.

Para o ano de 1852 constatamos duas capelas, a de São Thome, presente no registro de batismo de Mariano<sup>294</sup>, pardo, forro, filho natural de Urçula, escravizado de Francisco Antonio, tendo recebido o sacramento do batismo em 20 de julho de 1852, e a capela de Santa Clara, na qual identificamos o assento de batismo de Andre<sup>295</sup>, filho natural de Maria, escravizado de Domingos Antonio da Silva, datada de 05 de junho de 1852.

Para a década de 1860 foram constatadas cinco capelas: a do Fundão, em 1860, cuja referência é o assento de batismo da escravizada Joaquina<sup>296</sup>; a da Carnaúba em 1861, tendo como suporte o registro de batismo de Vicente<sup>297</sup>, preto, filho natural de Antonia, escravizado de Sulpino Villar de Carvalho batizado em 03 de março de 1861; também no ano de 1861 observamos a Capela da Timbaúba a partir do registro de Izabel, filha natural da preta Luiza, escravizada de Antonio Jose Gurjão batizada em 30 de junho de 1861. Por sua vez, a Capela de Serra Branca, cuja data é de 16 de outubro de 1864 e consta o assento de Marcelina<sup>298</sup>, parda, filha natural de Maria, escravizada de Theresa Maria de Jesus. Por fim, identificamos a Capela da Prata datada de 20 de abril de 1867, na qual se encontra o registro de Roza<sup>299</sup>, parda, filha legítima de Jose e Ludovina, escravizados de Adeodato Maria Villar de Carvalho. Para melhor análise segue o quadro XIV:

<b>Quadro XIV: LISTA DAS CAPELAS EXISTENTES NA FREGUESIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872</b>	
<b>CAPELAS</b>	<b>PADROEIRO (A)</b>
Igreja Matriz de São do Cariri	Nossa Senhora dos Milagres
Capela de Alagoa do Monteiro	Nossa Senhora das Dores
Capela das Pombas	São José
Capela do Congo	Sant' Anna
Capela de São Thome	São Thomé
Capela de Caraubas	São Pedro
Capela da Carnaúba	NC

<sup>294</sup>LBNSM, 1846-1853 – 182ff, APIMNSM.

<sup>295</sup>LBNSM, 1858-1862 – 18fv, APIMNSM.

<sup>296</sup>LBNSM, 1858-1862 – 132ff, APIMNSM.

<sup>297</sup>LBNSM, 1858-1862 – 119ff, APIMNSM.

<sup>298</sup>LBNSM, 1864-1867 – 59fv, APIMNSM.

<sup>299</sup>LBNSM, 1867-1871 – 100fv, APIMNSM.

Capela da Fazenda Santa Clara	Santa Clara
Capela do Fundão	Maria Madalena
Capela da Timbaúba	São Sebastião
Capela do Batalhão	Nossa Senhora da Conceição
Capela da Solidade	Sant' Anna
Capela de Serra Branca	Nossa Senhora da Conceição
Capela da Prata	Nossa Senhora do Rosário

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livros de registros de Batismo, 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

No entanto, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres e as capelas não foram o único espaço religioso da freguesia, pois, encontramos vários assentos de batismo com referências a oratórios espalhados por diversos lugares da região, constituindo-se também como locais sagrados e de devoção.

O oratório<sup>300</sup> (conforme imagem II) é considerado um santuário que pertencia ao mobiliário das casas sertanejas, segundo Reis e Botelho (2008, p.142), era feito normalmente de madeira, se guardavam imagens e objetos religiosos e ocupava um lugar especial dentro das casas, os mais ricos reservavam até um quarto só pra o oratório, na qual eram enfeitados com metais e pedras preciosas; na casa das pessoas pobres, eram escavados até em tronco de madeira<sup>301</sup>.



Imagem 02: Oratório do século XIX.  
Fonte: Museu Municipal de Serra Branca/PB  
Acervo pessoal do autor

<sup>300</sup> Ainda de acordo com Botelho e Reis (2008, p.142) os oratórios foram introduzidos no Brasil pelos portugueses, que os traziam a bordo de seus navios, esperando assim se proteger dos perigos do mar. O 1º oratório chegou a colônia a bordo da caravela de Pedro Álvares Cabral, portando a imagem de Nossa Senhora da Esperança, utilizado na celebração da primeira missa.

<sup>301</sup> BOTELHO; REIS. Op.cit, 142.

O símbolo da fé cristã sempre estava presente na povoação, com a presença da Imagem da Santa Nossa Senhora dos Milagres e os oratórios espalhados pelos sítios da região, levando os padres a celebrarem e fazerem batizados e casamentos nos mais diferentes lugares, movidos pela fé e tradição cristã.

Na análise de alguns inventários de 1850 a 1872, conseguimos observar que o oratório fazia parte da mobília do povo sertanejo, estando sempre presente na residência dessas pessoas. No ano de 1858, ao se inventariar os bens de Pedro da Cunha Moreno<sup>302</sup>, encontramos um oratório com duas imagens, sendo uma de Cristo e outra da Conceição, avaliados em 20 mil reis. Algo bem parecido ocorreu em 1866 quando identificamos o inventário de Inocencia Maria do Amor Divino<sup>303</sup>, nele estava presente um oratório com sete imagens, sendo duas de Cristo, uma da Conceição, uma de Santa Ana, uma do Espírito Santo, uma de São José e outra de São Sebastião, também continha dois rosários sendo um de ouro e outro de prata, avaliado em cento e vinte e cinco conto e vinte mil reis. Para o ano de 1871 constatamos no inventário de Inocencio José Bizerra<sup>304</sup> um oratório pequeno com imagem de Nossa Senhora da Conceição, avaliado em 12 mil reis.

Percebemos que o oratório seria um local de devoção doméstica e familiar, utilizado para as rezas cotidianas e para receber os sacramentos do batismo. Luiz Mott<sup>305</sup>, no texto “Cotidiano e Vida Privada: entre a capela e o calundu”, explicita a importância dos oratórios reservados as famílias, destacando a predominância nos oratórios dos santos de predileção dos donos das casas.

Esses oratórios poderiam ter uma função restrita às orações individuais ou familiares, de caráter doméstico, sendo, portanto, denominado de Oratórios Particulares. Para Cerqueira<sup>306</sup>, era concedida ao proprietário do oratório a faculdade de realizar missas, proferidas por um sacerdote, não apenas para a família, mas extensivas a seus convidados e hóspedes, mediante a qual era permitido auferir renda. A concessão desse privilégio seguia critérios rigorosos, pautados tanto em disposições canônicas como também em princípios nobiliárquicos.

<sup>302</sup>MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu, In. NOVAIS, Fernando (Coord.); MELLO E SOUZA, Laura de (Org.) **História da Vida Privada do Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.155-220.

<sup>303</sup>Ver inventário de Inocencia Maria do Amor Divino, 1866, 10fv-11ff. AFNFB, São João do Cariri.

<sup>304</sup>Ver inventário de Inocencio Jose Bizerra, 1871, 10fv. AFNFB, São João do Cariri.

<sup>305</sup>Ver inventário de Inocencio Jose Bizerra, 1871, 10fv. AFNFB, São João do Cariri.

<sup>306</sup>CERQUEIRA, Carlos G.F. e SAIA Neto, Jose. Pesquisa em torno de um monumento. IPHAN/Minc. São Paulo. **Projeto documentação de bens e monumentos tombados**. 1997 pp36-46.

Russo<sup>307</sup> destaca que na sociedade oitocentista os oratórios poderiam ser divididos em três tipos: públicos – aqueles construídos para a utilização de uma determinada comunidade de fieis, garantindo o direito de todos os fieis poderem participarem do culto religioso ali celebrado; semi-públicos – erguidos para uma determinada comunidade de fieis, na qual outros grupos não poderiam frequentar; e privados – construídos geralmente em casas particulares, reservados a uma família ou até mesmo a uma determinada pessoa.

Na documentação analisada, encontramos apenas dois tipos de oratórios, o público e o privado, sendo este último mais representativo em algumas casas de fazendeiros da época, a exemplo de Thome Gonsalves Lima, cujo oratório pertencente a este senhor, serviu de palco para o batizado de alguns escravizados, dentre eles o de Thimmoteo<sup>308</sup>, filho natural de Barbara, escravizado de Thome Gonçalves de Lima e sua esposa Josefa Maria da Conceição em 27 de janeiro de 1860. A seguir o quadro XV demonstra os principais oratórios particulares localizados nas casas de seus senhores ao longo da freguesia.

<b>Quadro XV: LISTA DOS PRINCIPAIS ORATÓRIOS PARTICULARES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872</b>
--

Oratório Privado de Higino da Costa Britto
--

Oratório Privado na Fazenda de João Ferreira
--

Oratório Privado na Fazenda José da Silva
---

Oratório Privado na Casa de Francisco Ferreira
--

Oratório Privado na Casa de Antonio Ferreira da Costa
---

Oratório Privado na Casa de Joaquim Jorge Ferreira Guimarães
--

Oratório Privado na Casa de Domingos da Costa Souto
---

Oratório Privado na Casa de Antonio Jose Alves Pequeno
--

Oratório Privado na Casa do Capitão Mor Joaquim Manoel Carneiro da Cunha
--

Oratório Privado na Casa de Thome Gonsalves Lima
--

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livros de registros de Batismo, 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

<sup>307</sup>RUSSO, Silveli Maria de Toledo. Conceituações em torno de um artefato religioso. **Anais XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, julho de 2011, p.34.

<sup>308</sup>LBNSM, 1858-1862 – 102ff, APIMNSM.

Ainda foi possível identificar, ao analisar os assentos de batismo, que alguns oratórios foram adquirindo conotações diferentes com o passar dos anos. Um oratório inicialmente particular, em anos posteriores, adquiriu a função pública. Podemos destacar, como exemplo, o presente na Fazenda Carnaúba. No ano de 1851, Cosme<sup>309</sup>, filho, natural de Joaquina, escravizado de Antonio da Costa Villar, recebeu o sacramento do batismo no oratório Privado da Carnaúba. Porém, no ano de 1864, este oratório estava caracterizado como público, dado este presente no assento de batismo de Jose<sup>310</sup>, preto, filho natural de Pastora, escravizado de Irineo Villar de Araújo, conforme assentos abaixo:

Aos treze dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e um anos, no Oratório Privado da Fazenda Carnaúba desta Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres da Vila de São João do Cariri, o Reverendo Paulino Villar dos Santos Barbosa, de minha licença batizou solenemente a Cosme, pardo, filho natural de Joaquina escrava de Antonio da Costa Villar casado, morador nos Dois Rios, da Freguesia de Alhandra, nasceu a sete de março do mesmo ano, sendo padrinhos José Antonio Correia e Manoela Joaquina de Jesus, todos desta Freguesia, do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino<sup>311</sup>.

Aos três dias do mês de abril de mil oitocentos e sessenta e quatro anos, no Oratório Público da Carnaúba desta Freguesia de São João do Cariri, o Reverendo Paulino Villar dos Santos Barbosa, de licença paroquial batizou solenemente a Jose, preto, com um mês e vinte e cinco dias de idade filho natural de Pastora escrava de Irineo Villar de Araújo casado, sendo padrinhos Manoel Vicente de Oliveira, solteiro e Margarida Maria da Conceição, casada, todos desta Freguesia, do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino<sup>312</sup>.

Abaixo segue o quadro 16, o qual lista os oratórios particulares que se transformaram em públicos, com maior índice de batizados no período de 1850 a 1872 na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres:

<b>Quadro XVI: ORATÓRIOS PARTICULARES QUE SE TRANSFORMARAM EM PÚBLICOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES ENTRE 1850-1872</b>
Oratório do Badallo
Oratório da Fazenda São José
Oratório do Lagamar
Oratório da Fazenda Carnaúba

<sup>309</sup>LBNSM, 1846-1853 – 116ff, APIMNSM.

<sup>310</sup>LBNSM, 1863-1864 – 87fv, APIMNSM.

<sup>311</sup>LBNSM, 1846-1853 – 116ff, APIMNSM.

<sup>312</sup>LBNSM, 1863-1864 – 87fv, APIMNSM.

Oratório do Batalhão
----------------------

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livros de registros de Batismo, 1846-1853; 1853-1858; 1858-1862; 1862-1863; 1864-1869; 1869-1871 acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Essa análise nos permitiu observar a predominância de oratórios privados se comparados com os públicos, sendo a maior parte deles localizados nas fazendas espalhadas pelo interior da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, mostrando, assim, um distanciamento entre a vila e seus distritos. As crianças nascidas na vila eram batizadas na igreja matriz, as que nascessem na zona rural eram, geralmente, batizadas nos oratórios públicos, privados, ou nas capelas.

Dos 1.522 escravizados e forros que foram batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, entre 1851 e 1872, identificamos que 624 deles receberam o sacramento do batismo nas capelas, 184 na igreja matriz, 455 em oratórios privados, 50 em oratórios públicos e em 208 mostra apenas que foi em oratório, porém não específica se foi em público ou particular, desse total, 808 foram batizados em igrejas ou capelas e 713 foram batizados em oratórios.

Esses dados nos mostram a importância religiosa adquirida por esses oratórios como espaços sagrados, locais não apenas de se realizarem as orações diárias, mas de receberem os principais sacramentos da vida de um cristão, dentre eles o do batismo, o primeiro e o mais importante dos sacramentos, como foi discutido nos subtítulos anteriores.

### **CAPÍTULO 3- VIDAS SOFRIDAS, MORTES DOLOROSAS: DOENÇAS, LOCAL SEPULTAMENTO E MORTALHA DOS ESCRAVIZADOS DA FREGUESIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES.**

Aos dezoito de maio de mil oitocentos e sessenta e sete faleceu da vida presente por causa de aborto, com os sacramentos da igreja Justina preta, de vinte anos de idade, escrava de João de Sousa Castro, casado, morador nesta Freguesia de São João, foi envolta em hábito branco, encomendado pelo Reverendo Manoel Ubaldo da Costa Ramos, de minha licença e sepultada no Cemitério da Capela de Caraubas dessa Freguesia de São João. Do que para constas mandei fazer esse assento<sup>313</sup>.

Este capítulo discutiu as possibilidades para o estudo das doenças que mais atingiram os cativos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, enfocando as precárias condições de vida em seus ambientes de trabalho, entre os anos de 1850 e 1872. Além disso, identificamos as principais causas de mortes entre cativos, relacionando-as à idade, ao sexo e à naturalidade desses indivíduos. Por fim, destacamos a localidade em que esses escravizados foram sepultados e as vestimentas que portavam. Tendo como referência documental os livros de óbitos paroquiais, alguns inventários *post-morte*, e relatórios de Presidente de Província, foi possível observar alguns fragmentos dos cenários e processos nos quais a mortalidade escravizada esteve presente.

#### **3.1- CULTURA FÚNEBRE E LEGISLAÇÃO ECLESIAÍSTICA NO BRASIL OITOCENTISTA**

Como já foi mencionada, a Religião Católica foi oficial no Brasil Colônia e em todo o Império, por isso todos que aqui nascessem, casassem, ou morressem, deveriam ter seus dados registrados na paróquia em que estavam residindo.

O Concílio de Trento (1545-1563) tornou obrigatório o registro desses eventos, definindo normas para padronizar e regulamentar os assentos de batismo, casamento e óbito, marcando, assim, todas as passagens da vida de um cristão católico.

---

<sup>313</sup>LONSM, 1853-1872 - 134ff. APIMNSM.



Posteriormente, o *Rituale Romanum* (1614) tornou o registro paroquial obrigatório e estabeleceu normas ainda mais rigorosas sobre como fazer os assentos<sup>314</sup>.

Dessa forma, o último evento vital dos escravizados elencados nessa dissertação é o de óbito. Nesses registros é possível identificar o nome do morto, a data do falecimento e o estado civil. No caso dos solteiros, deveria constar o nome dos pais, caso casados, estaria presente o nome do cônjuge, e, sendo cativo, incluía-se o nome do proprietário. Informações como a naturalidade, a idade e a profissão que exerceu, também poderiam constar. As condições do enterramento poderiam ser mencionadas, ressaltando o local e a cor das mortalhas<sup>315</sup>. Essas referidas normas foram asseguradas aqui no Brasil mediante as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as quais apresentavam um modelo básico para o registro dos óbitos, como podemos observar a seguir:

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., freguez desta, ou de tal igreja, ou forasteiro, de idade de tantos anos, se (commodamente se puder saber) com todos, ou tal Sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta, ou em tal igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas missas por sua alma, e que se fizessem tantos Officios; ou morroco ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem levar esmola<sup>316</sup>.

Segundo Sant'Ana<sup>317</sup>, o óbito tinha uma importância fundamental, pois se o batismo era a porta de entrada do novo cristão ao universo do cristianismo, o óbito e os seus rituais significavam a entrada ao universo celestial, por isso a importância de receber o sacramento da extrema unção. De acordo com Faria<sup>318</sup>, a Igreja considerava “inocente” a criança até os 7 anos de idade, aproximadamente, a qual estaria impossibilitada de pecar, dispensando-a, assim, de receber os sacramentos.

Entretanto, para os registros dos óbitos, as regras não eram tão rigorosas e iguais aos assentos de batismo e casamento, uma vez que estes eram efetuados no momento da

<sup>314</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. In: **Varias Histórias**, v.31. UFMG, p. 2004, p.12.

<sup>315</sup>Ibidim, p. 14.

<sup>316</sup>CPAB, (1853 [1707]), Livro IV, Título XLIX, p.292.

<sup>317</sup>PETIZ, Silmei Sant'Ana. Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro. 1790-1835). In: PORTO, Angela. **Doenças e Escravidão**; sistema de práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007, p. 08.

<sup>318</sup>FARIA, Sheila de Castro. FAMÍLIA E MORTE ENTRE ESCRAVOS. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 1990, p.1.286.

realização do sacramento, diferentemente dos de óbito, que, necessariamente, não precisavam ser realizados na presença do morto e nem precisava ser presenciada pelo sacerdote, podendo ser relatada por terceiros e assentada em data posterior.

No que se refere ao sepultamento dos escravizados em seu livro quarto<sup>319</sup>, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ordenavam aos senhores que cuidassem do enterramento dos cativos. Mas, de acordo com Lacet<sup>320</sup>, nem sempre os senhores seguiam os preceitos da Igreja. As Constituições determinavam que:

É alheio da razão e piedade Christã que os Senhores, que se servirão de seus escravos em vida, se esqueçam deles em sua morte, lhes encomendamos muito, que pelas almas de seus escravos defuntos mandem dizer Missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze anos para cima, a Missa de Corpo presente, pela qual se dará a esmola acostuada<sup>321</sup>.

Dessa forma, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia garantiam que todos os fiéis fossem “enterrados dignamente” sob solo cristão, podendo ser sepultados nas capelas ou nos cemitérios, ambos sob a guarda da igreja. Neste caso, os escravizados tinham o direito de serem sepultados em locais sagrados para a tradição cristã, chegando a sofrer punições aqueles senhores que, por ventura, negassem esse direito aos cativos falecidos. Esses senhores poderiam ser excomungados ou obrigados a pagar multa de 50 cruzados à paróquia na qual residia.

As CPAB também determinavam que nenhum defunto poderia ser sepultado antes do nascer do sol e nem depois do pôr-do-sol. Nos casos de morte repentina não poderia ser sepultado antes de decorridas vinte e quatro horas, com exceção para os períodos de epidemias e doenças contagiosas. Dessa forma, Reis<sup>322</sup> destaca que os cortejos fúnebres deixavam o local do velório ao pôr-do-sol, “como se o fim do dia fosse uma metáfora para o fim da vida”.

<sup>319</sup>CPAB, (1853 [1707]), Livro IV, p.237-310.

<sup>320</sup>LACET, Juliana Lemos. **Os Rituais de Morte nas Irmandades de Escravos e Libertos**: Vila Rica, século XVIII. 2003. P. Dissertação (Mestrado em História).Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003.

<sup>321</sup>CPAB, (1853 [1707]), Livro IV, Título LI, p.294.

<sup>322</sup>REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: Alencastro, L. F. **História da vida Privada no Brasil**. v 2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p. 130.

Ao estudar algumas freguesias do Sudeste, durante os séculos XVIII e XIX, Faria<sup>323</sup> afirma que são poucas as pesquisas que tratam da morte de escravizados durante o período colonial e imperial brasileiro, no entanto, ela admite que:

Dos registros paroquiais, os de óbito são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados e casamentos. Moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença. Era, na realidade, uma escolha. Pode-se imaginar que muitas pessoas, em particular escravas, morreram e foram enterradas sem conhecimento dos párocos. Não podemos, entretanto, maximizar os sub-registros. Muitos que morreram “sem sacramentos” mesmo “por não procurarem” tiveram seus óbitos anotados<sup>324</sup>.

Infelizmente, os registros de óbito nem sempre apresentam o diagnóstico e a causa da morte, indicando mais os sintomas e as características principais das doenças. No próximo item, destacaremos as principais doenças que levaram a morte dos escravizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, entre os anos de 1850 e 1872, destacando os fatores ambientais, de trabalho e alimentação, a fim de configurar mais um elemento adjacente às análises sobre a vida dos escravizados.

### **3.2- DOENÇAS E MORTES DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES (1850-1872)**

Em 1856, o presidente da Província da Paraíba, Doutor Antônio da Costa Pinto, relatou que o município de São João foi um dos primeiros que sofreu os terríveis efeitos do *Cholera Morbus*, que se espalhou nas margens do Rio São Francisco, estendendo-se por Pernambuco, até chegar às povoações de Alagoa do Monteiro e Zabelê. Em dezembro, do ano em análise, 269 pessoas foram contagiadas, com um saldo de 80 vítimas<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup>FARIA, Sheila, op. cit, p.1.273.

<sup>324</sup>FARIA, Sheila, op. cit, p.1.285.

<sup>325</sup>Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva, em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: mai. 2014.

A epidemia do *cholera* chegou ao Brasil em maio de 1855, quando desembarcou no Pará uma tripulação oriunda de Portugal, na qual foi registrada a morte de 36 pessoas, causada por essa bactéria, adquirida em Portugal e espalhada na viagem entre os marinheiros. Posteriormente, essa doença foi proliferada entre as cidades que continham portos, a exemplo do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, chegando a Província da Paraíba em 1856<sup>326</sup>. Pouco tempo depois, em 1862, um segundo surto do *cholera* atingiu novamente o solo paraibano, porém em menor escala.

Os brasileiros não tinham conhecimento profundo sobre as causas e os efeitos da *cholera morbus*, a qual se agravou, principalmente, nas regiões afastadas dos centros médicos, a exemplo da Província da Paraíba. Durante essa epidemia, o governo paraibano noticiou nos jornais de 1856 a 1862 as causas e os sintomas do *cholera*.

Os jornais, *A Época* (1855-1862) e o *Regeneração* (1861-1862), traziam em suas matérias esclarecimentos a respeito dessa epidemia. Dentre as diversas reportagens, o *Regeneração*, em 28 de fevereiro de 1862, procurou alertar a população paraibana com relação aos sintomas do *cholera*:

Primeiros symptomas – cholerina. Logo que alguém sentir qualquer indisposição, como – tonteira – ligeiras dores pelo ventre, com evacuações ou sem ellas – gases nos intestinos – nauzeas ou qualquer outro incommodo no estomago, quervomite quer não – pezo ou dor de cabeça – dores pelo corpo – fraqueza geral – abatimento – ou tam somente diarrhea, (...). Se, pore, o doente não melhora, e pelo contrario os symptomas se tornam mais graves, e tudo nelle vai resfriando como em um cadaver, temos o cholera grave ou algido<sup>327</sup>.

Kodama<sup>328</sup> afirmava que o *cholera* atingia, principalmente, as camadas mais pobres da população, devido às péssimas condições em que se encontravam, visto que os escravizados habitavam em lugares baixos, mal arejados, por causa dos poucos espaços e da alta concentração humana. Ainda de acordo com a autora, o excesso de bebidas alcoólicas, as péssimas alimentações e a má vestimenta também contribuíram para a proliferação da doença, a qual se agravava devido ao fato de os escravizados serem submetidos a árduos trabalhos na lavoura, na pecuária e expostos ao sol

<sup>326</sup>KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, 2012, p.63.

<sup>327</sup> Jornal a Regeneração, 28 de fevereiro de 1862. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP.

<sup>328</sup> KODAMA, Kaori. Op. cit, p.64.

escaldante. De acordo com Mariano<sup>329</sup>, em 1856, o *cholera* causou uma crise epidêmica na Paraíba, de uma população de 300 mil habitantes morreram cerca de 30.000 pessoas.

Na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres não foi diferente, entre o período de 1850 a 1872, o *cholera* foi a principal causa de morte dos escravizados, seguido de doenças como espasmos, estupor, febres. Infelizmente, não foi permitido fazer um levantamento rigoroso de dados, pois, o pároco não fazia o registro da causa da morte do escravizado com tantos detalhes.

A seguir, no quadro 17, podem-se observar as doenças que ocasionaram a morte dos cativos e a quantidade dos que faleceram, entre o período de 1850 a 1872, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres:

<b>QUADRO XVII: DOENÇAS E NÚMEROS DE ESCRAVIZADOS MORTOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1853-1872</b>			
<b>CAUSA DA MORTE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>CAUSA DA MORTE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<i>Cholera Morbus</i>	54	Desisnteria	01
NC	44	<i>Thisica</i> Pulmonar	01
Espasmos	30	Reumatismo	01
Estupor	13	Inflamação	01
Febre	09	Quebradura	01
Cólera	06	Tiro	01
Causa Maligna	05	Moléstias Crônicas	01
Moléstia Interior	04	Gomas	01
Moléstia de Peito	04	Siucida	01
Camaras de Sangue	03	Parteira	01
Tumor	03	Dentição	01
Difluxo	03	Afogado	01
Idropesia	03	Diarréia	01

<sup>329</sup>MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012 p. 2.487.

Vômitos	02	Aborto	01
Mordidura de Cobra	02	Danificado	01
Dor	02	Ilegível	01
Parto	02	Expoplexia	01
Paralisia	02	Sarampo	01
Queimadura	01	Indigestão	01
TOTAL	192	TOTAL	19

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livro de Óbito de 1853-1872. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres

O quadro 17 mostra um panorama das doenças que assolaram a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, entre os anos de 1854 e 1872. Podemos verificar que as doenças ocorreram a partir de causas muito variadas, doenças infecto-parasitária, pulmonar, digestora, circulatória ou ligada à primeira infância, a exemplo do espasmo.

Ao analisar o quadro acima, verificamos que a principal causa de morte dos escravizados da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres foi o *cholera morbus*, este chegou a ser responsável por 54 (25, 59%) das mortes entre os anos de 1854 e 1872, podendo ter atingindo uma proporção maior, uma vez que sintomas como diarreia, vômito e febre também são causas do *cholera morbus*.

Proprietários de terras dessa freguesia chegaram a perder grande quantidade de mão de obra escravizada, durante o período da epidemia, a exemplo de Amaro da Costa Romeu, que durante o mês de março de 1856 chegou a perder 10 cativos, dentre os quais destacamos como exemplo, Thereza<sup>330</sup>, preta, com quatro anos de idade, e Leonor<sup>331</sup>, preta, de três anos, estas chegaram a óbito em 23 de março de 1856, sendo filhas legítimas de Francisco e Faustina; André<sup>332</sup>, mulato, de seis anos de idade, filho natural de Lisandra, chegou a óbito em 21 de março 1856. Vejamos a lista dos 10 escravizados falecidos na Fazenda Velozo, com anotações sobre as prováveis datas de falecimento, a cor, a idade e as causas de mortes lançadas nos assentos de óbito.

<sup>330</sup>LONSM, 1853-1872 – 20ff, APIMNSM.

<sup>331</sup>LONSM, 1853-1872 - 20ff, APIMNSM.

<sup>332</sup>LONSM, 1853-1872 - 20ff, APIMNSM.

**QUADRO XVIII: ESCRAVIZADOS DE AMARO DA COSTA ROMEU  
FALECIDOS NO ANO DE 1856 NA FAZENDA VELOZO**

NOME	COR	IDADE	DATA	CAUSA DA MORTE
Joao Pedro	Preta	14 anos	20/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Firmina	Preta	02 ou 03 anos	19/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Andre	Mulata	06 anos	21/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Thereza	Preta	04 anos	23/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Leonor	Preta	03 anos	23/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Antonia	Preta	29 anos	25/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Roza	Preta	34 anos	27/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Miguel	Preta	03 anos	28/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Manoel	Preta	01 ano	28/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Manoel	Preta	09 anos	31/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livro de Óbito de 1853-1872. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres

Observamos que a morte não escolhe suas vítimas. Sendo assim, no ano de 1856, desde crianças de um ano de idade até adultos de 34 anos foram acometidos por tal mal, chegando a falecerem no período mencionado.

O alto índice de mortes por conta do *cholera morbus* não surpreende, visto que é uma doença que rapidamente se alastra, chegando a atingir todas as pessoas. No entanto, os escravizados por viverem em situações precárias estavam mais facilmente aptos a adquirirem tal mal.

Citamos outro exemplo de um proprietário de terra e de animais, Antônio da Costa Figueredo, que teve uma redução na quantidade de escravizados na sua fazenda, devido ao falecimento de seis cativos acometidos pelo *cholera*. Abaixo a lista dos escravizados falecidos:

**QUADRO XIX: ESCRAVIZADOS DE ANTONIO DA COSTA FIGUEREDO  
FALECIDOS NO ANO DE 1856**

NOME	COR	IDADE	DATA	CAUSA DA MORTE
Joanna	NC	46	01/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>

Damiana	NC	20	03/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Simão	NC	20 anos	12/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Catharina	NC	30 anos	03/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
João	NC	35 anos	04/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>
Lourival	NC	09 anos	29/03/1856	<i>Cholera Morbus</i>

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livro de Óbito de 1853-1872. Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres

O Fazendeiro Domingos Maria de Queiroz também perdeu, entre os meses de abril e maio de 1862, dois escravizados, dois filhos e a esposa; Manuel Ribeiro de Melo perdeu uma filha e um cativo antes de morrer do mesmo mal; a fazendeira Anna Jose da Soledade morreu de *cholera* antes de perder a filha de uma escravizada sua, na Fazenda Barra; e o padre Genuino Walfrido de Sousa Gurjão perdeu Narcisa, sua cativa de 42 anos.

José<sup>333</sup> e Clarindo<sup>334</sup> também vivenciaram essa lastimável história de morte da epidemia do *cholera*, esses escravizados de Martinho Coelho Lemos; além de Gonçalo<sup>335</sup> e Joaquim<sup>336</sup>, escravizados de Manoel Ferreira Coelho.

Segundo Horácio de Almeida<sup>337</sup>, “na pressa de enterramentos alguns enfermos foram vivos para os cemitérios”. Aires<sup>338</sup> destacou um caso parecido, para qual a história oral conta: trata-se do senhor Galdino de Lira, morador na Serrota, que sofrendo um ataque de *cholera* foi levado para o cemitério e por causa de uma chuva foi deixado ao lado da cova para ser sepultado no outro dia. No entanto, o mesmo não tinha falecido e amanheceu o dia sentado no túmulo. Sendo assim, supomos que muita gente foi sepultada viva, inclusive escravizados, mesmo não havendo fontes concretas que comprovem esse tal proposição.

A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres era um dos principais centros econômicos do interior da Província da Paraíba, no entanto, havia o predomínio de pequenas fazendas e com poucos escravizados. Por isso, a epidemia do *cholera* arrasou grande parte da população cativa, a exemplo do já citado Amaro da Costa Romeu. Esse

<sup>333</sup> LONSM, 1853-1872 - 25ff, APIMNSM.

<sup>334</sup> LONSM, 1853-1872 - 25ff, APIMNSM.

<sup>335</sup> LONSM, 1853-1872 - 33fv, APIMNSM.

<sup>336</sup> LONSM, 1853-1872 - 33fv, APIMNSM.

<sup>337</sup> ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978, p.121.

<sup>338</sup> AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari: três séculos de história**. João Pessoa: Ideia, 2000, p.34.



número é bastante significativo se levar em conta o fato que a Paraíba era uma província pobre e, principalmente, se tomada como base à economia da Freguesia que era a pecuária e a agricultura de subsistência.

Com o intuito de amenizar essa epidemia, o presidente da Província da Paraíba, Antonio da Costa Pinto Silva, solicitou, no ano de 1856, alguns médicos ao Presidente da Província da Bahia. Para a Vila de São João foi encaminhado o acadêmico Antonio Pereira de Souza, porém, quando ele chegou a Vila, a epidemia já estava controlada, devido aos saberes do cidadão Bernardo Luis Ferreira Cesar Loureiro, que por deter alguns conhecimentos médicos tomou as primeiras medidas. O presidente da província da Paraíba, Ambrosio Leitão da Cunha, em sua fala de abertura da Assembleia Legislativa o caracterizou como o médico de quase todos e o arrimo da pobreza<sup>339</sup>. Infelizmente, a documentação não nos permite identificar os saberes médicos desse cidadão, no entanto, constatamos que, no ano de 1865, ele estava ocupando o posto de major voluntario da pátria<sup>340</sup> (subcomandante) e ex-diretor da *Collonia* de Pimenteiras, chegando a falecer no hospital da corte em 14 de agosto de 1866<sup>341</sup>.

Percebemos, assim, que as atividades médicas da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres nem sempre foram exercidas por especialistas, pois, assim como em diversos lugares do Brasil oitocentista, a prática de curar era tarefa de diferentes sujeitos sociais como barbeiros, sangradores, curandeiros e feiticeiros.

Na Freguesia de Nossa ‘Senhora dos Milagres podemos encontrar registros de curandeiros e rezadores, desde o período colonial até os primeiros anos da República<sup>342</sup>, devido ao fato dela ser uma vila sertaneja, de uma província do Norte, com recursos

<sup>339</sup>Relatório do Presidente de Província Ambrosio Leitão da Cunha, 1859, A 22. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: mai. 2014.

<sup>340</sup>De acordo com Botelho e Reis (2008) os Voluntários da Pátria foi a denominação de uma força militar composta por voluntários, que deveria lutar na Guerra do Paraguai. Criada pelo decreto nº 3.371, de janeiro de 1865, por não conseguir pelo alistamento voluntário preencher seus quadros, muitos componentes foram arregimentados pelo uso da força bruta.

<sup>341</sup>Informações contidas na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1873, Páginas 72-73 Vol. 1 <https://books.google.com.br/books?id=KokwAAAAIAAJ&pg=PA63&lpg=PA63&dq=bernardo+luiz+ferreira+cesar+loureiro&source=bl&ots=IsvS5Ln9V9&sig=rtAInUh14O0TQ-dl1VnYusDNo2o&hl=pt-BR&sa=X&ei=OHiqVOOJL8ayggSbgwQ&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=bernardo%20luiz%20ferreira%20cesar%20loureiro&f=false> acesso em: 05 jan. 2015.

<sup>342</sup>Durante o período republicano encontramos Abel Pereira Lima, popularmente conhecido como Abel Preto, foi um curandeiro atuante no território do Cariri paraibano entre as décadas de 1920 e 1960. A cartografia de sua atuação se localizará principalmente nos atuais municípios de São João do Cariri, Serra Branca e São José dos Cordeiros, mas também de outras cidades compreendidas na microrregião do Cariri Ocidental, caracterizadas, sobretudo, na primeira metade do século XX pela precária infraestrutura hospitalar e sanitária. Sobre essa indivíduo foi movido um processo na comarca de São João do Cariry a partir da denúncia do Dr. Onildo Leal da Silva, amparado pelo artigo 156 do Código Penal de 1890, que punia a prática ilegal da medicina.

parcos e longe dos grandes centros médicos da Bahia e do Rio de Janeiro, dificultando, assim, a presença de médicos na região.

Ao pesquisar nos arquivos da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, encontramos uma documentação referente ao processo datado de dezenove de setembro de 1752, que ocorreu na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, pertencente ao Bispado de Pernambuco contra o homem preto, escravo e solteiro, Patrício de Lima, acusado de benzedor.

De acordo com o documento, essa dita transgressão à lei coincidiu com um período da visitação<sup>343</sup> a freguesia pelo Reverendo Delegado do Chrisma, Dionísio de Sousa Bandeira, que, ao saber do acontecido, denunciou o referido escravo ao reverendo pároco da freguesia, Joaquim José de Neves, incumbindo-o de tomar todas as providências necessárias para que esse tipo de crime não voltasse a acontecer.

Patrício de Lima iria ser julgado pelos membros da igreja e, caso não confessasse o crime, seria executado. Isto, porém, não aconteceu. Patrício assumiu a culpa e teve de prometer em julgamento que nunca mais repetiria tais práticas, oriundas da África, dentre elas, a reza. Caso fosse denunciado novamente, ele teria que aceitar todas as penas que lhe fossem impostas pelo clero e pela justiça local.

No documento consta que o escravizado não sabia nem ler e nem escrever, por isso a declaração feita em julgamento, afirmando que tudo o que estivesse escrito seria tido como verdadeiro, foi assinada pelo escrivão e padre Fabrício Gameira.

Essas práticas rudimentares exercidas por não especialistas voltaram a se repetir durante o período imperial, porém, com outros sujeitos históricos, podemos perceber ao analisar o inventário de Dona Emerenciana do Nascimento de Jesus, presente no Fórum de São João do Cariri, onde fez o seu testamento dez anos antes de sua morte, sua preocupação com a realização dessas práticas, pois, de acordo com Pequeno Filho<sup>344</sup>, a sociedade da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres estava sujeita a muitas doenças que não tinha recursos ainda da medicina alopata, voltando-se, assim, para tratamentos rudimentares, de acordo com os conhecimentos a base de chás e das rezadeiras. Tendo

---

<sup>343</sup>De acordo com Reis e Botelho (2008, p. 205) a visitação seria uma inspeção anual promovida pela Igreja Católica nas freguesias e nas paróquias. Realizada pelo bispo ou por um visitador clérigo nomeado pelo bispo, auxiliado por um secretario e um meirinho-geral de vigário-geral, as visitas objetivavam averiguar o comportamento moral e religioso do clero e dos fiéis, a administração correta dos sacramentos, a vistoria dos locais em que se realizavam os ofícios religiosos.

<sup>344</sup>PEQUENO FILHO, Jose de Sousa. **Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843**. 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014, p. 173.

em vista essa precariedade na área da saúde, a morte poderia chegar sem muitas possibilidades de cura.

Uma das mais recorrentes dificuldades na investigação sobre as mortes na segunda metade dos Oitocentos são as informações incompletas presentes nos livros de óbito desse período, o que dificulta o trabalho do pesquisador para identificar certas doenças que ocasionaram a morte de cativos. Lima<sup>345</sup> coloca que é comum o uso de termos genéricos para designar o estado nosológico de um determinado escravizado na Freguesia de Campina Grande.

Sendo assim, a causa da morte nem sempre estava definida, mas sim as características que ficavam explícitas: se era doente quebrado, quebrado da virilha, cego, mudo, avexado, (doido), quebrado da queixada, doente do útero, de moléstia, tizico, dente quebrado, velho, inútil, perna quebrada, chagado do fígado, queixada e virilha quebrada, doente da vista, aleijado, pagam, chocado (doente), das pernas tortas, míope, inflamação, moléstia interior, febre, desinteria, reumatismo, dentre outros.

Neste trabalho identificamos a utilização desses termos genéricos para Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, a exemplo de Benedicta<sup>346</sup>, preta, de idade de 40 anos, que morreu vítima de moléstia interior em 04 de novembro de 1855; Antonio<sup>347</sup>, crioulo, de idade de 40 anos, que também morreu de moléstia interior em março de 1858; Antonia<sup>348</sup>, crioula, de idade de 14 anos, morreu de causa maligna; Felismino<sup>349</sup>, pardo de 36 anos de idade, falecido em fevereiro de 1865, teve a causa da sua morte identificada como tumor; Sebastião<sup>350</sup>, preto africano, de 40 anos de idade morreu por conta de uma inflamação; e Ignácio<sup>351</sup>, pardo de 95 anos, teve sua morte identificada como câmaras de sangue.

Em outros casos, encontramos a doença transcrita a partir de seus sintomas, como ocorreu com Izabel<sup>352</sup>, preta, de 50 anos de idade, que morreu por conta de febre; Silveria<sup>353</sup> morreu com dores; Ignácio<sup>354</sup>, crioulo, de seis meses de idade, faleceu por causa de vômitos; e Raimunda<sup>355</sup>, crioula, de nove meses, que teve o fim da vida

---

<sup>345</sup> LIMA, Luciano. Op. cit, p. 191.

<sup>346</sup> LONSM, 1853-1872 - 10ff, APIMNSM.

<sup>347</sup> LONSM, 1853-1872 - 52ff, APIMNSM.

<sup>348</sup> LONSM, 1853-1872 - 64fv, APIMNSM.

<sup>349</sup> LONSM, 1853-1872 - 119ff, APIMNSM.

<sup>350</sup> LONSM, 1853-1872 - 97fv, APIMNSM.

<sup>351</sup> LONSM, 1853-1872 - 08fv, APIMNSM.

<sup>352</sup> LONSM, 1853-1872 - 75fv, APIMNSM.

<sup>353</sup> LONSM, 1853-1872 - 79ff, APIMNSM.

<sup>354</sup> LONSM, 1853-1872 - 08fv, APIMNSM.

<sup>355</sup> LONSM, 1853-1872 - 86fv, APIMNSM.

marcada por uma diarreia. Esses sintomas poderiam ser resultados de diversas doenças, tais como, o cólera, o sarampo, a varíola entre outras.

Provavelmente, como assinala Mary Karasch<sup>356</sup>, os médicos do século XIX utilizavam a diarreia para justificar a morte de um escravizado, uma vez que, pouca higiene, precário saneamento, manuseio inadequado de alimentos e a proximidade dos mesmos com lixo são fatores que podem estar intimamente relacionados a essa doença.

Outros escravizados que faleceram neste período foram: Manoel<sup>357</sup>, com 60 anos de idade, e Luis<sup>358</sup>, crioulo de 65 anos, estes chegaram a óbito devido à hidropisia. De acordo com Pereira<sup>359</sup>, a hidropisia é uma doença que atinge os tecidos do corpo, os quais incham com um líquido, geralmente, acumulados nas pernas, joelhos e tornozelos, podendo também ocasionar barriga d'água. Os escravizados por andarem descalços e por passarem muito tempo em posições desgastantes, como agachados, para poderem colher o algodão, ou horas e horas em pé para tratar do gado, terminavam desenvolvendo a hidropisia.

João, africano<sup>360</sup> de 58 anos de idade, morreu acometido por gomas, de acordo com Mandal<sup>361</sup>, a doença de gomas é uma doença oral que causa danos na gengiva que serve de sustentação para os dentes. Ainda por problema com a dentição, morreu Mariano<sup>362</sup>, preto de cinco anos de idade. Em relação a essas infecções dentárias, Almeida<sup>363</sup> afirmava que elas iniciavam-se com uma simples cárie devido à má higienização, uma vez que, não existiam escovas e se limpava os dentes com os dedos. Dessa forma, essa simples cárie poderia se transformar em doenças maiores e levar a óbito os escravizados<sup>364</sup>.

<sup>356</sup>KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.130.

<sup>357</sup>LONSM, 1853-1872 - 147fv, APIMNSM.

<sup>358</sup>LONSM, 1853-1872 - 49fv, APIMNSM.

<sup>359</sup>PEREIRA, Júlio Cesar Medeiros da Silva. Práticas de Saúde, doenças e sociabilidades escravas na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do séc. XIX. **Revista Histórica**, São Paulo, 2009, n.35.

<sup>360</sup>LONSM, 1853-1872 - 48fv, APIMNSM.

<sup>361</sup>MANDAL Ananya. Artrite Reumatóide e Doença de Goma, 2013. disponível em [http://www.news-medical.net/health/Rheumatoid-Arthritis-and-Gum-Disease-\(Portuguese\).aspx](http://www.news-medical.net/health/Rheumatoid-Arthritis-and-Gum-Disease-(Portuguese).aspx) acesso em: jul. 2014.

<sup>362</sup>LONSM, 1853-1872 - 99fv, APIMNSM.

<sup>363</sup>ALMEIDA, Horácio, op. cit. P. 167.

<sup>364</sup>Para maior esclarecimento a respeito de doenças que assolaram os escravizados da Paraíba consultar: DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato Falado: O perfil dos escravos nos anúncios de Jornais da Paraíba (1850-1888)**. 2013. 167p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

A má digestão era outro fator que contribuía para o falecimento dos escravizados. Senhorinha<sup>365</sup>, de um ano de idade, morreu por conta de diflúxo; Anna<sup>366</sup>, parda de sete dias, morreu por conta de indigestão. A segunda maior causa de morte dos escravizados neste período também está ligado ao sistema digestivo, como é o caso do espasmo, responsável por 14, 21% dos óbitos deste período. O espasmo foi responsável pela morte de 26 crianças com menos de um ano de idade.

O espasmo do intestino era caracterizado como um problema fisiológico, comum em recém-nascidos que têm um sistema digestivo ainda imaturo e não está apto para contrações e relaxamentos frequentes, ocasionando, assim, o acúmulo de gases e posteriores cólicas. Isso ainda poderia se agravar com as más condições alimentares as quais eram submetidos os escravizados. A falta de sódio e potássio também contribuía para o aparecimento das cólicas. Dessa forma, o espasmo surge quando um músculo está demasiadamente cansado e sobrecarregado. Severina, preta de dois meses de idade, morreu devido a espasmo, como mostra o registro de óbito que segue:

Aos 12 de maio de 1865, faleceu da vida presente por causa de espasmo, Severina preta, de idade de dois meses, filha natural de Maria escrava de Chrisostomo Correia de Farias, casado, foi involto em hábito branco, encomendado por mim, sepultado neste cemitério da Vila de São João<sup>367</sup>.

Além das mortes provocadas por doenças e por acidentes, as péssimas condições de trabalho também contribuíram com a morte de alguns escravizados. A pecuária, como já foi salientado no capítulo 1, era a principal fonte econômica da Freguesia, por isso exigia dos escravizados que percorressem matas fechadas para abrirem currais de gado. Por andarem descalços, estavam constantemente correndo o perigo de serem picados por animais venenosos, a exemplo de serpentes. Estes animais possuem hábitos noturnos e dormem ordinariamente durante o dia, escondendo-se embaixo de moitas, muitas vezes cortadas pelos escravizados durante as atividades na roça<sup>368</sup>. Podemos citar dois exemplos de escravizados que foram vítimas de cobras venenosas: Brás<sup>369</sup>, africano de 60 anos de idade; e Jose, preto de 15 anos, esses chegaram a falecer, assim como relata o registro de óbito seguinte:

<sup>365</sup>LONSM, 1853-1872 - 15ff, APIMNSM.

<sup>366</sup>LONSM, 1853-1872 - 19fv, APIMNSM.

<sup>367</sup>LONSM, 1853-1872 - 121ff, APIMNSM.

<sup>368</sup>MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: limites e espaços de cura**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p.413.

<sup>369</sup>LONSM, 1853-1856 - 17fv, APIMNSM.

Aos treze de março de mil oitocentos e sessenta e oito, faleceu da vida presente, por causa de mordidura de cobra, sem os sacramentos, por não pedirem, José, preto, solteiro, de idade de 15 anos, escravos dos herdeiros do finado Manuel Bizerra da Ressureição, morador nesta Freguesia de São João, foi envolto em hábito branco, encomendado pelo Vigário Antonio Germano Barbalho Bueno e sepultado no cemitério de Santa Luzia<sup>370</sup>.

Além dos exemplos citados acima, outros escravizados podem ter chegado a óbito por mordidura de animais venenosos, uma vez que em alguns casos os registros de óbito não trazem os nomes da doença, e sim os sintomas. De acordo com Miranda:

A mordidura da cobra, sempre dolorosa, produzia sintomas imediatos, como mal estar, vômitos, aceleração do pulso, do coração etc. A gravidade dos acidentes ocasionados por envenenamento poderia provocar sérias inflamações que, em alguns, gangrenavam, acarretando a perda dos dedos e dos pés dos escravos<sup>371</sup>.

Esses sintomas são identificados em vários registros de óbito, porém, eles não oferecem subsídios suficientes para identificarmos as reais causas das mortes dos escravizados.

O registro de óbito de José também oferece informações relacionadas ao aspecto religioso, principalmente, quando afirma que o escravizado morreu sem receber os sacramentos, possivelmente o da extrema unção. No registro de óbito fica implícito se foi o senhor que não quis pedir ou se foi a vontade do escravizado de não receber os sacramentos.

Possivelmente, outras mortes podem ter sido ocasionadas por causa das condições de trabalho na qual viviam os escravizados daquele período, a exemplo de Jose<sup>372</sup>, preto africano, de 70 anos de idade, que morreu de quebradura; e Antonia<sup>373</sup>, crioula de 40 anos, casada com João, também escravizado, morreu de reumatismo em 18 de janeiro de 1856.

A produção do algodão também trouxe consequências nocivas para a saúde dos escravizados, visto que, exalavam os resíduos da planta, atingindo o sistema pulmonar. Dessa forma, devido ao fato de os escravizados estarem expostos a mudanças de clima constantes, facilitava a aquisição de doenças ligadas ao sistema respiratório, assim como

<sup>370</sup>LONSM, 1853-1856 - 144ff, APIMNSM.

<sup>371</sup>MIRANDA, Carlos. Op. cit, p.414.

<sup>372</sup>LONSM, 1853-1872 - 156fv, APIMNSM.

<sup>373</sup>LONSM, 1853-1872 - 156ff, APIMNSM.

ocorreu com Raimundo<sup>374</sup>, pardo, de 30 anos de idade, que faleceu de thisica pulmonar, em fevereiro de 1867.

O estupor também foi uma das principais causas de morte neste período, chegando a atingir 6, 16% da população. Essa doença era causada por um traumatismo leve na cabeça, por convulsões ou pela diminuição da chegada do sangue ao cérebro, e poderia ser ocasionada por causa das péssimas condições de trabalho e dos castigos aos quais os escravizados estavam submetidos.

Algumas outras doenças assolaram a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, a exemplo de Antonia<sup>375</sup>, preta, de 55 anos de idade, que chegou a óbito, em 26 de junho de 1865, por paralisia; e Luís<sup>376</sup>, preto de apenas dois anos, morreu de sarampo, em 30 de março de 1872.

As doenças não foram as únicas causas de morte dos escravizados, pois, Rita<sup>377</sup>, parda, filha natural de Maria, de 05 anos de idade, morreu de queimadura, em 29 de julho de 1871; Manoel<sup>378</sup>, de 18 anos, faleceu por conta de um tiro, em 05 de setembro de 1872; Justina<sup>379</sup>, preta, de 20 anos teve o fim de sua vida marcado por causa de um aborto; Severina<sup>380</sup>, crioula de 24 anos, faleceu no parto; Izabel<sup>381</sup>, preta, de 25 anos, morreu afogada e Catharina<sup>382</sup>, crioula de 22 anos, resolveu se suicidar. A seguir, os registros de óbitos de Severina e Catharina.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e três anos, faleceu da vida presente por causa de parto, com os sacramentos da igreja Severina, crioula, solteira, com vinte e quatro anos de idade, escrava de Irenio Villar de Araújo, foi envolta de hábito ranço, encomendado pelo Reverendo Francisco João de Santa Delfina, de minha licença, e sepultada na Capela de São José das Pombas, filial desta Matriz de São João do Cariri, para constar fiz o presente assento em que assigno<sup>383</sup>.

Aos oito dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e oito anos faleceu da vida presente por suicidar-se, Catharina, crioula, com vinte e dois anos de idade, solteira, escrava de Fortunato de Almeida

<sup>374</sup>LONSM, 1853-1856 - 129ff, APIMNSM.

<sup>375</sup>LONSM, 1853-1872 - 122ff, APIMNSM.

<sup>376</sup>LONSM, 1853-1872 - 169fv, APIMNSM.

<sup>377</sup>LONSM, 1853-1872 - 164ff, APIMNSM.

<sup>378</sup>LONSM, 1853-1872 - 167fv, APIMNSM.

<sup>379</sup>LONSM, 1853-1872 - 134ff, APIMNSM.

<sup>380</sup>LONSM, 1853-1872 - 13fv, APIMNSM.

<sup>381</sup>LONSM, 1853-1872 - 101fv, APIMNSM.

<sup>382</sup>LONSM, 1853-1872 - 99fv, APIMNSM.

<sup>383</sup>LONSM, 1853-1856 - 12fv, APIMNSM.

pires, casado, morador nesta freguesia de são João, foi envolta em habito branco, foi encomendada e sepultada no mato<sup>384</sup>.

Entretanto, nem todas as mortes de escravizados foram registradas no livro de óbito da freguesia, a exemplo de Maria, que se suicidou em 19 de março, no termo de São João, para não ter mais que servir a seu senhor, Fortunato<sup>385</sup>. Essa informação encontra-se presente no Relatório de Presidente de Província, mas não no livro de óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Nos inventários também foi possível identificar escravizados com problemas de saúde, a exemplo de José, escravinho de um ano de idade, presente no inventário de Manoel Pedro de Jesus<sup>386</sup>, inventariado em 1867 por Alexandrina Maria dos Anjos. Nesse inventário consta que José era aleijado de uma mão, porém não identifica as causas dessa deficiência.

Ao analisar o censo de 1872, também foi possível identificar alguns escravizados, em vida, com problemas físicos, a exemplo de: 05 cegos, sendo três homens e duas mulheres; 04 surdos e mudo, acometendo um homem e três mulheres e 10 “aleijados”, sendo a proporção de sete homens para três mulheres. Ao observar esses números, podemos concluir que os homens estavam mais vulneráveis a adquirem algum “defeito físico” do que as mulheres, provavelmente, por estarem submetidos a trabalhos que exigiam mais força e movimentos repetitivos, como na colheita do algodão e na pecuária. A seguir traçaremos o perfil da faixa etária dos escravizados que faleceram neste período.

### **3.3- PADRÕES DEMOGRÁFICOS DA MORTALIDADE DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES 1850-1872**

A morte não escolhe suas vítimas, tanto homens como mulheres morreram ao longo do período oitocentista, no entanto, a morte ganhava amplo destaque entre a população escravizada, uma vez que estavam submetidas às precariedades de higiene, alimentação, vestimentas e medicamentos. As causas dos óbitos poderiam ser as mais

<sup>384</sup>LONSM, 1853-1856 - 55fv, APIMNSM.

<sup>385</sup>Relatório do Presidente de Província Ambrosio Leitão da Cunha, 1859, A6 disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: mai. 2014.

<sup>386</sup>Inventário de Manoel Pedro de Jesus, 1867. AFNFB, São João do Cariri/PB.



variadas possíveis, assim como mencionado no item anterior. Abaixo o gráfico demonstrará os padrões demográficos da quantidade de homens e mulheres escravizados, mortos de 1853 a 1872, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Gráfico 01: Escravizados falecidos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres divididos por sexo (1850-1872)

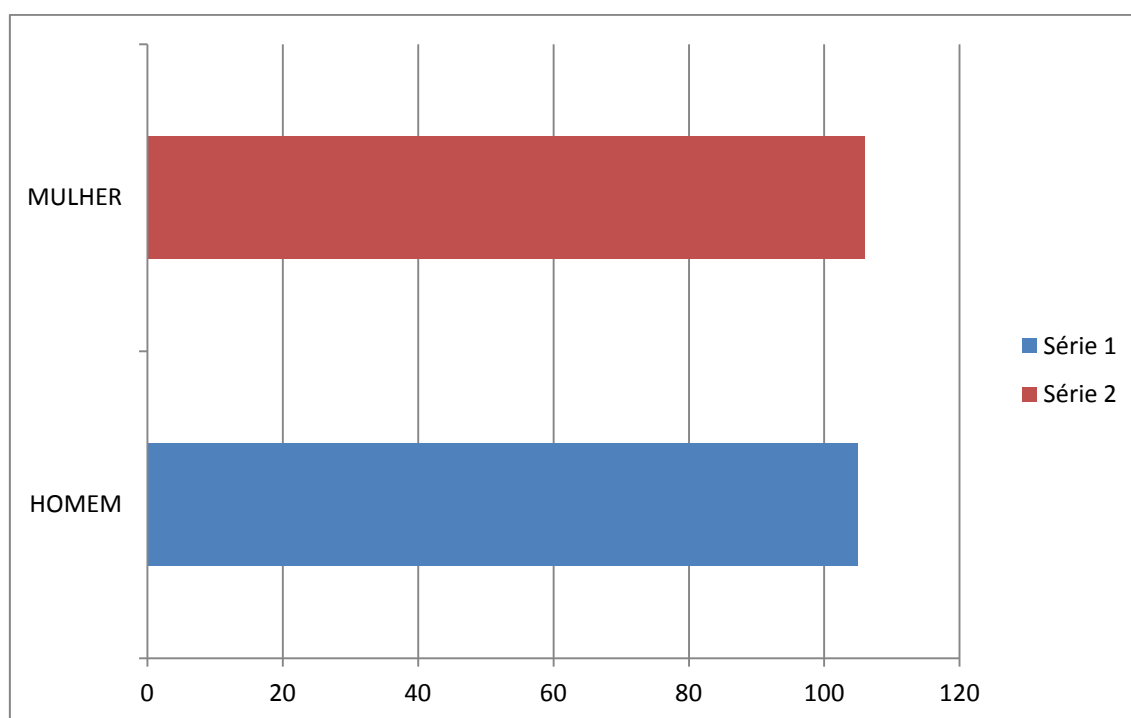


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Livro de oito da Freguesia NSM 1853-1872. Acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Verificamos no gráfico acima um total de 211 mortes, entre o período de 1854 e 1872, no entanto, percebemos, praticamente, uma igualdade entre os homens e as mulheres que faleceram, 106 mulheres para 105 homens.

Identificamos, assim, uma particularidade se comparada com outras regiões do Brasil, as quais chegaram a apresentar um número superior de mortos do sexo masculino se comparado com o feminino, informações essas levantadas por Viana<sup>387</sup> ao afirmar que “os números de escravizados mortos reiteram a maior proporção de homens nos plantéis escravistas não apenas em Vassouras, mas nas demais Províncias do Império do Brasil”.

<sup>387</sup>VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): Hierarquias raciais sociais e simbolismo.** São Gonçalo. Dissertação (Mestrado), PPGHS-UERJ, 2008, p 78.

Um dos fatores que podem a ter vindo contribuir para a equiparação no número de mortes entre homens e mulheres escravizados, foi o predomínio de pequenas propriedades na Vila Real de São João do Cariri. Com isso, a base de sustentação da escravidão, provavelmente, seria a reprodução natural, ao contrário dos grandes plantios da região sul, que contavam com um número elevado de cativos e com grandes propriedades monocultoras. Essa equiparação entre os homens e mulheres escravizados, para a Vila Real de São João do Cariri, também pode ser utilizada para demonstrar a quantidade de crianças batizada nesse período, como visto no capítulo anterior.

Abaixo o gráfico demonstrará a mortalidade escravizada, levando em consideração o sexo e a idade das pessoas falecidas, entre os anos de 1853 e 1872, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres:

Gráfico 02: Mortalidade Escrava por sexo e idade na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres 1853-1872

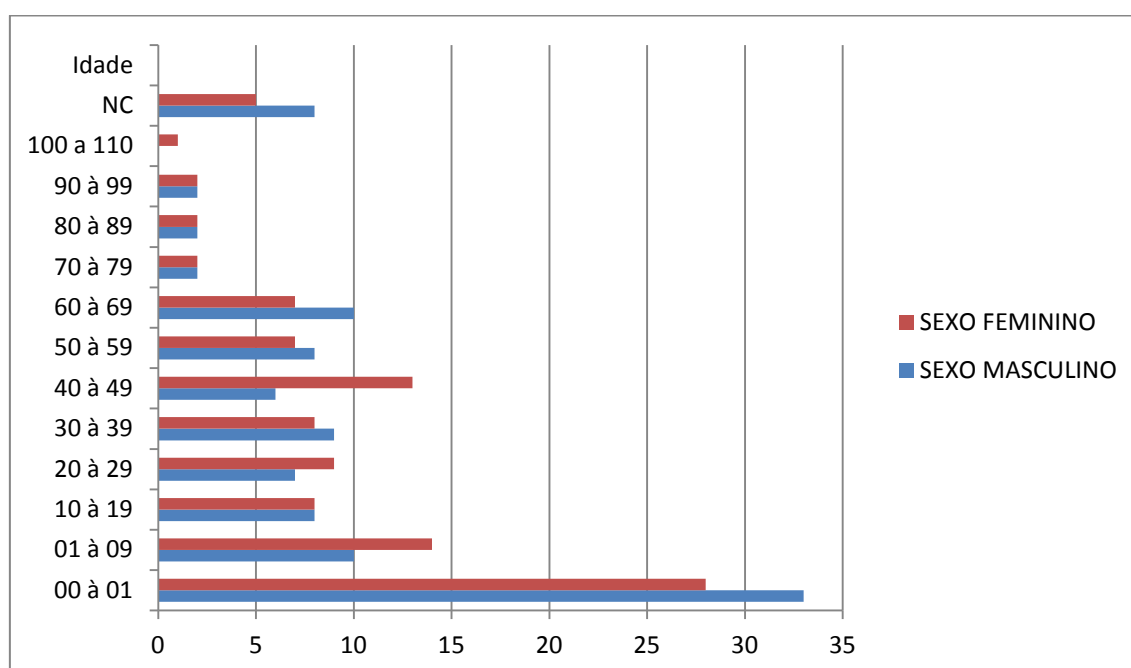


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Livro de oito da Freguesia NSM 1853-1872. Acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

No que diz respeito à idade, notamos a morte de recém-nascidos até 100 anos de idade. Os dados desse gráfico demonstram que, em algumas faixas etárias, a expectativa de vida das mulheres era superior a dos homens, provavelmente, porque os homens estavam submetidos a trabalhos mais desgastantes para a saúde do que as mulheres.

A maioria das mortes na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres atingiu crianças de dias de nascido até um ano de idade, a exemplo de Manoel<sup>388</sup>, crioulo, filho legítimo de Clarindo e Rosalina, escravizados de Martinho Coelho de Lemos, que chegou a óbito aos 15 dias de nascido. Para essa faixa etária, somam-se 61 mortes, sendo 28 do sexo feminino e 33 do sexo masculino. As causas foram as mais variadas, sejam elas, difluxo, vômitos, espasmos, indigestão, estupor, cólera, doenças essas causadas a partir de epidemias ou, simplesmente, pela má alimentação que essas crianças recebiam.

Mary Karasch argumentou:

[...] as causas da mortalidade infantil dos escravos estavam intimamente relacionadas com os baixos padrões socioeconômicos de vida (*da época*). A dieta deficiente produzia as doenças nutricionais, como a pelagra e tétano, e as diarreias e problemas de pele associados a elas. Disenteria e vermes atacavam as crianças mal nutridas, e tuberculose, malária e pneumonia matavam os mais fracos. O parto e desmame estavam entre as fases mais perigosas para uma criança<sup>389</sup>.

Provavelmente, a vida no cativeiro não era fácil, e, superando a fase inicial de dias de nascido até um ano de idade, era mais provável a criança chegar à idade adulta. Dessa forma, percebe-se uma diminuição na quantidade de óbitos de escravizados acima de 10 anos.

Segundo Mary Karasch<sup>390</sup>, uma das causas mais comuns da morte entre bebês escravos era as doenças designadas pelas expressões mal-de-sete-dias, convulsões ou espasmos, estas podiam estar relacionadas ao tétano. Dessa forma, por não receber mais o leite e seus derivados, ou outros alimentos ricos em proteínas e ferro, era comum as crianças desmamadas passarem a comer terra (o que sugere deficiências minerais sérias em suas dietas) e morrerem, por isso, ultrapassando esta fase de zero a um ano de idade, a probabilidade de a criança chegar a fase adulta era grande.

De acordo com Vianna<sup>391</sup>, a designação “adulto”, possivelmente, era a referência utilizada para indivíduos de idade entre os 15 e 40 anos, por ser esta faixa etária de maior produtividade entre os escravizados. Consideramos idosos os que ultrapassavam a idade julgada como produtiva, ou seja, os acima de 40 anos, ficando essa faixa etária

<sup>388</sup>LONSM, 1853-1872 - 41fv, APIMNSM.

<sup>389</sup>KARASCH, Mary. op.cit, p.247.

<sup>390</sup>KARASCH, Mary. op. cit, p.207.

<sup>391</sup>VIANNA, op. cit, p.80.

entre os 41 e 70 anos. Já os muito velhos eram os que possuíam entre 71 e 100 anos de vida.

Mary Karasch<sup>392</sup> informa que, para a corte, os escravos raramente chegavam aos 50 anos nos primeiros anos do século XIX. Isso pode a ter vindo se modificar na segunda metade do século XIX, com as pressões inglesas para o fim do tráfico desde 1831, intensificando-se com a lei Euzébio de Queiroz, em 1850, e posteriormente com a lei do vinte livre.

Assim, identificamos um maior número de mortes entre a faixa etária de 0 a 1 ano de idade, totalizando 61 casos (33 homens, 28 mulheres), seguida da faixa etária de 01 a 09 anos, somando 24 mortes (10 homens, 14 mulheres) que vem acompanhada da faixa de 40 a 49 anos com o total de 19 mortes (06 homens, 13 mulheres), para a faixa de 60 a 69 anos identificamos 17 mortes (10 homens, 07 mulheres), o mesmo número foi identificado para as idades de 30 a 39 sendo 09 homens e 08 mulheres, para a faixa de 10 a 19 anos registramos a morte de 16 pessoas (08 homens, 08 mulheres), o que também constatamos para as idades de 20 a 29 anos sendo que eram 07 homens para 09 mulheres, para as idades de 60 a 69 anos notou-se 17 casos (10 homens, 07 mulheres) para as faixas de 70 a 79, 80 a 89 e 90 a 99 identificamos 04 casos para cada uma dessas faixas sendo 02 homens e 02 mulheres, uma escravizada chegou aos 100 anos e em 11 assentos não constam a idade do falecido.

Um fato notório é a quantidade de cativos com idade superior a cinquenta anos, presentes nessa freguesia, totalizando 45 mortes, sendo 21 do sexo feminino e 24 do sexo masculino. Ignácia<sup>393</sup> conseguiu algo raro entre os escravizados, completar um centenário de vida, chegando a ser sepultada no cemitério da Caraúba em 08 de maio de 1869. Assim como Ignácia, outros escravizados conseguiram completar mais de 90 anos, como ocorreu com Ignácio<sup>394</sup>, pardo de 95 anos de idade, que faleceu acometido de câmaras de sangue em 25 de abril de 1855, foi envolto em hábito branco e sepultado no cemitério da Capela das Pombas. Percebe-se, então, que muitos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres conseguiram superar a fase adulta e chegar até a velhice.

No entanto, qual o perfil desses escravizados que faleceram? Se levada em consideração a faixa etária de zero a nove anos de idade, observamos a morte de 85

<sup>392</sup>KARASCH, Mary, op. cit, p. 230.

<sup>393</sup>LONSM, 1853-1872 - 149fv, APIMNSM.

<sup>394</sup>LONSM, 1853-1872 - 04ff, APIMNSM.

crianças, sendo 43 do sexo masculino e 42 do sexo feminino. Quanto ao tipo de filiação deste grupo etário, notamos a predominância do tipo natural, totalizando 43 crianças, seguida da filiação legítima, somando 19. Em 23 registros de óbito, não estava presente o tipo de filiação.

Para as demais faixas etárias não foi possível identificar a filiação, pois essa informação não estava contida na documentação, salvo uma única exceção que foi o caso de Antônio<sup>395</sup>, preta de 29 anos de idade, filha legítima de João e Quitéria, escravizados de Amaro da Costa Romeu, que chegou a óbito em 13 de março de 1856.

Entretanto, em alguns registros, já foi possível identificar o estado civil do escravizado, em 114 assentos de óbito foram encontrados 10 casos em que o escravizado era casado, sendo que oito deles consolidaram o matrimônio com outro cônjuge de cativo, assim como fez a preta Domingas<sup>396</sup>, casada com Luis, ambos escravizados de Luis Monteiro. Identificamos, também, um caso em que um escravizado era casado com uma pessoa liberta, a exemplo de Andre<sup>397</sup>, crioulo de 32 anos, casado com a forra Teodora. Já Amaro<sup>398</sup>, preto africano de 80 anos, não acompanhando ao padrão da época, era casado com uma pessoa livre, Maria da Conceição. Nos assentos de óbito ainda consta que 33 escravizados eram solteiros. No entanto, em 42 assentos essa informação a respeito do estado civil não estava disponível.

Quanto à cor/origem étnico-racial dessas 211 pessoas que faleceram, na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, analisemos o quadro que segue:

<b>QUADRO XX: COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL DOS ESCRAVIZADOS MORTOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES ENTRE 1853-1872</b>	
<b>COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL</b>	<b>ESCRAVIZADO</b>
Pardo	26
Crioula	47
Preta	76

<sup>395</sup>LONSM, 1853-1872 - 17fv, APIMNSM.

<sup>396</sup>LONSM, 1853-1872 - 111ff, APIMNSM.

<sup>397</sup>LONSM, 1853-1872 - 09fv, APIMNSM.

<sup>398</sup>LONSM, 1853-1872 - 157fv, APIMNSM.

Mulata	02
Gentio de Angola	02
Preta Africana	04
Africana	03
NC	51
TOTAL	211

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Livro de registros de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1853-1872, acervo Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

A partir dos dados acima, observamos o predomínio de mortes de pessoas pretas (76), seguidas de crioulas (47) e pardas (26). A designação “Preta” foi normalmente utilizada para se referir a africanos, mas também foi utilizada para denominar negros nascidos no Brasil.

Não se sabe, ao certo, qual critério o pároco utilizou para registrar a cor dos 76 escravizados que morreram como pretos, uma vez que destes, 28 morreram na faixa etária de 0 a 9 anos, provavelmente, nascidos aqui no Brasil. Esses escravizados deveriam ter sido registrados como crioulos. Do total, 09 casos mostram que os escravizados falecidos eram de origem africana, em 02 especificam que eram de Angola, nos demais casos apenas colocam que eram africanos.

Percebemos, assim, que, entre a população da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, chegada a óbito entre os anos de 1853 e 1872, predominou a cor preta, uma vez que 76 pessoas foram registradas como pretas, em contraposição aos crioulos (Primeira geração dos escravizados no Brasil.), 47 pessoas. Essa constatação se opõe aos registros de batizados referentes a esse mesmo período, pois, neles se observa um número de pardos superior ao de pretos.

Um dos fatores que pode justificar o fato da população escravizada falecida nesse período ser mais preta, pode ter acontecido em virtude de os escravizados terem entrando no Brasil durante o período colonial e início do império, visto que nesses dois períodos era mais frequente a vinda de africanos para o Brasil.

Percebemos, assim, uma baixa presença de africanos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, entre os anos de 1850 e 1872, tanto nos assentos de batismo, como nos de óbito, fator este que pode vir reforçar a tese de que a manutenção da escravidão nesta região se deu por meio da reprodução natural.

Tendo concluído o perfil etário dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, de 1853 a 1872, e o perfil dos falecidos, no subcapítulo seguinte discutiremos o local e as vestimentas que os escravizados portavam ao se enterraram.

### **3.4- ENTRE IGREJAS E CEMITÉRIOS: O SEPULTAMENTO DE ESCRAVIZADOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DE 1850-1872**

Como já foi mencionado no subcapítulo anterior, as doenças que assolaram os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres levaram a óbito 211 cativos, entre os anos de 1850 e 1872. Nos assentos de óbito, identificamos o local de sepultamentos e as vestimentas que portavam no momento de seus enterros.

Ao analisar os livros de óbito, observamos que, até o início da década de 1850, as pessoas da Vila Real de São João do Cariri eram enterradas dentro das igrejas, sob o piso ou dentro das paredes, até mesmo porque durante o período colonial não havia cemitérios no Brasil<sup>399</sup>.

Dessa forma, verificamos que o local onde ocorreria o sepultamento, era escolhido pelo vigário, de acordo com as condições socioeconômicas da família do falecido. Havia, assim, uma diferenciação, da “grade abaixo” eram sepultados todos os escravizados, pardos e homens livres pobres, já da “grade acima” eram sepultados os brancos que representassem algum tipo de autoridade, pertencessem a uma família tradicional, exercessem algum tipo de influência ou poder no seu local de moradia<sup>400</sup>. Assim como observamos nos registros de óbito de São João do Cariri:

Aos dezenove dias do mês de maio **de mil oitocentos e cinquenta e cinco anos**, faleceu da vida presente por causa de catarro sem os sacramentos por não pedirem **Eugenia de Jesus da Silva, branca**, com trinta anos de idade, viúva de José da Silva Marques, morador nesta freguesia, foi envolto em hábito preto, encomendada pelo reverendo coadjutor Francisco João de Santa Delfina e **sepultada**

<sup>399</sup> Para maiores informações sobre a construção de cemitérios no Brasil e na cidade de João Pessoa consultar: ALBUQUERQUE, Francisco de Assis Costa de. Os cemitérios Públicos na Cidade de João Pessoa – PB. Monografia (Graduação). João Pessoa, UFPB, 2008.

<sup>400</sup> PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Condição jurídica: principal definidor entre livres e escravos na cidade do Crato em meados do século XIX. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária “20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?”**. ARACAJU, fevereiro, 2008, p.1-10.

**nesta matriz de São João de grade a cima**, do que para constas mandei fazer este presente assento em que assigno<sup>401</sup> (grifos nossos).

Aos quatro dias do mês de março de **mil oitocentos e cinquenta e seis anos**, faleceu da vida presente por causa de espasmo **Maria crioula**, com um dia de nascida filha natural de Silveria , escrava de Luis Antonio Villar Secca, foi envolta em hábito branco, encomendada por mim e se e **sepultada nesta matriz de São João de grade a baixo**, do que para constas mandei fazer este presente assento em que assigno<sup>402</sup> (grifos nossos).

Da mesma forma que Maria, outros escravizados também foram enterrados de grade abaixo na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, a exemplo de Pedro<sup>403</sup>, preto, de 50 anos de idade, cativo de Vicente da Costa Ramos, que chegou a falecer de estupor em 05 de fevereiro de 1855; Anna<sup>404</sup>, parda, filha natural de Lourença, escravizada de Manoel Correia, faleceu de indigestão aos sete dias de vida em 31 de maio de 1855; e Benedicta<sup>405</sup>, preta, de quarenta anos de idade, cativa de Francisco Xavier das Chagas que faleceu em 04 de novembro de 1855, de moléstia interior.

Na análise desses assentos de óbito, identificamos diferenças existentes entre o local do sepultamento de indivíduos de classes sociais divergentes durante a sociedade oitocentista: de um lado, um branco, sepultado “grade acima”, do outro, um escravizado, enterrado “grade abaixo”. De acordo com Lemos<sup>406</sup>, os sepultamentos de “grades acima” custavam mais caro do que os de “grades abaixo”, sendo, assim, reservados à classe dominante. Nessa sociedade hierarquizada, os padres estavam no ápice porque a eles eram reservados os altares.

Reis<sup>407</sup> destaca que a proximidade física entre o cadáver e as imagens de santos e anjos representavam arranjos premonitórios e propiciadores da proximidade espiritual entre a alma e os seres divinos no reino celestial. A igreja representava uma espécie de portal do Paraíso, por isso, no imaginário coletivo da época, quanto mais próximo dos santos as pessoas fossem enterradas mais próximas do céu elas ficariam.

<sup>401</sup> LONSM, 1853-1872 -09fv, APIMNSM.

<sup>402</sup> LONSM, 1853-1872 - 14ff, APIMNSM.

<sup>403</sup> LONSM, 1853-1872 - 08ff, APIMNSM.

<sup>404</sup> LONSM, 1853-1872 - 10ff , APIMNSM.

<sup>405</sup> LONSM, 1853-1872 - 10ff, APIMNSM.

<sup>406</sup> LEMOS, Mayara de Almeida. Benzer os cemitérios que forem precisos: o processo de implantação de cemitérios e a epidemia de cólera em Quixeramobim-Ce (1862-1863). **Revista História e Cultura**, v.1, n.2. jul-dez, 2003, p. 84-100.

<sup>407</sup> REIS, João. Op.cit, p. 120.



Essas informações a respeito do sepultamento de cativos de grade abaixo também foram identificadas para outras localidades do Brasil. Lemos<sup>408</sup> constatou tais casos para a cidade de Quixeramobim, no Ceará, durante a epidemia do cólera, assim como, Pedroza<sup>409</sup> também identificou esses acontecimentos para a região do Crato, também no Ceará.

No Brasil, apenas no século XIX iniciou-se a preocupação de enterrar pessoas em cemitérios e não mais nas igrejas, devido a inquietação de alguns médicos com a higienização e com a saúde. Com isso, por medidas sanitárias, os sepultamentos passaram a ser realizados em área aberta, nos chamados cemitérios<sup>410</sup>.

Diversas tentativas de se proibir o enterro de pessoas dentro das igrejas ocorreram aqui no Brasil: a primeira delas foi através da Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1808 que determinava que as cidades populosas deveriam construir cemitérios extramuros, no entanto, essa lei não vigorou<sup>411</sup>. Uma nova tentativa de sua aplicação ocorreu em 1825, quando Dom Pedro I, em 17 de novembro de 1825, tratou da transferência do cemitério da matriz de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, para fora da cidade<sup>412</sup>.

Apenas em 1º de outubro de 1828, uma lei imperial instituiu que as câmaras municipais do Império do Brasil regulamentassem entre outras questões sobre o sepultamento fora das igrejas<sup>413</sup>. A princípio não ocorreu uma proibição, apenas uma recomendação. Portanto, a lei não proibiu o enterro dentro das Igrejas apenas recomendou e permitiu que as Câmaras locais legislassem sobre o tema, cada vila ou cidade deveria adotar ou não a recomendação.

Na província da Paraíba, Mariano<sup>414</sup> identificou que o primeiro cemitério foi construído no início de 1855 na vila de Piancó, no sertão paraibano. A autora também

<sup>408</sup>LEMOS, Mayara. Op.cit, p. 86.

<sup>409</sup>PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Condição jurídica: principal definidor entre livres e escravos na cidade do Crato em meados do século XIX. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária "20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?"**. ARACAJU, fevereiro, 2008, p.1-10.

<sup>410</sup>SOUZA, Fabio William de. **Fronteiras Póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande**. 2010. 142p. Dissertação (Mestrado em História): Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010, p. 29.

<sup>411</sup>REIS, João Jose. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.274.

<sup>412</sup>IMPÉRIO. Decreto nº 265, de 17 de novembro de 1825. Manda remover o cemiterio da Matriz da villa de Campos dos Goytacazes para logar fora da mesma villa.

<sup>413</sup>IMPÉRIO. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz.

<sup>414</sup>MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Revista de História e Estudos Culturais**. V.9, n 3 p.1-20.

destaca que o cemitério da capital foi edificado nesse mesmo ano, mas, desde 1850, já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Parahyba.

Mariano ainda destaca que em 1856 foram criados outros cemitérios nas vilas de Sousa, Pombal, Patos, Catolé do Rocha, Alagoa Nova, Pilar, Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita, lugares mais afetadas pela epidemia do *cholera*, no entanto, a autora não cita o cemitério da Vila Real de São João do Cariri cuja construção data deste período.

Em São João do Cariri tem-se notícia que o Primeiro Cemitério foi construído por volta de 1856, levando em consideração a data em que pela primeira vez é mencionado o cemitério dessa vila nos assentos de óbito desta freguesia, sendo Avelino, branco, o primeiro a ser enterrado em tal local, assim como nos mostra o assento de óbito abaixo:

Aos dezenove dias do mês de marco de mil oitocentos e cinquenta e seis anos, faleceu da vida presente por causa de *cholera morbus*, Avellino branco, com seis anos de idade, filho legítimo de Felis Francisco correia de Cantalicio e Domingas Francisca de Oliveira foi envolta em hábito branco encomendada por mim e sepultada no cemitério desta viila, do que para contas mandei fazer o presente assento em que assigno<sup>415</sup>.

A partir de 1856, todas as pessoas que faleceram na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres passaram a ser enterradas dentro dos cemitérios e não mais nas capelas, assim como era de costume. O primeiro escravizado a se enterrar no cemitério foi Bento<sup>416</sup>, pardo, com vinte anos de idade que faleceu de *cholera morbus*, em 19 de março de 1856.

Segundo Canario<sup>417</sup>, a partir da segunda metade do século XIX, as preocupações dos médicos higienistas com os surtos epidêmicos favoreceram a atuação do Conselho Geral de Salubridade na reorientação dos costumes fúnebres e na transição dos enterros realizados das igrejas para os cemitérios.

Dessa forma, podemos identificar a diminuição de pessoas sepultadas no interior das igrejas, posterior à década de 1850. Abaixo o quadro demonstra o local onde os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foram enterrados, entre os anos de 1850 e 1872:

---

<sup>415</sup>LONSM, 1853-1872 - 14fv, APIMNSM.

<sup>416</sup>LONSM, 1853-1872 - 15fv, APIMNSM.

<sup>417</sup>CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **É mais uma cena da escravidão: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p.114.

**QUADRO XXI: LOCAIS DE SEPULTAMENTO DOS ESCRAVIZADOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES, 1850-1872**

ANO	IGREJAS	CEMITÉRIO	MATO	NÃO CONSTA
1854-1859	35	61	05	01
1860-1864	NC	44	NC	NC
1865-1869	NC	44	NC	NC
1870-1872	NC	21	NC	NC
<b>TOTAL</b>	35	170	05	01

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: LONSM, 1853-1872 - 15fv Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

Compreendemos que, durante o período de 1854 e 1859, os escravizados foram enterrados em sua maioria nos cemitérios, porém, ainda ocorreram 35 casos em que eles foram enterrados no interior das capelas, costume presente até a primeira metade do século XIX. Entretanto, com o avanço da medicina e a higienização novos cemitérios foram construídos, resultando em nenhum escravizado sepultado no interior das capelas posterior a 1860.

De acordo com Reis<sup>418</sup>, essas sepulturas ou covas no chão da igreja eram em formato retangular, com oito a seis palmos de fundo, cobertas com pedra de *liao*, mármore ou madeira. As covas eram numeradas para evitar que fossem abertas aquelas eram recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal, e em seguida jogava-se terra, que era socada com pesadas calceteiras, o que fazia com que os médicos higienistas condenassem o enterro de pessoas dentro da igreja e defendessem a construção de cemitérios.

Podemos destacar que uma das motivações para a construção desses cemitérios foi o avanço das ideias higienistas, juntamente com o avanço do *cholera morbus*, que matou um terço da população paraibana. Com isso, os habitantes do interior passaram a necessitar de local específico para sepultar os cadáveres, uma vez que as igrejas não mais dispunham de espaços para este fim. Isso fez com que o povo solicitasse aos

<sup>418</sup>REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: Alencastro, L. F. **História da vida Privada no Brasil**. v 2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p. 130.

padres missionários a demarcação e construção de cemitérios nos povoados e vilas da Paraíba<sup>419</sup>.

Posterior a 1856, data da criação do cemitério da Vila Real de São João do Cariri, verificamos a construção de diversos cemitérios espalhados ao longo da freguesia, como mostra quadro abaixo:

<b>QUADRO XXII: CEMITÉRIOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES</b>
Cemitério da Igreja Matriz de São João
Cemitério do Congo
Cemitério do Pindurão
Cemitério de Serra Branca
Cemitério da Caraúbas
Cemitério da Alagoa do Monteiro
Cemitério de Malhada de Roça
Cemitério das Pombas
Cemitério de São Thomé
Cemitério da Cabeça do Cavalo
Cemitério da Fazenda Santa Clara
Cemitério da Fazenda Bom Sucesso
Cemitério de Timbaúba
Cemitério da Fazenda Capim
Cemitério do Batalhão
Cemitério de Santa Luzia

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: LONSM, 1853-1872 - 15fv Acervo da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres.

De acordo com Irineu Pinto, em 1858 na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres existia apenas um cemitério na vila, outro na povoação do Congo e um cercado de pau-a-pique em São Thomé. Abaixo imagem do cemitério da Vila Real de São João do Cariri.

<sup>419</sup>CÂMARA. Epaminondas. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000, p.88-89.

### Imagens do Atual Cemitério de São João do Cariri- 2015



Imagem 03: Entrada principal do cemitério de São João do Cariri.

Imagem 04: Parte antiga do cemitério.

Imagem 05: Túmulo mais antigo encontrado no cemitério.

Imagem 06: Lápide do túmulo anterior.

Fonte: Acervo particular do autor, 2015.

As imagens retratam o Cemitério Municipal de São João do Cariri, erguido na segunda metade do século XIX, e chegando a permanecer até os dias atuais na mesma localidade. Na imagem 03, podemos observar que a fachada do cemitério sofreu modificações ao longo do tempo, no entanto, em seu interior, como demonstra a imagem 04, encontramos diversas catacumbas referentes ao período oitocentista, sendo a mais antiga delas representada na imagem 05, pertencente à Anna Carolinna Pequeno, casada com o coronel Antônio José Alves Pequeno, o qual chegou a óbito em 1864.

Esse cemitério está localizado a aproximadamente 300 metros da igreja, e nele podemos identificar algumas catacumbas datadas do período oitocentista, no entanto, elas eram pertencentes a famílias tradicionais e importantes fazendeiros da localidade.

No que diz respeito ao sepultamento dos escravizados, sabemos apenas o que os livros de óbito nos mostram, infelizmente, não identificamos, nos dias de hoje, nenhum local do cemitério destinado ao sepultamento dos cativos.

Ao analisar os assentos de óbito também identificamos que alguns cativos foram enterrados em outros cemitérios da freguesia, a exemplo do cemitério do Congo, onde foram sepultados alguns escravizados, a exemplo de Clarindo<sup>420</sup>, de 23 anos de idade, vítima de *cholera morbus* em 07 de março de 1856, casado com Rosalina, ambos escravizados de Martinho Coelho de Lemos; José<sup>421</sup>, de doze anos de idade, também faleceu de *cholera morbus* em 07 de março de 1856, sendo escravizado de Martinho Coelho de Lemos; e, por fim, Marta<sup>422</sup>, crioula, de oito dias de idade, filha legítima de João e Benedicta, escravizados de Manoel Bizerra Cavalcante, falecida em 15 de maio de 1858.

Já no cemitério de São Thomé, podemos registrar alguns óbitos de escravizados, dentre eles: Domingas<sup>423</sup>, preta de 60 anos de idade, casada com Victorino, ambos escravizados de Francisco Ferreira dos Santos, chegando a óbito em 20 de abril de 1858; Sebastiana<sup>424</sup>, crioula de 48 anos de idade e escravizada de Anna Joaquina de Barros, acometida de moléstia de peito, teve em 02 de abril de 1859 seu corpo recomendado pelo Reverendo Jacintho José Bizerra; e Sebastião<sup>425</sup>, preto africano, morreu em 14 de maio de 1862 de inflamação, era escravizado de José do Carmo Araújo.

Aires<sup>426</sup> destaca que no ano de 1856 foram encontrados lançamentos no livro de óbito referente ao povoado das Pombas, entretanto, não se sabe ao certo a data de criação, a seguir imagem do cemitério das Pombas:

---

<sup>420</sup>LONSM, 1853-1872 - 27fv, APIMNSM.

<sup>421</sup>LONSM, 1853-1872 - 27fv, APIMNSM.

<sup>422</sup>LONSM, 1853-1872 - 68ff, APIMNSM.

<sup>423</sup>LONSM, 1853-1872 - 70fv, APIMNSM.

<sup>424</sup>LONSM, 1853-1872 - 77fv, APIMNSM.

<sup>425</sup>LONSM, 1853-1872 - 57fv, APIMNSM.

<sup>426</sup>AIRES, Luciano. Op. cit, p. 55.

Imagens atuais da Igreja e do Cemitério de Parari/PB, 2015



Imagem 07: Igreja de São José, localizada no município de Parari, PB.

Imagem 08: Vista do cemitério pela calçada da Igreja de São José.

Imagem 09: Cemitério Municipal de Parari, antiga povoação de Pombas.

Imagem 10: Catatumba referente a segunda metade do século XIX.

Fonte: Acervo particular do autor, 2015.

Na análise das imagens acima, podemos identificar que os cemitérios se localizavam próximo das capelas. Na imagem 07, podemos observar a Igreja de São José, conhecida, no século XIX, como a Capela das Pombas; a imagem 08 demonstra que da calçada da igreja visualiza-se o cemitério, o que vem enfatizar a ideia de que os cemitérios eram construídos próximos às igrejas, sendo a décima imagem representante de um túmulo da segunda metade do século XIX.

Em relação aos povoados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, observamos que os cemitérios também foram construídos perto das igrejas, desrespeitando, assim, os preceitos higienistas e os códigos de postura da época, os quais mandavam criar cemitérios afastados, o mais longe possível das vilas e cidades, para evitar o contágio de doenças que se espalhavam pelo ar, a tese dos miasmas, muito recorrente nas epidemias do cólera, de 1856 e 1862.

Assim como o cemitério de São João do Cariri, o das Pombas também permanece na mesma localidade desde sua criação, e nele foram enterrados alguns escravizados, a exemplo de Domingas<sup>427</sup>, crioula de um mês de idade, falecida em 10 de dezembro de 1858, filha natural de Thomaria, ambas escravizadas de Vicente Correia de Queiros; Joao<sup>428</sup>, preto, escravizado de Domingos da Costa Souto, faleceu da vida presente aos 50 anos de idade, em 20 de março de 1858; e Catharina<sup>429</sup>, crioula de 90 anos de idade, escravizada de Thomas de Carvalho Andrade, faleceu em 01 de janeiro de 1858.

Entretanto, nem todas as vilas pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres dispunham de cemitérios. O desejo pelas suas construções pode ser observado na reivindicação dos moradores do Batalhão, ao se dirigirem a padre Ibiapina e pedirem para ele providenciar a construção do cemitério, uma vez que o mais perto ficava a 36 km, que era o cemitério de Pombas:

[...] Neste mesmo anno (1860) passando ahi o padre Ibiapina e descansando na dita fazenda Batalhãosinho, fizeram-lhe sentir alguns moradores fazendeiros das circunvizinhanças a necessidade da construção de um cemitério, pois o mais próximo era a 36 kilometros. O padre, então solicito ao pedido e com o auxilio dos ditos moradores, constituiu um pequeno cemitério, ainda hoje (1905) existente no centro da villa<sup>430</sup>.

Esse cemitério foi construído na margem leste da vila, sendo que no ano seguinte “levantaram ali uma capelinha de taipa dedicada a N. S. da Conceição, a qual em 1862, graças novamente ao referido padre que ali voltara, foi renovada em melhores condições<sup>431</sup>. Conforme imagem abaixo:

<sup>427</sup>LONSM, 1853-1872 - 97fv, APIMNSM.

<sup>428</sup>LONSM, 1853-1872 - 54ff, APIMNSM.

<sup>429</sup>LONSM, 1853-1872 - 55ff, APIMNSM.

<sup>430</sup>PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. Vol. 02. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1977, v.1 (1ª edição 1909), p.151.

<sup>431</sup>Ibidim, p. 151



## Imagens da Igreja de Taperoá/PB, 2015

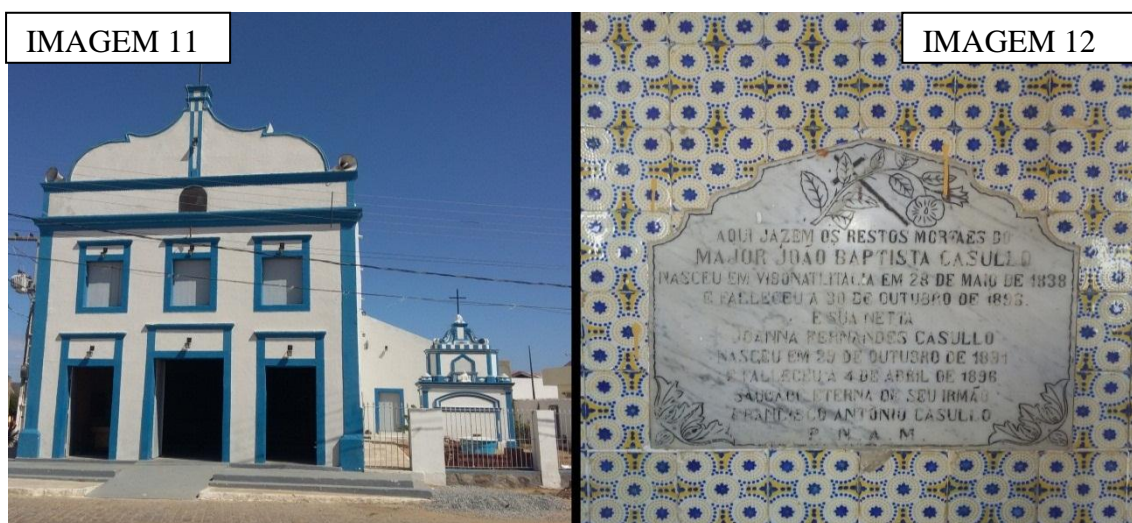


Imagem 11: Atual Igreja de São Sebastião localizada em Taperoá, Pb, antiga Capela do Batalhão

Imagem 12: Túmulo encontrado dentro da Igreja de São Sebastião referente a segunda metade do século XIX<sup>432</sup>

Fonte: Acevo particular do autor

Ao analisar as imagens, podemos perceber a igreja<sup>433</sup> e ao seu lado o que restou do cemitério construído naquele período, “O túmulo do major Laurênio, que por ser um homem de prestígio se manteve ao lado da primitiva igreja paroquial na qual era também a primeira necrópole<sup>434</sup>”.

Na capela também foi possível identificar pessoas da elite sendo enterrada no seu interior, mesmo após a construção do cemitério, o que não ocorreu com os escravizados. Conforme Cavalcante Neto<sup>435</sup>, atualmente é possível observar as lapides nas paredes da igreja dos sepultamentos do major João Baptista Casullo, nascido na Itália e falecido ali em 1893, e de sua neta, Joanna Fernandes Casullo, falecida aos cinco anos em 1896. Isso pode reforçar a ideia de que, mesmo existindo o cemitério ao

<sup>432</sup>Na lápide consta a seguinte inscrição: Aqui Jazem os restos mortaes do Major João Baptista Casulo, nasceu em Visonathitalia em 28 de maio de 1838 e faleceu a 30 de outubro de 1893. E sua netta Joanna Fernandes Casulo, nasceu em 29 de outubro de 1891 e faleceu a 4 de abril de 1896. Saudade eterna de seu irmão Francisco Antonio Casulo P.N.A.M.

<sup>433</sup>A dimensão que a atual igreja de São Sebastião (antiga igreja Matriz do Batalhão) tem atualmente nem sempre a teve. Em 1861 era uma simples capelinha ao centro do cemitério, já no ano seguinte, com mais uma passagem de Ibiapina por Batalhão, recebeu uma ampliação, contudo permanecendo ainda ao centro do cemitério. Em 1865, já se encontrava realizando ofícios religiosos, conforme livros de registros de batismos, ano em que foi empreendida mais uma tarefa de ampliação, sendo a reforma concluída apenas em 1894, dimensionada a proporção a qual é atualmente. O que antes se resumia ao centro do cemitério passara a se estender a sua frente, permanecendo o conjunto: igreja, cemitério e praça até 1905, quando então o cemitério foi demolido.

<sup>434</sup>MARIZ, Celso **Figuras e Fatos**. João Pessoa. 1979, p.180.

<sup>435</sup>CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: a cidade de Taperoá-pb nas primeiras décadas do século XX. **Revisyta: Alpharrábios**, v.02, 2008, p.40.

entorno da capela, a matriz reservava seu espaço interior para o repouso eterno das famílias mais abastadas da vila.

Os escravizados que chegaram a falecer na freguesia posterior a 1860 foram enterrados no cemitério do Batalhão, a exemplo de Maria<sup>436</sup>, preta, de sete semanas de idade, filha natural de Josefa, escravizada de Gaspar Alves Bizerra morreu em 04 de janeiro de 1867; por sua vez João<sup>437</sup>, escravizado de capitão Adeodato Villar de Araujo faleceu aos sete meses de idade, por causa de espasmo em 15 de fevereiro de 1869 e João<sup>438</sup>, de 60 dias de idade, escravizado de Caetano Feliz, que morreu de causa maligna em 07 de janeiro de 1870.

Alguns escravizados não foram enterrados em solo sagrado (nem nos cemitérios nem nas igrejas), a exemplo de Romana<sup>439</sup>, Delfina<sup>440</sup>, Leonardo<sup>441</sup> e Romana<sup>442</sup> que faleceram no ano de 1856 de *cholera morbus* e foram enterrados no mato. Um dos fatores que pode ter contribuído para que esses escravizados fossem enterrados nessas condições foi a epidemia do *cholera morbus*, uma vez que, neste período, ainda não existia cemitérios, neste caso, as pessoas eram sepultadas nas igrejas e devido a grande quantidade de mortos pode não ter havido local suficiente dentro das capelas para enterrar todos os mortos.

Canario<sup>443</sup> destaca que, sendo solo sagrado, a igreja que coordenava os cemitérios. Dessa forma, por ela basear-se nos dogmas sagrados e seguir as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, alguns corpos de suicidas tiveram seu sepultamento negado por párocos e bispos no Recife.

Na Vila Real de São João do Cariri, o corpo de um suicida não foi sepultado nem no interior das igrejas, nem no cemitério e sim no mato, assim como ocorreu com Catharina<sup>444</sup>, crioula de 22 anos, escravizada de Fortunata de Almeida Pires, que chegou a se suicidar em 08 de junho de 1858.

O motivo de Catharina ter suicidado não consta no assento, no entanto, sabemos que seu corpo não foi enterrado em solo sagrado, visto que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no Livro 4 título LVII, destaca os pré requisitos das pessoas

---

<sup>436</sup>LONSM, 1853-1872 - 132ff, APIMNSM.

<sup>437</sup>LONSM, 1853-1872 - 147ff, APIMNSM.

<sup>438</sup>LONSM, 1853-1872 - 153fv, APIMNSM.

<sup>439</sup>LONSM, 1853-1872 - 38fv, APIMNSM.

<sup>440</sup>LONSM, 1853-1872 - 38fv, APIMNSM.

<sup>441</sup>LONSM, 1853-1872 - 39ff, APIMNSM.

<sup>442</sup>LONSM, 1853-1872 - 40ff, APIMNSM.

<sup>443</sup>CANARIO, op. cit, p.117.

<sup>444</sup>LONSM, 1853-1872 - 55fv, APIMNSM.

as quais se devem negar a sepultura eclesiástica, dentre eles, os suicidas, conforme podemos observar no trecho seguinte: “Aos que estando em seu juízo perfeito por desesperação ou ira voluntariamente se matarem ou mandarem matar, morrendo também sem sinais de arrependimento”.

Tendo discutido o local de sepultamento dos escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, passamos a discutir a roupa que eles utilizavam ao serem enterrados. Para João José Reis, as mortalhas representavam;

[...] desejo de graça junto a Deus, especialmente a mortalha de santo, que de alguma forma antecipava a fantasia de reunião à corte celeste. Ao mesmo tempo que protegia, com a força do santo que invocava, ela servia de salvo-conduto na viagem rumo ao Paraíso<sup>445</sup>.

Uma informação sempre presente nos livros de óbito diz respeito à vestimenta do morto. Dos 211 assentos identificados, entre 1854 a 1872, em 210 deles continham a cor do hábito o qual o escravizado foi enterrado, em apenas um caso não consta essa informação.

Ao se confessar e receber o sacramento da extrema unção, Bárbara<sup>446</sup>, preta de 35 anos, recebeu sepultura envolta de hábito branco. Já Ignácio<sup>447</sup>, pardo de 95 anos, foi envolto de hábito preto; ao passo que Anna<sup>448</sup>, filha natural de Inocencia, morreu com 20 dias de nascida e foi enterrada envolta de hábito azul. Por sua vez, em 10 de fevereiro de 1863, Joanna<sup>449</sup>, parda de 02 meses, foi enterrada envolta de hábito amarelo.

Dos 211 assentos de óbito, observamos a predominância do hábito branco, seguido pelo preto, azul e amarelo. Desse total, 202 pessoas se enterraram em hábito branco, 07 envolto em hábito preto, e, em apenas um caso, a criança foi enterrada com hábito azul e outra em amarelo.

João José Reis também identificou o predomínio de mortalhas brancas para os escravizados da Bahia, entre 1835-36. O branco representava sinônimo de “pureza”, mas, além disso, poderia expressar a falta de recursos dos escravizados de adquirirem tecidos de outras cores. A utilização de mortalhas brancas também pode ter derivado da cultura africana, por o branco ser a cor fúnebre de alguns grupos étnicos, a exemplo dos

<sup>445</sup>REIS, João José. **A Morte e uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.124.

<sup>446</sup>LONSM, 1853-1872 - 172fv, APIMNSM.

<sup>447</sup>LONSM, 1853-1872 - 17fv, APIMNSM.

<sup>448</sup>LONSM, 1853-1872 - 156fv, APIMNSM.

<sup>449</sup>LONSM, 1853-1872 - 109ff, APIMNSM.

iorubas. Esse fator pode ter contribuído para a grande quantidade de mortalhas dessa cor na Bahia, porém, este fator não se justifica para a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que a maior parte dos escravizados dessa localidade era de origem banto, mesmo assim, identificamos o predomínio da cor branca para as mortalhas.

Quanto à utilização de mortalhas pretas, também encontradas nos registros de óbito, custavam mais do que as brancas, o que poderia revelar uma tentativa por parte de escravizados e libertos de nivelamento social na hora da morte.

Luiz Lima Vailati<sup>450</sup> destaca a importância simbólica da vestimenta fúnebre. Segundo ele, no imaginário coletivo a roupa que era vestido no defunto era a mesma que se apresentaria no além. Assim, cuidar dos aspectos do corpo morto influenciava na direção que a alma poderia ter na vida pós morte. Por isso, muitas pessoas declaravam os tipos de mortalha que deveriam vestir nos testamentos<sup>451</sup>. De todo modo, o valor simbólico veiculado pela cor preta dentro da liturgia tradicional cristã significa a cor da penitência<sup>452</sup>.

Para a cor azul devemos lembrar que é a cor atribuída a Nossa Senhora, vista no imaginário católico tradicional como a advogada das almas no momento final, como enfatiza a oração da Santa Maria: “Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora, da nossa morte, amém”. Infelizmente não conseguimos identificar o significado da mortalha de cor amarela na simbologia cristã.

Independentemente de serem enterrados no mato, nas capelas ou nos cemitérios, os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foram envoltos em mortalhas. Romana<sup>453</sup>, crioula de quarenta anos de idade, falecida em 10 de abril de 1856, foi sepultada envolta de hábito branco, no mato; João<sup>454</sup>, africano de 58 anos de idade, falecido em 20 de outubro de 1857, também foi sepultado envolto de hábito branco, porém, foi enterrado no Cemitério da Vila de São João<sup>455</sup> e Benta<sup>456</sup>, crioula de 35 anos de idade, falecida em 17 de janeiro de 1854, também foi enterrada envolta de hábito branco.

Diante disso, podemos identificar que os rituais funerários presentes na sociedade brasileira desde o período colonial até o século XIX mantiveram fortes

<sup>450</sup>VAILAT, Luís Lima. **A morte menina**: infância e morte no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo), São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>451</sup>VAILAT, Luís. Op.cit, p.127.

<sup>452</sup>Ibidim. p.138.

<sup>453</sup>LONSM, 1853-1872 - 38fv, APIMNSM.

<sup>454</sup>LONSM, 1853-1872 - 48fv, APIMNSM.

<sup>455</sup>De acordo com B. Rohan (1911) em 1850 o cemitério de São João do Cariri estava em construção.

<sup>456</sup>LONSM, 1853-1872 - 03fv, APIMNSM.

elementos da cultura católica. Até mesmo numa vila sertaneja de uma província do norte, com poucos recursos financeiros, percebemos a preocupação que estas pessoas tinham com a morte, sendo o local do enterramento e as mortalhas uma forma de auxiliar o moribundo a entrar no “mundo celestial”.

No item seguinte acompanharemos a história de um forro que teve de adentrar na justiça pedindo ajuda, por não ter dinheiro para comprar seus remédios, às autoridades, a fim de ser levado para uma casa de repouso em Recife.

### **3.5- A BUSCA POR AUXILIO MÉDICOS NOS TRIBUNAIS: UM ESTUDO DO FORRO THEOPHILO**

No ano 1861, o forro Theophilo, ex-escravizado de Francisco Cordeiro da Cunha, dar entrada no Juizado Municipal de Órfãos de São João do Cariri, a fim de que o juiz municipal, Doutor Francisco Felis Villar de Carvalho, nomeasse um curador para levá-lo até uma casa de caridade no Recife<sup>457</sup>.

Theophilo encontrava-se doente há anos, por não dispor de condições financeiras para conseguir o seu curativo há mais de seis anos e devido ao agravamento dos seus males pela falta de médico na localidade. Sendo assim, o juiz Doutor Francisco Felis Villar de Carvalho nomeia Leodegario Emiliano Cordeiro da Cunha como curador de Theophilo, a fim de que o mesmo buscasse uma casa de caridade que pudesse recolher o doente e cuidasse de seus males, uma vez que na Vila Real de São João do Cariri não existia nenhuma casa de caridade com este fim.

Essa petição mostra pelo menos dois aspectos do cotidiano da Vila Real de São João do Cariri, na segunda metade do século XIX: primeiro não existia médicos na localidade, fator já mencionado nos tópicos anteriores, o que deixava ainda mais frágil a saúde e recuperação das pessoas desta freguesia, que contavam apenas com o auxílio de curandeiros e rezadores, sendo as ervas e chás os principais medicamentos para uma provável cura.

Um segundo momento histórico, que pode ser identificado, está ligado a liberdade, pois, infelizmente, o documento não ressalta o motivo que o senhor teve para libertar seu escravizado e nem quando isso ocorreu, no entanto, podemos pressupor que

---

<sup>457</sup>Documento de Autuamento do forro Theophilo, ano de 1861-1862 presente no Fórum Nivaldo de Farias Brtio, São João do Cariri. O documento encontra-se na íntegra nos anexos.

os senhores muitas vezes davam carta de liberdade aos escravizados mais velhos ou com uma saúde debilitada a fim de se livrarem de uma mão de obra “inútil”, largando-os a própria sorte, dessa forma, não teriam gastos com vestimentas e nem medicamentos. Gorender<sup>458</sup> afirma que os senhores concediam alforrias apenas a mulheres e aos homens escravizados doentes e velhos.

No entanto, estudos mais recentes demonstram novas perspectivas para a obtenção da alforria. Na Paraíba, podemos destacar a agência de alguns escravizados, assim como Miguel<sup>459</sup>, residente na cidade de Campina Grande e presente nos estudos de Lima<sup>460</sup>, Juliana<sup>461</sup> e Gertrudes<sup>462</sup>, identificados nos estudos de Rocha<sup>463</sup> como moradoras da cidade da Parahyba, e Rosalina<sup>464</sup>, residente na Vila de Souza, tendo sua história narrada no trabalho de Lima<sup>465</sup>.

Também podemos identificar que o forro Theophilo já gozava de sua liberdade a um certo tempo, uma vez que, fazia mais de seis anos que estava doente, conforme indica o documento.

Ainda observamos que em meio a uma sociedade excludente, na qual as camadas pobres estavam sujeitas a uma legislação que tentava controlar todas as ações, muitos escravizados e forros conseguiram utilizar mecanismos do próprio sistema para conseguirem benefícios, a exemplo de Theophilo.

No entanto, não podemos esquecer que a experiência de liberdade dos egressos da escravidão no Brasil oitocentista deve começar pelo relato das restrições à cidadania deles, constantes da Constituição de 1824. A Constituição considerava cidadão

---

<sup>458</sup> GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>459</sup> Miguel conquistou sua liberdade nos tribunais, uma vez que, conseguiu provar que chegou ao Brasil posterior a 1831, lei que declarava livre todos os escravizados que tivessem entrado em terras brasileiras posterior aquela data, por isso Miguel vivia sob cativo ilegal e foi requerer na justiça sua liberdade

<sup>460</sup> LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008, p.129.

<sup>461</sup> Juliana conquistou sua liberdade pagando a sua alforria, sua história evidencia aspectos das relações familiares e seu empenho em se tornar uma liberta, uma vez que também conseguiu comprar as cartas de liberdade de seu filho Cassiano e da sua filha Maria.

<sup>462</sup> Gertrudes comprou sua liberdade, mas de forma condicional, tendo que servir a seus senhores até a morte dos mesmos. Sabemos que por mais de 10 anos nenhuma audiência foi marcada e Gertrudes viveu como livre, construiu família e viveu por si sobre décadas embora não tenha conseguido oficializar sua liberdade

<sup>463</sup> ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009 p. 279-289.

<sup>464</sup> Rosalina buscou a liberdade de uma forma diferente, a partir da fuga, alegando não ir contra o sistema escravista, mas que estava procurando um senhor menos cruel.

<sup>465</sup> LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). 2010. 378p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010, p. 313-314.

brasileiro o liberto nascido no país, nada dizia a respeito dos libertos africanos, muito numerosos até o século XIX.

Outro acontecimento que pode ser levado em consideração foi o fato de um forro, pobre e doente, morador de uma vila sertaneja, ter conseguido chegar aos tribunais e conseguir que o juiz de direito da localidade nomeasse um curador, em 1862, para levá-lo até Pernambuco e o deixar em numa casa de caridade que pudesse cuidar dos seus males. Para comprovar, o curador deveria trazer um termo de recebimento do doente e seria obrigado a apresentar, neste juízo, atestando o recolhimento de Theophilo em qualquer casa de recolhimento de Pernambuco.

Infelizmente, no documento não consta informação que possa confirmar que Theophilo foi levado a uma casa de caridade em Pernambuco, ficando, assim, implícito o seu futuro, não sabemos se ele faleceu na Vila Real de São João do Cariri, ou se deslocou pra outra localidade, no entanto, acreditamos que ele possa ter morrido até mesmo durante o processo, uma vez que na Primeira folha da portaria na qual relata o processo, na margem esquerda, está escrita a palavra morreo.

Podemos, assim, constatar que os documentos judiciais também podem demonstrar aspectos do cotidiano das camadas populares livres e pobres da Vila Real de São João do Cariri na segunda metade do século XIX.

Nesta dissertação, apresentamos a história de Theophilo, homem que viveu durante o regime escravista, conseguiu a liberdade, chegando a se tornar um homem liberto, porém, pobre, que buscou modificar a história de sua vida nos tribunais, lutando por melhorias para a sua saúde. Enfrentou por dois anos a justiça até conseguir ter um curador que fosse responsável por levá-lo até uma casa de caridade no Recife, a fim de que cuidasse de seus males, infelizmente, o desfecho dessa história parte de hipóteses, então não sabemos o real fim de Theophilo.

Temos, assim, a agência de cativos e libertos na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, indivíduos que lutaram cotidianamente por melhores condições de vida, buscando dentro do sistema brechas para uma possível negociação, no entanto, não podemos apagar, nem maquiar, a crueldade do regime escravista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o historiador não possa reconstruir o passado tal qual ele ocorreu, fica a possibilidade de recuperar fragmentos da história de indivíduos que vivenciaram um determinado período histórico. Sabemos que não existe a possibilidade de fazer história neutra/imparcial e que na escrita há subjetividades e interpretação do autor, mesmo que sejam inconscientes. Por isso, este trabalho centra-se na visão de um historiador social, ligado com as questões étnico-raciais.

Dessa forma, novos estudos surgem com o intuito de tentar corrigir as injustiças sociais e raciais cometidas pela maior parte dos brasileiros por mais de cinco séculos, procurando rediscutir as relações étnico-raciais, a fim de enfrentar a desigualdade existente entre negros e brancos.

Esta dissertação buscou trazer para o centro da história pessoas que durante décadas foram relegadas pela historiografia a um segundo plano, são eles: os pretos, cabras, crioulos, pardos, negros e mulatos que constituíram a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres entre 1850 e 1872.

As histórias aqui relatadas se referiram a essa Freguesia, uma das mais antigas da Província da Paraíba (1750), que encontrou na pecuária e na produção algodoeira a sua principal fonte econômica, desde o período colonial até o imperial, tendo como uma das principais forças de mão de obra o trabalho do escravizado, que foi distribuído em pequenas propriedades, o que contribuiu para a formação de novos espaços religiosos ao longo da freguesia, a exemplo de Capelas, Oratórios Particulares e Públicos, localizados no meio rural. Não podendo esquecer que esses espaços religiosos poderiam se tornarem palco de uma possível liberdade para aqueles escravizados que estavam sendo alforriados na pia batismal.

Este trabalho não procurou ver o cativo apenas a partir do discurso de vítima, procuramos dar visibilidade a tais pessoas, fazendo com que elas se tornem protagonistas da sua própria história.

Aprofundamos o trabalho iniciado por Galliza<sup>466</sup> em 1979, quando procurou demonstrar o declínio da escravidão na Paraíba, enfocando regiões até então não estudadas como o sertão, comprovando com fontes cartoriais a presença do escravizado nesta localidade, no entanto, a autora em sua pesquisa priorizava o caráter econômico,

---

<sup>466</sup>GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.



modelo historiográfico da época, abordando mais os números que comprovavam essa presença escrava no sertão paraibano do que analisando o cotidiano e a cultura dessas pessoas. Nosso trabalho se diferenciou do de Galliza, pois procuramos fazer uma análise tanto quantitativa como qualitativa, abordando algumas famílias escravizadas construídas ao longo do tempo, seja elas nucleares, ou monoparentais, além disso, levamos em consideração as famílias estendidas que firmavam sociabilidades por meio dos laços de compadrio, os quais serviriam muitas vezes de apoio nos momentos de tristeza e de sofrimento.

A história social serviu de viés para o desenvolvimento desta narrativa. Utilizando-se do conceito de *experiência* proposto por Thompson, procuramos recuperar fragmentos da história de vida de escravizados e forros que vivenciaram a segunda metade do período oitocentista na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Portanto, foi nesta Vila Sertaneja que os escravizados buscaram construir uma vida familiar, seja ela de forma nuclear, composta de pai, mãe e filhos, seja matrifocal, na qual a criança cresce apenas no seio materno; ou seja estendida, a partir das relações de compadrio. As informações presentes nos assentos de batismo, óbito e inventários nos possibilitaram recuperar fragmentos da história familiar de alguns desses cativos. Identificamos, assim, que se comparado com outras regiões da Província da Paraíba, a exemplo da Cidade da Parahyba, Campina Grande e Areia, a taxa de filiação legítima para o período estudado foi um pouco considerável, 20,67%. No entanto, se relacionada com as províncias da região sul, essa informação se inverte, caracterizando-se como baixa. No geral, podemos dizer que foram baixos os números de famílias escravizadas na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

A maior parte das crianças cativas batizadas entre 1850 e 1872 teve o tipo de filiação natural, o que não implica dizer que essas crianças não conheciam os seus pais, pois, muitas vezes, essa informação poderia está ausente na documentação, mas o pai poderia participar da criação, caso não, essa criança tinha a probabilidade de crescer ao lado da mãe e de seus irmãos, caracterizando-se como uma família monoparental, conforme identificamos alguns casos na dissertação.

Esses escravizados também procuraram nas brechas do sistema diversas formas de resistir à sociedade em que estavam inseridos. Agindo astutamente, buscaram estabelecer relações familiares de forma extensiva, a partir do compadrio com pessoas com condições mais altas na hierarquia social. No entanto, essas relações nem sempre

foram estabelecidas com pessoas influentes da sociedade, mas também com homens, mulheres livres, pobres e companheiros de cativeiro.

Procuramos também discutir as cores dos escravizados, levando em consideração os registros de batismo e óbito, percebendo uma maior predominância dos assentos de óbito para a cor preta, em contraposição aos registros de batismo, nos quais sobressaiu a cor parda.

Observamos, assim, o processo de miscigenação por qual passou a população escravizada da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que as cores/origens raciais registradas para os cativos nos livros de óbito se contradizem com as de batismo, provavelmente, porque parte desta população que faleceu vivenciou no período em que o comércio de escravizados era legalizado, por conseguinte, alguns deles poderiam ter vindo da África ou serem frutos da primeira geração de cativos no Brasil, ao contrário das informações contidas nos livros de batismo, referentes à segunda metade do século XIX, onde esses escravizados poderiam ser frutos de uma miscigenação entre os pretos, cabras, crioulos, pardos, negros, mulatos, tendo, assim, uma cor mais clara do que os africanos ou dos crioulos.

Quanto às crianças batizadas como forras na pia batismal, percebemos a predominância de crianças do sexo feminino e com tipo de filiação natural, no entanto, nos registros de batismo de algumas dessas crianças, batizadas como fruto de uma filiação natural, constava o nome do seu pai e da sua mãe. A maioria delas eram pardas, caracterizando, assim, o processo de miscigenação na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres; além disso, verificamos que o processo de alforria se deu tanto por meio da compra como de forma “gratuita”, caracterizada pela vontade do senhor.

Ao longo do texto também identificamos as principais causas da morte dos escravizados para esse período, dentre elas destacamos: o cólera, o estupor, o espasmo e a febre. O cólera foi a doença que mais vitimou os escravizados durante o período estudado, chegando a ser responsável por 60 mortes de um total de 211, não podendo esquecer que a Vila Real de São João do Cariri foi uma das primeiras a sofrer os terríveis efeitos do cólera morbus na Província da Paraíba. Algumas doenças não foram possíveis de serem identificadas, visto que, nos assentos de óbito, constava mais os sintomas e termos genéricos do que a própria doença, a exemplo da febre que matou vários cativos na região, sendo que a febre era sintoma de várias doenças, tais como, tétano, cólera e mordidura de cobra.

Observamos que os escravizados que superaram a fase inicial de vida de 0 a 1 ano teve uma probabilidade maior de chegar a fase adulta. Sendo a faixa etária infantil a que mais levou a óbito os escravizados.

A respeito dos tipos de enterramento dos cativos, inicialmente eles eram enterrados dentro das igrejas, porém, em lugares afastados dos altares, uma vez que esses eram destinados às pessoas abastadas economicamente, sendo assim, acima da grade eram enterrados os ricos e abaixo os escravizados, forros e homens livres pobres. No entanto, com o avanço de epidemias e com o processo de higienização começou a construção de cemitérios ao longo da freguesia, havendo, assim, uma transferência dos enterros, antes realizados no interior das igrejas, depois transferidos para os cemitérios.

A construção dos cemitérios desrespeitavam as medidas higienistas, as quais pregavam a ideia de que os cemitérios deveriam ser construídos longe dos centros urbanos, fator este que não ocorreu nas povoações da freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, pois, os cemitérios eram construídos próximos às capelas. É importante destacar que esses escravizados eram enterrados sempre com vestimentas, as mortalhas, ocorrendo uma predominância para a cor branca, seguida da preta.

De maneira geral, buscamos demonstrar algumas experiências de escravizados a fim de destacar como eles reagiram indiretamente ao sistema escravista por meio da construção de famílias negras e por meio da prática do compadrio, criando *esperanças e recordações* dessa família cativa, enfocando também a contribuição deles para a composição da diversidade populacional que habitou a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Sabemos que nosso trabalho não está concluído e ainda há muito que se estudar sobre escravidão na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, mas, acreditamos que essa dissertação tenha contribuído para a historiografia da escravidão na Paraíba e, principalmente, para a história da escravidão no cariri paraibano.

Esperamos que esta dissertação traga subsídios para a efetivação da Lei 10.339/03 no cariri paraibano, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, ainda visto como um desafio para os educadores da Paraíba. Baseando-se nos preceitos da História Social, construímos este trabalho com o intuito de recuperar fragmentos de histórias familiares, de relações de compadrio e da morte de escravizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, além disso, procuramos relatar a trajetória de homens forros que viveram nesta freguesia no século XIX.

Acreditamos que as pessoas que residem no cariri paraibano se sintam mais motivados a estudar e conhecer um pouco da história da escravidão na Paraíba, uma vez

que ela se aproxima da localidade na qual eles residem. Diante do que foi exposto, esperamos ter contribuído no aumento do debate historiográfico acerca da escravidão na Paraíba, principalmente, no que se refere ao cariri paraibano.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES MANUSCRITAS**

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES ACERVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

### **LIVROS DE BATISMO**

- Livro 08- 1846-1853;
- Livro 09 - 1853-1858;
- Livro 10 - 1858-1862;
- Livro 11- 1862-1863;
- Livro 12- 1864-1869;
- Livro 13 - 1869-1871.

### **LIVROS DE ÓBITO**

- Livro 15- 1870-1876.

ARQUIVO DO FÓRUM NIVALDO DE FARIAS BRITO, SÃO JOÃO DO CARIRI.

### **INVENTÁRIOS**

- Amaro da Costa Romeu, 1858;
- Domingos Jose Correia de Queiroz, 1859;
- João de Amorim Souza, 1867;
- Manoel Pedro de Jesus, 1867;
- Pedro da Cunha Moreno, 1858;
- Inocencia Maria do Amor Divino, 1866;
- Inocencio Jose Bizerra, 1871;
- Nevinha Maria da Conceição, 1862.

### **FONTES IMPRESSAS**

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo deste arcebispado, e do Conselho de sua majestade: propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia 2 de dezembro de Antonio de Louzada Antunes, 1853.

Jornal A REGENERAÇÃO, Parahyba do Norte – 1861 e 1862. Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP

ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, nº 3, 1911, p. 346-348.

## REFERÊNCIAS DA INTERNET

Censo de 1872 digitalizado e corrigido. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>> Acesso em: out. 2013

Lista dos deputados e Presidentes de Província da Paraíba disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/paraiba-deputados-1827-1899-1a-parte/>. Acesso em: ago. 2014.

MANDAL Ananya. Artrite Reumatóide e Doença de Goma, 2013. disponível em [http://www.news-medical.net/health/Rheumatoid-Arthritis-and-Gum-Disease-\(Portuguese\).aspx](http://www.news-medical.net/health/Rheumatoid-Arthritis-and-Gum-Disease-(Portuguese).aspx). Acesso em: jul. 2014.

Relatórios de presidentes de província da Paraíba:

CUNHA, Ambrosio Leitão da. Relatório do Presidente de Província, 1859, fl. 22. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: mai. 2014.

LIMA, Francisco de Araújo. Relatório de Presidente de Província, 1863, fl. 30, disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> Acesso em: mai. 2014.

LISBOA, José de Oliveira Relatório Presidente de Província, 1869 fl.5, disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em: mai. 2014.

SILVA, Antonio da Costa Pinto, Relatório de Presidente de Província, 1856, fl. 18. disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> acesso em maio 2014.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS COMPLETOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari**: três séculos de história. João Pessoa: Ideia, 2000.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 1994.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes escritas**. São Paulo: Contexto, 2012 p. 141-172.

BOTELHO Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: colônia e Império. Belo Horizonte: Autentica: 2008.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Escolha de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 313-347.

\_\_\_\_\_. Poder e Compadrio: Apadrinhamentos de escravos em São João Del Rei (Séculos XVIII e XIX). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). **Nomes e Números**: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p.195-216.

CÂMARA. Epaminondas. **A Evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **É mais uma cena da escravidão**: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. Recife: Universitária UFPE, 2011.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, poder e luta de classes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 41-54.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Taperoá: Apontamentos para a sua história. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org). **História dos municípios paraibanos**. 2. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2013, p.75-109, V,2.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala a Colônia.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Coroas de glória, lágrimas de sangue.** A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** Vol. 1. São Paulo: Ática, 1978.

FLORENTINO, Manolo; GOES, Jose Roberto. **A paz nas senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006

GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário: In: **Mitos Emblemas e Sinais.** Trad. Frederico Carotti. São Paulo Companhia das letras, 1989, p.143-179.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos:** liberdade e escravidão em São Paulo Colonial. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

GOMES, Flávio dos santos. **Experiências atlânticas:** ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003, p.41-85.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Escravidão Reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade:** estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 39-59.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História:** ensaios. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977. [Edição Fac-similar de 1892]

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold,. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750, 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, José. **Vale de Travessia**. Campina Grande: Gráfica Santa Fé Ltda, 1993.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: Os Escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: Editora da UFCG, 2007.

MARIZ, Celso **Figuras e Fatos**. João Pessoa. 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. Tradução. James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS, Coriolano. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba**: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia**: limites e espaços de cura. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivencia religiosa: entre a capela e o calundu , In. NOVAIS, Fernando (Coord.); MELLO E SOUZA, Laura de (Org.) **História da Vida Privada do Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.155-220.

MOTTA, José Flávio, A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia Brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: CEDHAL/FFLCH. Universidade de São Paulo, 2002, p.235-254.

PAULA, Rogéria Costa de, Construindo consciências das masculinidades negras em contexto de letramento escolar: uma pesquisa-ação. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.) **Discursos de Identidade**. Campinas- SP: Mercado das Letras, 2003.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. Vol. 02. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1977.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-117.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe. **Historia da vida Privada no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p. 95-142. Vol. 2.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIETVELD, João Jorge. **O Verde do Juazeiro: História da paróquia e São José Juazeirinho**. João Pessoa: INPREL, 2009.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Unesp, 2009.

RUSSEL-WOOD, John. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Tradução Laura Teixeira Mota, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravos, Roceiros e rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SHARPE, Jim. A historia vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 239-261.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**: crônica para a sua história. João Pessoa, UNIPÊ, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIDAL, Adhemar. Três séculos de escravidão na Paraíba. **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988 [1934].

VAILAT, Luís Lima. **A morte menina**: infância e morte no Brasil do Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo), São Paulo: Alameda, 2010.

## TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888. 2011. 207p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

ALBUQUERQUE, Francisco de Assis Costa de. **Os cemitérios Públicos na Cidade de João Pessoa – PB**. 2008. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. 2011. P. 68. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer**: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880). 2009. 184p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato Falado**: O perfil dos escravos nos anúncios de Jornais da Paraíba (1850-1888). 2013. 167p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GUIMARÃES, Matheus da Silveira. **Famílias e Laços de Solidariedades Negras**: Parentesco da População Parda Semibranca na Cidade da Parahyba do Norte (1833-

1860). 2013, p. 85. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

LACET, Juliana Lemos. **Os Rituais de Morte nas Irmandades de Escravos e Libertos:** Vila Rica, século XVIII. 2003. P. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”:** uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. 2008. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). 2010. 378p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

MONTEIRO, Sandra. **Pessoas Negras Livres e Libertas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1851-1860).** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade:** Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. 2011. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

NASCIMENTO, MARIA Célia Marinho do. **Filhas e Irmãs do Padre Ibiapina:** educação e devoção na Paraíba (1860-1883). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. **Entre a Pré História e a História:** Em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do cariri paraibano. 2009. 108p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PEQUENO FILHO, Jose de Sousa. **Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843.** 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

RIOS, Ana Lugão. **Família e transição:** Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872 – 1920. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX**. 1999. P. 142. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, província de Sergipe (1850-1888)**. 2004. 179p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004.

SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e Resistência escrava na “Cidade D’ Arêa” oitocentista**. 2010. 188p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SIENES, Robert W. **“The Denography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888”**. Tese (doutorado em História). Stanford University, 1976.

SOUZA, Fabio William de. **Fronteiras Póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande**. 2010. 142p. Dissertação (Mestrado em História): Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

SOUZA, Bartolomeu Israel de. **Cariri Paraibano: Do silêncio do lugar a desertificação**. 2008. 198p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TAVARES, Iris Mariano, **Entre a Sacramentalização Católica e Outros Arranjos Parentais: A vida Familiar dos escravizados no Crato-Ce (1871-1884)**. 2013, 190p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): Hierarquias raciais sociais e simbolismo**. 2008. 167p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008

## ARTIGOS DE REVISTA E ANAIS

AQUINO, Aécio Villar de. Índios, negros, conquistadores e colonizadores da Paraíba. **Revista do IHGP**. n. 27, p.27-34, 1995.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: a cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. **Revista Alpharrábios**, v.02, p.32-48, 2008.

CERQUEIRA, Carlos G.F.; SAIA Neto, Jose. Pesquisa em torno de um monumento. IPHAN/Minc. São Paulo. **Projeto documentação de bens e monumentos tombados**. 1997, p. 36-46.

FARIA, Sheila de Castro. FAMÍLIA E MORTE ENTRE ESCRAVOS. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 1990, p. 1273-1298.

GALLIZA, Diana Soares de. O Processo emancipatório da Paraíba: as manimissões. **Revista do IHGP**. vol.25. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1991, p.67-86.

\_\_\_\_\_. As economias açucareiras e criatória (pecuária) no nordeste brasileiro a época colonial: estudo comparativo. **Revista do IHGP**, vol.24, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986, p.141-150.

KODAMA, Kaori. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, dez. 2012, p.59-79.

LARA, Silvia Hunold, A escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **LPH. Revista de História da UFOP**. Mariana (MG), 1992, v.3, n.1, p.215-44.

\_\_\_\_\_. *Blowin' In The Wind*: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, vol. 12, 1995 p.43-56.

LEMOS, Mayara de Almeida. Benzer os cemitérios que forem precisos: o processo de implantação de cemitérios e a epidemia de cólera em Quixeramobim-Ce (1862-1863). **Revista História e Cultura**, v.1, n.2, 2013, p.84-100.

LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In NADALIN, MARCILIO & BALHAMA. **História e População**: estudos sobre a América Latina, São Paulo: ABESP/IUSSO/CELADE, 1990, p.226-236.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. In: **Varias Histórias**, v.31. UFMG, p. 2004.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Revista de História e Estudos Culturais**. V.9, n 3, p.1-20.

\_\_\_\_\_. **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012 p.2.483-2493.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Condição jurídica: principal definidor entre livres e escravos na cidade do Crato em meados do século XIX. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária “20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?”**. ARACAJU, fevereiro, 2008, p.1-10.

PEREIRA, Júlio Cesar Medeiros da Silva. Práticas de Saúde, doenças e sociabilidades escravas na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do séc. XIX. **Revista Histórica**, São Paulo, n.35. 2009, p. 75-90.

PETIZ, Silmei Sant’Ana. Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro. 1790-1835). In PORTO, Angela. **Doenças e Escravidão**; sistema de práticas terapêuticas . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

PORTO, Waldice Mendonça. O negro na história paraibana. **Revista do IHGP**, n.25, 1991. p.277-297.

\_\_\_\_\_. A Lei do Ventre Livre. **Revista do IHGP**, n.29.1971, p.138-144.

\_\_\_\_\_. O elemento servil na transformação do Brasil- Colônia- Império. **Revista do IHGP**. N.20. 1974, p. 64-70.

REIS, Isabel C. F. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2, 2010, p. 113-132.

ROCHA, Solange Pereira da. Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, 2011, p. 1-13

RUSO, Silveli Maria de Toledo. Conceituações em torno de um artefato religioso. **Anais XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. P.30-46.

# ANEXO



Autuamento do forro Theophilo, ano de 1861-1862

Theofilo - escravo de Francisco Cordeiro da Cunha (1861-1862).

FOLHA 1:

Juizo D'orfãos da Villa de Sam João  
autoamento da huma Portaria do Juiz  
Municipal órfãos suplente no exer  
cicio o Doutor Francisco Felis Villar de  
Carvalho, nomiando a Leodegario? E  
miliano Cordeiro da Cunha curador do  
Doudo Theofhilo pobre e desvalido, es  
cravo que foi de Francisco Cordeiro da Cu  
nha.

Escri<sup>vam</sup> [escrivão] d'orfãos

Cordeiro

Anno do Nascimento de Nosso Senhor  
Jesus Christo de mil oitocentos e secenta  
hum aos desenove dias do mês de Abril  
do dito anno nesta Villa e Comarca de  
Sam João Província da Paraíba do Norte  
em meo? Cartorio [...] a Portaria que  
ao diante Se seguem, de que fiz este auto  
eu Francisco cordeiro da Cunha Escrivão  
escrevi

Margem esquerda: Morreo

FOLHA 2:

Escrivão dorfãos Francisco Cordeiro da Cunha  
 notifique a Leodegario Emiliano Cordeiro  
 da Cunha para [...] [...] quatro horas  
 vir a este Juízo assignar [termo de Cu-  
 rador do doudo Theohilo, escravo, que  
 foi de Francisco cordeiro da Cunha, cri-?  
 [...] [...] achar-se liberto por seo  
 Senhor [...].

Villa de S.[São] João 19 de Abril 1862

Francisco Felis Villar de Carvalho

Jus Mp.<sup>al</sup> [Municipal] dorfãos suplente em exer-  
 Cicio.

Certifico que? sendo nesta Villa notifiquei  
 empropria para a Leodegario Emiliano  
 Cordeiro da Cunha, por todo o conteúdo na  
 portaria supra? Origem se deo por entendendo?  
 e da?? fi. Villa de Sam João 199' ? Abril  
 de 1861

Escri<sup>vam</sup>[escrivão]

Francisco Cordeiro da Cunha.

FOLHA 3:

Termo de Curador

Aos desenove de abril de mil oitocentos e  
 secenta e hum nesta Villa Comarca de  
 Sam João Provincia da Paraiba do Norte  
 e casa? Do Juiz Municipal dorfãos suplen-  
 te em exercício o Doutor Francisco Felis

Villar de Carvalho onde fui [...] em escri  
vãõ dorfao cargo abaixo declarado ahi? Pre  
sente Leodegario Emiliano Cordeiro da  
Cunha pelo dito Juis lhe foi deferido  
asinamento nos Santos Evangelhos en  
carregando lhe que na qualidade de cura  
dor do órfão digo Curador do doudo The-  
ophilo escravo que foi de Francisco Cordeiro  
da Cunha, e [...] liberto [...] por  
todo o direito e justica, defendendo?  
em juiso [em juiso??], ou fora d'elle e em  
tudo cuidando? [...] fosse proveitoso  
ao dito dando, administrando em tudo  
sua [...] [...], gerando [...] de tem,  
e d'elle [...] fiel conta no devido tem  
po. E sendo? Por ele recebido dito [...  
...] assim prometeo cumprir, do que  
foi este termo que assignou com? O Juiso?  
e ou Francisco Cordeiro da Cunha Escrivão  
o escrevi.

Villar de Carvalho

Leodegario Emilliano Cordeiro da Cunha

FOLHA 4:

Juntada?

Aos onsi de Julho de mil oitocentos e  
secenta e dous? Nesta Villa de Sam João  
em meo? Cartorio q'[que] muito [autos?] autos a

retição que ao diante? e lugar de que  
 fis este termo. Eu Francisco Cordeiro da  
 Cunha Escrivão escrevi

FOLHA 5:

III<sup>mo</sup> [Ilustríssimo] [...] D.<sup>or</sup> [Doutor] Juis d'Orfãos

Diz Leodegario Emiliano Cordeiro da Cunha  
 curador do doudo Theophilo morador neste termo?  
 e da jurisdição de V.S.[Villa de São João?], que não se tendo podido  
 conseguir o seo curativo a mais de seis anos  
 e seos malles cada vês se vão adiantando, e p.<sup>r</sup>  
 que a qui não haja Medico, e um estabelecim.<sup>to</sup>  
 algum de Caridade, publica ou particular,  
 Reg.<sup>r</sup> [regular?] V.S.? faculdade, para o conduzir a Per=  
 nambuco a ver de recolhe em algum dos=  
 estabelecimentos de Caridade da quella pra  
 ça a fim de sêr melhor socorrido onde pode  
 conseguir o seo restabelecimento.

P. VS? De ferimento

[...]

Laoedegario Emiliano Cordeiro da Cunha

[...] a faculdade regem?  
 vida, assignando o [...] ter-  
 mo a recebimento de pessoa  
 do doudo obrigado a apresentar  
 neste juiso  
 documento de  
 haver recolhido em

qualquer casa de caridade  
de Pernambuco. Villa de S. [São] João  
10 de Julho 1862.

Villar de Carvalho

FOLHA 6:

Termo de recebimento da pessoa  
do doudo Theofhilo.  
aos onsi dias do mês de Julho de  
mil oitocentos e secenta e dous nes  
ta villa e Comarca de Sam João, Pro  
vincia da Paraíba do Norte, e casa  
do Juis Municipal dorfãos su-  
plente em exercício o Doutor Fran  
cisco Felis Villar de Carvalho, onde  
fui vindo [...] escrivão de seo? Cargo  
abaxo declarado, sendo ahi por es  
te Leodegario Emiliano Cordeiro da  
Cunha Curador do Doudo Theofhilo  
que se acha sob ajurisdicção do juiso  
de órfãos desta Villa, pelo [...]  
Leodegario Emiliano Cordeiro da Cunha  
foi dito, que na forma da [...] pe  
tição, e despacho [...] proferido  
recebia o referido Doudo Theofhi-  
lo para na qualidade de seo Curador  
condusi-lo a Cidade do Recife  
afim de o recolher aqual quer

estabelecimento de Caridade daquela  
 cidade, visto o seu estado [...]  
 obrigando-se apresentar recibo, ou  
 outro qualquer documento, que  
 mostre o seu procedimento a [...]  
 to do referido doudo, e de como assim  
 o Juiz?, e abrigava-se mandou o Juiz  
 [...] digo Juiz [...] este termo, que  
 assignou, com o curador, [...]

FOLHA 7:

Francisco Cordeiro da Cunha escrivão  
 escreveu.

[...] [...] de [...]

S. [São] João 11 de Julho de 1862

[assinaturas]

Viste em correição O D. Juiz de Orfãos,  
 em cumprimento do despacho? Exercido  
 na petição afl. de, compila o Cura  
 dor [à apresentar] Juiz, [...] [...] mar-  
 car, decimento? Que prevê haver  
 o seu curatelado? Entrado para  
 qualquer estabelecimento de cari-  
 dade de Pernambuco, para [...]  
 [...] á este auto. Vila de S.m  
 João, 13 de Abril de 1867.

Moura.

[Margem esquerda: Diz a entrelinha á apresentar. Moura]